

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ALINE FÁTIMA LAZAROTTO

**A INFÂNCIA NA IMPRENSA ESCRITA EM CHAPECÓ –
1939-1979**

FLORIANÓPOLIS – SC
2010

ALINE FÁTIMA LAZAROTTO

**A INFÂNCIA NA IMPRENSA ESCRITA EM CHAPECÓ –
1939-1979**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina, no Centro de Ciências da Educação como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Dra. Jucirema Quinteiro

Coorientadora: Dra. Maria dos Anjos Lopes Viella

FLORIANÓPOLIS – SC
2010

**Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina**

L431i Lazarotto, Aline Fátima

A infância na imprensa em Chapecó - 1939/1979 [dissertação]
/ Aline Fátima Lazarotto ; orientadora, Jucirema Quinteiro. -
Florianópolis, SC, 2010.

177 p.: il., grafs., tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-
Graduação em Educação.

Inclui referências

1. Educação. 3. Crianças. 3. Infância. 4. Imprensa.
I. Quinteiro, Jucirema. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“A INFÂNCIA NA IMPRENSA ESCRITA EM CHAPECÓ/SC - 1939-1979”

Dissertação submetida ao Colegiado do Curso de Mestrado em Educação do Centro de Ciências da Educação em cumprimento parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 07/12/2010

Dra. Jucirema Quinteiro (CED/UFSC-Orientadora)

Dra. Maria dos Anjos Lopes Viella (IFC-Araquari-Co-orientadora)

Dra. Monica Hass (UFFS/SC-Examinadora)

Dra. Diana Carvalho de Carvalho (CED/UFSC-Examinadora)

Dra. Maria Isabel Batista Serrão (CED/UFSC-Suplente)

Profa. Célia Regina Vendramini
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Educação/CED/UFSC
Portaria nº 988/GR/2010

ALINE FÁTIMA LAZAROTTO

FLORIANÓPOLIS/SANTA CATARINA/DEZEMBRO/2010

Para Bruno

AGRADECIMENTOS

Este é um momento de respirar, voltar ao tempo e tentar com palavras simples, mas sinceras, agradecer a todos aqueles que acreditaram e propiciaram condições para que esta pesquisa chegasse até aqui.

Primeiramente, quero agradecer a minha orientadora professora Dra. Jucirema Quinteiro, pelos momentos dedicados na orientação para minha formação intelectual, pelos ensinamentos que ultrapassaram o espaço desta universidade. Agradeço pela acolhida em sua casa e principalmente por permitir mudanças decisivas em minha formação.

À coorientadora desta pesquisa professora Dra. Maria dos Anjos Lopes Viella, que contribuiu com todo seu esforço para que este trabalho fosse realizado. Agradeço pela imensa confiança e a dedicação que teve comigo nestes já tantos anos de orientação.

À Capes pela concessão da bolsa de estudos.

À Universidade Federal de Santa Catarina pela acolhida.

À Unochapecó, representada pela professora Silvia Maria Alves de Almeida coordenadora do curso de Pedagogia e ao professor Dirceu Hermes coordenador do curso de Jornalismo pelas indicações e contribuições nesta pesquisa.

Ao CEOM e todos os funcionários que foram fundamentais para a realização deste trabalho, principalmente aos que colaboraram para a digitalização das peças.

Ao Grupo de pesquisa GEPIEE, em especial as professoras Diana Carvalho de Carvalho, Maria Isabel Serrão e Suzi Salcon por todos os ensinamentos e debates proporcionados.

À professora Maria Luiza Belloni pela participação e colaboração no exame de qualificação.

Aos meus colegas de mestrado, companheiros nos momentos que precisei. Em especial Grazi, Carla, Julia, Erico, Gigi, Tati, Juliana.

Aos meus primos Solei e Alcides que me acolheram por muitos dias, nestes dois anos e meio em sua casa, principalmente pelo carinho recebido de todos, em especial Mateus, Thaina e Natan.

Aos grandes amigos da vida: Rô, Alvaro, Suvani.

Com muito carinho ao meu primo Cleitom pelas inúmeras colaborações e apoio nas horas mais difíceis.

Aos meus queridos pais pelo grande incentivo em mais esta empreitada.

A minha irmã Jaqueline pelo incentivo nesta pesquisa.

Às crianças da minha vida: Bruno, Julia e Lara pelas alegrias e

muitas vezes meu refúgio.

Ao Alan, meu companheiro desses anos.

A todos aqueles que deixei de mencionar, mas que fizeram parte desta pesquisa de alguma maneira.

Sonho Impossível

*Sonhar
Mais um sonho impossível
Lutar
Quando é fácil ceder
Vencer o inimigo invencível
Negar quando a regra é vender
Sofrer a tortura implacável
Romper a incabível prisão
Voar num limite improvável
Tocar o inacessível chão
É minha lei, é minha questão
Virar esse mundo
Cravar esse chão
Não me importa saber
Se é terrível demais
Quantas guerras terei que vencer
Por um pouco de paz
E amanhã, se esse chão que eu beijei
For meu leito e perdão
Vou saber que valeu delirar
E morrer de paixão
E assim, seja lá como for
Vai ter fim a infinita aflição
E o mundo vai ver uma flor
Brotar do impossível chão*

Chico Buarque e Ruy Guerra

RESUMO

A presente investigação tem como objetivo analisar a infância entendida como condição social de ser criança, na imprensa escrita em Chapecó no período de 1939 a 1979. A imprensa chapecoense será o espaço desta investigação buscando, nas entrelinhas da história, perceber de que maneira os discursos enunciados pelos veículos de informação constituíram e legitimaram um ideal de criança como “futuro homem para a nação”. Este trabalho busca compreender as representações sociais de criança e infância na imprensa escrita, tentando compreender de que forma essas manifestações reveladas pela imprensa estão articuladas a discursos e práticas sociais orientados por ideologias. As representações sociais concebidas aqui terão como referencial, entre outros, os estudos indicados por Minayo (1995). Para buscar as representações sociais de criança e infância na imprensa escrita levantaram-se as seguintes questões: como a ideia de criança e infância vinculada pela imprensa está relacionada a aspectos políticos e ideológicos? Em que medida a imprensa escrita contribui e promove um ideal de criança e infância? Como, quando e por que as crianças aparecem no jornal em um tempo/espaço determinado? De que maneira a criança serviu como objeto de práticas políticas e ideológicas no período abordado? Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa histórico-documental tendo como fonte os primeiros jornais em circulação na cidade de Chapecó. Para seleção e organização do material utilizou-se da proposta de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1979), assim como se amparou nos elementos de conteúdo midiático apresentado por Meyrowtz (2001). Para qualificar o tema desta investigação foi realizado um levantamento da produção acadêmica brasileira, apresentando de que maneira o tema/problema desta pesquisa vem sendo abordado. A tarefa posta por esta dissertação foi lançar alguns eixos de reflexão que contribuam para uma maior compreensão, sobre diferentes prismas, da forma como a infância e a criança são representadas pela imprensa escrita no período investigado. Buscou-se quebrar imagens, desvendar confrontos de representações, que são históricos e, possivelmente, compreender a infância e a criança com *outro olhar* contribuindo, desta maneira, para ampliar as discussões sobre Políticas Públicas para a Infância e principalmente garantir os Direitos da Criança.

Palavras-chave: Criança, Infância, Imprensa escrita.

ABSTRACT

The present investigation has as its objective to analyze childhood understood as a social condition of being a child, in the written press in Chapecó in the period from 1939 to 1979. The Chapecoense press will be the space for this investigation, looking through the history to realize in which way the speeches expressed by the means of information constituted and legitimized an ideal of child as “future man for the nation”. This work searches to understand the social representations of child and childhood in the written press, trying to understand in which way these demonstrations revealed by the press are articulated to speeches and social practices guided by ideologies. The social representations conceived here will take the studies indicated by Minayo (1995) as a referential system, among others. To look for the social representations of child and childhood in the written press some matters were raised: how is the idea of child and childhood linked by the press is related to political and ideological aspects? In which measure does the written press contribute and promote an ideal of child and childhood? How, when and why do children appear in the newspaper in a determined time/space? In which way did the child serve as an object of political and ideological practices in the boarded period? This inquiry is characterized as a document-historical inquiry based on the first newspapers in circulation in the city of Chapecó. For the selection and organization of the material it was used the proposal of Content Analysis of (BARDIN, 1979), as well as it leaned in the elements of mediatic content presented by Meyrowtz (2001). To qualify the subject of this investigation an academic study was carried out in the Brazilian production, presenting the way the subject / problem of this inquiry is boarded. The task put by this dissertation launched some reflection axes that contribute to a bigger understanding on different prisms, in the form as the childhood and the child are represented by the written press in the investigated period. It was looked to break images, to solve confrontations of representations, which are historical and, possibly, to understand the childhood and the child with another glance contributing, in this way, to enlarge the discussions on Public Politics for the Childhood and mainly to guarantee the Child Rights.

Key words: Child, Childhood, Written press.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Periódicos utilizados para a pesquisa	21
Quadro 2. Teses e Dissertações Banco da Capes	29 a 32
Quadro 3. Teses e dissertações sobre infância, criança e imprensa escrita disponíveis no Banco da CAPES, de 1987 a 2008	32
Quadro 4. Relação de trabalhos apresentados no GT 2 (História da Educação) da ANPED no período de 2000 a 2008	42
Quadro 5. Números de Trabalhos (T) e Pôsteres (P) apresentados nos GTs 2, 7,14 e 16 da ANPED, no período de 2000 (23ª Reunião) a 2008 (31ª Reunião).....	43
Quadro 6. Relação de trabalhos levantados no Google acadêmico: 2000-2008.....	46 e 47
Quadro 7: Distribuição de peças por jornais e décadas	104

LISTA DE SIGLAS

AI	Ato Institucional
AMARP	Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe
ANJ	Associação Nacional de Jornais
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBIA	Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DNCr	Departamento Nacional da Criança
DNP	Departamento Nacional de Propaganda
DOP	Departamento Oficial de Propaganda
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
GTs	Grupos de Trabalhos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MEC	Ministério da Educação
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG's	Organizações não-governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PNBEM	Política Nacional do Bem-Estar do Menor
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - CRIANÇA, INFÂNCIA E IMPRENSA ESCRITA: UM PANORAMA DAS PESQUISAS REALIZADOS SOBRE O TEMA	26
1.1 Infância e criança na imprensa: um panorama das dissertações e teses (1987 a 2008).....	29
1.2 Infância e a criança na imprensa escrita: GTs da ANPED	41
1.3 Infância e criança na imprensa: <i>Google</i> acadêmico.....	45
CAPÍTULO II - EDUCAÇÃO, CRIANÇA E IMPRENSA: A IDEIA DE INFÂNCIA EM QUESTÃO	54
2.1 Alguns saberes constituídos sobre a infância	56
2.2 Novos modos de compreender a criança e a infância: um olhar da contemporaneidade.....	63
2.3 A imprensa e a criança: a ideia de infância em questão	69
CAPÍTULO III - A IMPRENSA ESCRITA NO CONTEXTO DA HISTÓRIA DE CHAPECÓ: ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE	79
3.1 Contextos de criação e instalação do município de Chapecó	80
3.1.1 A apropriação/colonização do território	84
3.2 A imprensa chapecoense no rastro da história da imprensa no Brasil	87
CAPÍTULO IV - AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE CRIANÇA E INFÂNCIA NA IMPRENSA ESCRITA EM CHAPECÓ/SC 1939-1979	101
4.1 Análise do material empírico	104
4.2 “Cuidado a crianças”: representações da década de 40.....	105
4.3 “Pequerruchos: os futuros homens da pátria”: representações da década de 50.....	115
4.4 “A criança grandiosa”: representações da década de 60	120
4.5 Os “anjos de cara suja”: representações da década de 70.....	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS	140
ANEXO A - Resumos Banco de Teses e Dissertações da CAPES 1987/2008	151

INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é analisar a infância, entendida como condição social de ser criança, na imprensa escrita em Chapecó¹ no período de 1939 a 1979, tendo como referencial, entre outros, o conceito de representação social de Minayo (1995, p. 108), quando afirma que este “se manifesta em palavras, sentimentos e condutas e se institucionalizam, portanto, devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais”.

Busca-se estudar as representações sociais na medida em que esta possibilita investigar como se formam e como funcionam os sistemas de referência utilizados para classificar e interpretar acontecimentos da realidade e principalmente por seu papel em orientar condutas e práticas sociais (MAZZOTTI, 1994, p. 60).

A imprensa chapecoense é o espaço desta investigação, buscando nas entrelinhas da história perceber de que maneira os discursos enunciados pelos veículos de informação constituíram e legitimaram um ideal de criança como “futuro homem para nação”. As representações sociais concebidas aqui são as manifestações de pensamento que se instalaram neste período. O desejo de formar uma nação moderna e civilizada será a marca do discurso da imprensa que irá intervir, sobretudo, na criança.

A escolha deste tema deve-se à trajetória acadêmica como estudante do curso de Pedagogia e, principalmente, pelos estudos realizados no curso de pós-graduação *lato sensu* na Unochapecó, a mesma Universidade na qual foi cursada a graduação. A oportunidade de estudar a disciplina intitulada “A infância sob diferentes perspectivas: o desenvolvimento da criança de 0 a 12 anos”, instigou a buscar a criança e a infância em outros espaços que não os escolares. Naquele momento surgiu o convite da professora Dra. Maria dos Anjos Lopes Viella, para participar de um projeto de pesquisa com o objetivo de recolher todas as peças que se referiam à criança e à infância nos primeiros jornais da Cidade de Chapecó. A partir da coleta do material empírico organizou-se um banco de dados de 1939 a 1979.

Este trabalho resultou em uma monografia intitulada “Mundos

¹ **Chapecó** é um município brasileiro do Estado de Santa Catarina, possui 183.561 habitantes e fica localizado a 555 Km da capital.

sociais da Infância na imprensa Chapecoense – década de 70”². Ao entrar em contato com as peças jornalísticas, percebe-se que a imprensa utiliza essas representações de maneira contraditória, excludente, promovendo uma imagem negativa da criança pertencente às classes menos favorecidas.

Tal levantamento já indica que a imprensa é uma fonte de pesquisa importante para a história, pois ela pode fornecer elementos que muitas vezes não estão visíveis. O discurso, as estratégias jornalísticas constituem um meio para entender a sociedade. Como já afirmou Sodré (1999), analisar as ideias e informações veiculadas pela imprensa permite analisar a formação da própria sociedade brasileira.

Com este espírito, o ingresso na Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, nível de mestrado, tenta compreender as determinações e influências desta agência sobre a sociedade, escola, criança e infância. A temática inicial do anteprojeto permanece até o momento, tendo sido ampliado o período por contar com um banco de dados com peças de 1939 a 1979 e pela tentativa de dar continuidade e aprofundamento a este trabalho.

No mestrado teve-se a oportunidade de participar do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Infância, Educação e Escola (GEPIEE), que ofereceu elementos teóricos e metodológicos para ampliar a compreensão sobre as relações entre Sociedade, Educação, Criança, Infância e Participação³. No momento de ingresso ao GEPIEE e inserção aos primeiros debates, algumas questões se colocaram: como poderia ser a “escola um lugar privilegiado para infância” em meio a tantas contradições? Como garantir o direito da criança à infância? Como assegurar o direito à participação dela na ação pedagógica? Como os estudos realizados sobre a relação infância/imprensa poderiam contribuir para a discussão desses direitos?

Os debates realizados no grupo de pesquisa tornaram-se

² Este trabalho resultou em um artigo denominado: “Entre outras imagens de infância: Os anjos de cara sujos” apresentados por: VIELLA; LAZAROTTO (2009, p. 2). Neste momento privilegiou-se a análise somente de uma década, pois os limites de tempo não permitiam uma análise mais ampla.

³ Grupo coordenado pelas professoras Dras. Jucirema Quinteiro e Diana Carvalho de Carvalho. Grupo vinculado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O Gepiee foi criado em 2001 e busca articular as ciências sociais e humanas na explicitação dos fenômenos vinculados as relações entre Infância, Educação e Escola. Ver: <<http://www.gepiee.ufsc.br>>.

fundamentais para compreender e articular as questões que acompanham este trabalho e, principalmente, para redefinir os conceitos sobre criança, infância e escola. Essas questões delinearão-se a partir da apresentação dos pressupostos orientadores do grupo.

As relações entre Educação, Infância e Escola têm suas origens na Modernidade;

A infância é a condição social de ser criança, portanto é *universal* e plural;

A criança é “um ser humano de pouca idade”, capaz de “participar” da cultura em interação com outras crianças, adultos e com os artefatos humanos, materiais e simbólicos;

“A escola é um lugar privilegiado da infância nos nossos tempos”;

A participação constitui o ser humano e é uma das condições para a criança se tornar um sujeito de direitos, assim, exige o acesso a informações e a apropriação de conhecimentos;

O princípio da *indissociabilidade* entre ensino, pesquisa e extensão é uma exigência da universidade pública e o GEPIEE orienta suas práticas por este princípio (GEPIEE, 2009, p. 01-02).

O GEPIEE desenvolve pesquisas desde 2000, principalmente em nível de mestrado, através das quais é possível afirmar que tais estudos sobre criança e infância são recentes e marcados por hiatos e ambiguidades, o que levou Quinteiro (2009, p. 19-47) a afirmar que se trata de *um campo de estudos em construção*.

A partir dessas discussões busca-se trazer as representações sociais como um campo de investigação contribuindo, desta maneira, para ampliar os olhares acerca da criança e da infância e contribuir para as discussões a respeito das Políticas Públicas para a Infância, principalmente na garantia dos Direitos das Crianças.

Atualmente as crianças representam 11% da população de toda a sociedade brasileira, porém os dados econômicos demonstram que a maior parte desta população encontra-se em situação de pobreza. Crianças negras e indígenas são as mais favoráveis a viver nesta condição, demonstrando o quanto essa população é vulnerável a condições precárias de vida. Esses dados suscitam indagações: criança

como sujeito é respeitada? Será que ela tem seus direitos garantidos?⁴

É neste sentido que se buscam as representações sociais da criança e da infância, tentando compreender as condições sociais desta população através da imprensa e, principalmente, trazer elementos para novas discussões. Para isso, foram fundamentais as contribuições de autores como Fukui, Sampaio e Brioschi (1985) que definem a imprensa como um bom material de análise sociológica onde se manifestam as concordâncias de uma cultura, sua lógica interna, suas contradições e seus imperativos permitindo, assim, através de sua análise, fazer inferências sobre a sociedade.

Destacam-se também as pesquisas realizadas por Cristina Ponte, que desde 2000 vem realizando estudos envolvendo a relação criança, infância e imprensa escrita, enfatizando que ao contrário dos estudos sobre televisão a representação pública da criança no jornalismo escrito, constitui uma das áreas mais ignoradas de análise dos média.

Como afirma Ponte (2005, p. 67), “as crianças na imprensa escrita são carregadas de poder simbólico e evocativo, são mais para serem vistas do que serem ouvidas”. As representações relativas a esta população servem como objetos do mundo adulto na satisfação de seus próprios interesses.

A autora traz contribuições significativas a respeito dos espaços destinados às crianças na imprensa em geral, tentando identificar:

De que fala, quem fala como se fala e quando se fala de crianças e de infância nos diversos espaços nos jornais de informação geral? Que conteúdos sobre crianças e infância são considerados como noticiabilidade suficiente para figurarem em espaços como a política, a sociedade, a informação local, a cultura ou a economia? Como apresenta o jornal este campo social aos seus leitores comuns?

As questões que emergem aqui são o ponto de partida para buscar as representações sociais da criança e da infância na imprensa chapecoense no período de 1939 a 1979. Entretanto, para compreender as relações e conceitos imbricados nesta pesquisa, é preciso entender alguns elementos da história da imprensa escrita, tanto nacional como local, e ainda as questões sobre a criança e a infância, que neste período

⁴ Segundo dados do UNICEF (2008, p. 8): “11,5 milhões de crianças ou 56% de crianças até 6 anos vivem em famílias cuja renda mensal esta abaixo de meio salário mínimo per capita por mês” (IBGE/Pnad 2006, Tabulação Especial de Equidade).

manteve-se, como afirma Rizzini (2009), “o abismo infranqueável” entre a “criança privilegiada” e os “menores marginalizados”, o que reafirma as definições de Tragtenberg quando considera que na sociedade brasileira criança é a denominação para o “filho do rico” e menor o “filho do pobre” (apud QUINTEIRO).⁵

O olhar sobre a imprensa escrita revela os disfarces e as minuciosas estratégias para caracterizar as várias formas de atenção destinadas à infância que legitimaram uma condição para a criança brasileira. Mostra, principalmente, o quanto este veículo de informação serviu para disseminar uma proposta modernizadora e civilizatória da população chapecoense.

As relações sociais com a imprensa colaboraram para a circulação de ideias, promovendo imagens e valores que são definidores de políticas e práticas para as crianças, indo ao encontro de um projeto civilizatório no oeste catarinense. A “terra de ninguém” como assim era conhecida, precisava ser colonizada, principalmente “educada”, e a imprensa foi uma poderosa ferramenta para disseminar esses ideais.⁶

Um novo olhar sobre a criança irá demarcar esse momento da história. As políticas de assistência, os eventos comemorativos, vão ser os “porta-vozes” destes ideais, apresentando a preocupação de formar um novo cidadão para uma nova sociedade. A imprensa, assim como a escola, será um meio para reproduzir essas práticas e discursos que, como afirma Carvalho (2002, p. 375):

Mobilizam conceitos, teorias e doutrinas. Falam em nome da ciência ou da ortodoxia da fé. Hierarquizam saberes, postulam credos, organizam e normatizam as rotinas escolares. Estranhamente, no entanto, são discursos que falam pouco de crianças e de sua vida nas escolas. Mas são discursos que falam em nome de um dever-ser das crianças ou de um saber sobre elas, construindo com isso a sua legitimidade.

As falas apostam, sobretudo, no poder de transformação social

⁵ Esta se refere a uma fala durante uma conversa informal com a orientadora desta pesquisa, professora Jucirema Quinteiro.

⁶ Em 1929, com a visita do então Presidente do Estado de Santa Catarina Adolfo Konder ao oeste de Santa Catarina, há um forte discurso sobre a região como lugar violento e de banditismo, situação que precisava ser vencida pela “Colonização”, assim como destaca Vojniak (2004, p. 160), “[...] a ‘terra de ninguém’ aos poucos é transformada em ‘terra do progresso’”.

da escola de massas e na viabilidade de um “programa de reforma da sociedade pela reforma do homem” (CARDOSO, 2002, p. 376). A imprensa tornou-se um meio para construir e legitimar este novo cenário e a criança, nesta relação, ocupa um lugar promissor como “aposta num futuro de grande desenvolvimento nas várias instancias sociais” (SILVA, 2003, p. 76).

As representações sociais construídas acerca da população infantil na imprensa chocam os olhares pedagógicos, entram em contradição com outros olhares, não permitem que se vejam as reais condições da criança na sociedade. Vive-se em tempos de barbárie como afirma Kramer (2002), neste sentido é preciso entender a educação como criação humana. Ela precisa ser instrumento da transformação social ampla e emancipatória e a escola, assim como a imprensa, pode ser condição necessária para esta transformação. Neste processo os sujeitos professores serão os agentes para a mudança.

Como afirma Fernandes (1989, p. 18),

O educador precisa reeducar-se e transformar-se, para deixar de ver suas tarefas e as funções da educação sob a ótica das elites econômicas, culturais e políticas das classes dominantes. E para ser o agente orgânico de uma revolução educacional, que já poderia ter começado [...].

Faz-se necessário buscar entender as representações acerca da criança e da infância para tentar responder as inquietações postas à profissão docente, principalmente no que diz respeito à garantia dos direitos da criança, questões que cada vez mais estão sendo obscurecidas em projetos, leis que não saem do papel e são apenas máscaras para ocultar a triste realidade de inúmeras crianças brasileiras.

Como sustenta Korcsak (1986), é preciso ser grande para conquistar respeito na sociedade e as crianças pequenas, com suas mãos pequenas, já entenderam que não têm como resistir. A força da realidade que minuciosamente embrutece, que desvia os olhares, exclui, explora, não respeita e nem dá o direito às crianças de serem respeitadas. É nesta direção que se pretende buscar as representações sociais de criança e infância, tentando demonstrar o quanto essas representações que circulam através da imprensa foram legitimando ideais sobre esta população.

O mundo real não é o mundo só de objetos reais, porém pelo seu aspecto fetichizado leva uma existência transcendente. É um mundo no qual as coisas, as relações e os significados são considerados como produto do homem social e o próprio homem se revela como sujeito real

do mundo social.

Para entender a realidade em sua concreta dimensão dialética é preciso compreender o ser humano como síntese das relações sociais presentes em sua real história, que como afirma Kosik (1976, p. 20):

[...] descobrir por trás dos produtos e das criações a atividade e operosidade produtiva, de encontrar “a autêntica realidade” do homem concreto por trás da realidade reificada da cultura dominante, de desvendar o autêntico objeto histórico sob as estratificações das convenções fixadas.

Assim, esta pesquisa se propõe a analisar as representações de criança e infância na imprensa escrita de 1939-1979 na Cidade de Chapecó, valorizando o momento histórico e as grandes influências que este contexto apresenta. Segundo Kosik (1976, p. 25):

[...] cada coisa sobre a qual o homem concentra o seu olhar, a sua atenção, a sua ação ou a sua avaliação, emerge de um determinado todo que a circunda, todo que o homem percebe como um pano de fundo indeterminado, ou como uma conexão imaginária obscuramente intuída.

A partir das considerações apresentadas até este momento, delimitou-se o seguinte problema de pesquisa:

De que maneira as representações sociais de criança e infância que estão presentes no discurso da imprensa escrita legitimam um ideal de criança e contribuem para a construção social da infância?

Para buscar as representações de criança e infância na imprensa escrita levantaram-se as seguintes questões:

- Como a ideia de criança e infância vinculada pela imprensa está relacionada a aspectos políticos e ideológicos?
- Em que medida a imprensa escrita contribui e promove um ideal de criança e infância?
- Como, quando e por que as crianças aparecem no jornal em um tempo/espço determinado?
- De que maneira a criança serviu como objeto de práticas políticas e ideológicas no período abordado?

Para percorrer este caminho foi estabelecido como objetivo compreender as representações sociais da criança e da infância através da imprensa escrita, entendendo a imprensa como aparelho ideológico do Estado. Assim, tenta-se refletir sobre as representações sociais reveladas pela imprensa e compreender como essas estão articuladas a discursos e práticas sociais orientados por ideologias.

Procedimentos metodológicos da pesquisa:

Ao longo destes dois anos e meio, muitos foram os limites e desafios nesta pesquisa. Esse processo foi difícil e longo, porém possibilitou direcionar o olhar sobre a trajetória na qualidade de estudante, buscar a própria realidade e enxergar os limites como pesquisadora. Limites de tempo, limites da própria formação, limites que acabam impossibilitando de olhar além do que é apresentado. O tempo da pesquisa precisa desenrolar-se de forma diferente, não ser tão reduzido, pois como afirma Paiva (1998, p. 125) “é preciso ócio e tempo para poder digerir adequadamente bibliografias e analisar dados concretos”.

As encruzilhadas, as discussões com a orientadora, as angústias levaram a defrontar com os limites da própria formação, como afirma Cardoso (2004, p. 8):

[...] com uma escola que não se compromete com a abertura do espírito, com o estímulo à curiosidade intelectual ou com a crítica. Talvez porque uma formação cultural mais ampla e mais profunda permita abrir corações e mentes para o novo, para os inconformismos, a criatividade e as rupturas.

Assim, quando se busca as respostas para as inquietações, percebe-se sujeito desta realidade, fazendo parte daqueles que não tiveram direito a uma educação que privilegiasse a formação intelectual, uma geração condicionada apenas para a força de trabalho. Como afirma Fernandes (1987, p. 20), “a escola tem que abrir o horizonte intelectual do estudante, a educação dever ser um instrumento não só para vida, mas para a transformação da vida e da sociedade”.

Este caminho, permeado por contradições, gerou muitas indefinições e até momentos de “imobilização”. Desta forma, recorrendo-se a Benjamin (1987, p. 231) pode se dizer que “quando o pensamento para, bruscamente, numa configuração saturada de tensões, ele lhes comunica um choque, através do qual essa configuração se cristaliza em mônada”. Esse “choque” também leva a refletir sobre a própria prática e chama a atenção para a realidade como oportunidade de mudança.

Neste sentido a realização desta dissertação está baseada na ideia de monografia de base, exposta por Saviani (1991, p. 164) que aponta este processo como inicial e indispensável na formação do pesquisador, definindo a dissertação como um estudo que “organiza as

informações disponíveis sobre determinado assunto, preparando o terreno para futuros estudos mais amplos e aprofundados”. Mais adiante o autor sugere “pensar as dissertações de mestrado como incidindo sobre temas relevantes ainda não suficientemente explorados, cabendo ao mestrando a tarefa de realizar um levantamento, o mais completo possível, das informações disponíveis [...]” (SAVIANI, 1991, p. 165).

É a partir destas indicações que se pretende apresentar a pesquisa aqui realizada, tentando mesmo dentro do encurtamento de tempo, que é o mestrado, trazer informações relevantes sobre o tema investigado.

A pesquisa proposta é de natureza histórico e documental e teve como fonte os primeiros jornais em circulação da Cidade de Chapecó. Durante quatro meses de 2009 foram realizadas visitas semanais ao CEOM (Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina) e Biblioteca Municipal, na Cidade de Chapecó (SC), selecionando peças jornalísticas que se referiam à criança e à infância de 1939 a 1979.⁷

Ao entrar em contato com as fontes, organizou-se um panorama sobre como a criança e a infância são apresentadas pela imprensa escrita no período abordado⁸. Cada edição foi pesquisada página a página, a fim de coletar palavras ou imagens que se referiam a este tema. Foram privilegiados os cadernos principais e os suplementos infantis não foram considerados.

No quadro 1 podemos visualizar os periódicos utilizados:

Periódicos pesquisados	Períodos⁹
A Voz de Chapecó	1939 a 1950
O Imparcial, Jornal do Povo	1950 a 1959
Folha do Oeste	1965 a 1970
Diário da Manhã, Correio do Sul, Oestão	1970 a 1979

Quadro 1: Periódicos utilizados para a pesquisa.

⁷ Elementos, partes que constituem gêneros do jornal, segundo a jornalista Juliana Vinhas.

⁸ Consideraram-se as peças que se referiam à criança, do nascimento até os 12 anos de idade, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente art. 2º da lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

⁹ Os períodos que aparecem no quadro 1 correspondem àqueles em que foram encontradas peças jornalísticas referentes à criança e infância. As datas que não aparecem no quadro correspondem à falta de exemplares no acervo, ou períodos que não circulam jornais na Cidade. Estes dados estão disponíveis no capítulo três desta pesquisa.

Como se observa no quadro 1, foram encontrados sete jornais em circulação na Cidade de Chapecó no período de 1939 a 1979. Neste momento debruçou-se na literatura sobre a região e a imprensa escrita deste período, na tentativa de fornecer elementos para a compreensão e análise do material empírico.

Nos períodos de 1939 a 1949 encontra-se apenas um jornal em circulação, caracterizando o início da formação política da região. Já nos anos 50, três jornais irão ganhar o cenário do oeste, caracterizando um contexto de novas transformações, principalmente no que se refere a disputas políticas.

Nos primeiros anos de 1960, não há registros de imprensa escrita em Chapecó. Somente a partir de 1964 surge o jornal “*Folha do Oeste*”, e já na década de 70 circulam quatro jornais na Cidade de Chapecó, caracterizando uma imprensa mais condicionada pelo capital. Os patrocínios das grandes empresas, as propagandas serão a marca deste período.

O recorte histórico justifica-se por 1939 ser o ano do primeiro veículo de informação a circular na Cidade, e ter o primeiro jornal editado em Chapecó. A década de 40 representa o período ditatorial, estabelecido pelo então presidente Getúlio Vargas, quando surgiram diversas políticas de assistência à infância e que legitimaram um ideal de criança para aquela sociedade. As décadas de 60 e 70 estão marcadas pela ditadura militar, período em que as crianças serão alvo de políticas de controle, o aparecimento de organizações não governamentais e a celebração, em 1979, do Ano Internacional da Criança.

Para a seleção dos dados iniciais da pesquisa utilizou-se a técnica de análise de conteúdo de Bardin (1979, p. 89), na qual o autor evidencia os três pólos significativos no processo de organização do material: “a pré-análise, que significa uma organização do material empírico, a segunda a exploração desse material e a terceira o tratamento dado aos resultados, a inferência e a interpretação”.

Bardin (1979, p. 122) destaca:

A primeira atividade consiste em estabelecer contacto com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações. Esta fase é chamada de leitura flutuante, por analogia com atitude do psicanalista. Pouco a pouco, a leitura vai-se tornando mais precisa, em função de hipóteses emergentes, da projeção de teorias adaptadas sobre o material e da possível aplicação de técnicas utilizadas sobre materiais análogos.

No momento da organização do material observou-se os elementos de conteúdo midiático apresentado por Meyrowtz (2001, p. 89), que irá classificá-los em: “ideias, temas, tópicos, informação, valores, ideologias, apelos persuasivos, montagem, objetos, personagens, narrativas, gêneros (temática ou topicamente definidos)”.

Esses elementos contribuem para uma melhor aproximação com as peças e principalmente para perceber de que maneira a criança e a infância vem sendo retratadas pela mídia impressa, assim como perceber que mensagens estarão presentes nestas apresentações.

Tendo como ideia central que as mídias são “condutores” que enviam mensagens, cabe ressaltar a importância desta “alfabetização midiática” que de acordo com Meyrowtz (2001, p. 89) “envolve ser capaz de acessar e analisar mensagens numa variedade de media”. Neste sentido o autor segue:

Isto inclui estar capacitado a decodificar e decifrar a intenção manifesta da mensagem; explorar as mensagens latentes intencionais ou não; estar conscientes de diferentes gêneros de conteúdo; estar conscientes das forças culturais, institucionais e comerciais que tendem a levar certos tipos de mensagens enquanto outros são evitados; e entender que diferentes indivíduos e grupos tendem a “ler” os mesmos “textos” diferentemente (MEYROWTZ, 2001, p. 89).

O objetivo não será somente um panorama de peças jornalísticas sobre criança e infância e sim a tentativa de decifrar as intenções manifestadas nas mensagens. Para isto foi necessário explorar as peças jornalísticas por conteúdos e compará-las, pois de acordo com Meyrowtz (2001, p. 89) “A importância do conteúdo midiático é mais visível quando outros elementos das comunicações mediadas são ignorados e quando um elemento A é contrastado com um elemento B real ou hipotético”.

Além da observação dos elementos de conteúdos presentes no material coletado foram observadas também as “variáveis gramaticais” dos media, que são específicas de cada veículo de informação. Neste momento não se classificou as características de cada jornal decorrente dos limites desta pesquisa, porém observaram-se aspectos como: tamanho/formato da página, cor(es) do papel, espessura do papel, tamanho da fonte, uso do itálico/negrito, localização na página,

fotografias seu enquadramento, tipo do papel.¹⁰

A partir destes elementos propostos por Meyrowtz (2001) as peças foram classificadas em três grandes blocos para a terceira etapa que foi o tratamento dado aos resultados e a interpretação dos dados obtidos.

Em outro momento, foi realizada uma busca de teses e dissertações junto ao Banco da Capes, produzidas de 1987 a 2008, para compreender de que maneira o tema desta investigação vem sendo abordado pelos pesquisadores. Foram selecionados trabalhos que contemplassem no título ou no resumo as palavras-chaves desta pesquisa que são: criança, infância e imprensa escrita. O total da amostra consta 24 dissertações e nove teses num total de 33 pesquisas.

Realizou-se ainda uma pesquisa em Reuniões Anuais da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) de 2000 a 2008 nos seguintes Grupos de Trabalhos: GT 2 *História da Educação*; GT 7 *Educação de Crianças de 0 a 6 anos*; GT 14 *Sociologia da Educação* e GT 16 *Educação e Comunicação*, onde foram encontrados três trabalhos, além de um levantamento na ferramenta de busca Google acadêmico encontrando oito trabalhos.

A partir deste levantamento, organizou-se um quadro destacando o volume de trabalhos, as instituições provenientes da pesquisa e principalmente de que maneira as pesquisas abordam as relações entre criança, infância e imprensa escrita.

Tal levantamento sugere que o tema desta pesquisa vem sendo pouco investigado e ressalta, principalmente, que apesar de uma maior visibilidade dos temas referentes à infância estarem na agenda jornalística eles ainda caracterizam a triste realidade de inúmeras crianças brasileiras. As condições materiais excludentes foram o foco das pesquisas que evidenciaram uma imagem de criança presente na violência, no abuso, na exploração.

Assim, com base neste percurso delinear-se os seguintes capítulos: no Capítulo I, apresenta-se o levantamento das pesquisas sobre o tema/problema desta investigação na produção acadêmica. O Capítulo II, busca explorar as articulações possíveis entre educação, infância e imprensa. No Capítulo III, entra em cena a história da imprensa escrita e sua relação com a história da Cidade de Chapecó, no

¹⁰ Aqui se privilegiou alguns elementos apresentados por Meyrowtz (2001, p. 91) que afirma que estas variáveis de produção podem ser manipuladas dentro de cada meio para alterar a percepção do conteúdo da mensagem.

âmbito político, econômico e social. No Capítulo IV, são apresentadas as representações sociais de criança e infância na imprensa escrita chapecoense de 1939 a 1979, buscando relacionar essas representações com a história da infância no contexto brasileiro.

CAPÍTULO I

CRIANÇA, INFÂNCIA E IMPRENSA ESCRITA: UM PANORAMA DAS PESQUISAS SOBRE O TEMA

Para entender a dimensão do problema desta pesquisa e investigar como as relações entre criança, infância e imprensa escrita se apresentam na produção acadêmica, realizou-se um panorama da produção acadêmica brasileira tomando como material empírico as seguintes fontes: dissertações e teses extraídas do Banco da CAPES, no período de 1987 a 2008, Google Acadêmico e GTs da ANPED de 2000 a 2008. Para realizar este levantamento, foram utilizadas palavras-chave selecionando apenas trabalhos que estivessem próximos do interesse do tema/problema desta pesquisa.

Como o título desse capítulo anuncia, trazer um panorama das pesquisas que tomam como objeto a relação criança, infância e imprensa, um primeiro percurso a ser feito é colocar em pauta um pouco da história da pesquisa educacional no Brasil, trazendo alguns autores que discutem estas questões.

Um texto de André (2006, p. 11) intitulado *A jovem pesquisa educacional brasileira* destaca o “grande crescimento no número de trabalhos e mudanças nos temas, nos enfoques, nas metodologias e no contexto de produção”, mesmo considerando esse um campo jovem. A autora focaliza os principais momentos da história da pesquisa:

O primeiro período tem como marco a criação do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), em 1938, ligado ao MEC, que vai apoiar pesquisas para dar subsídios às políticas educacionais. O segundo período é inaugurado com a criação do Centro Brasileiro e dos Centros Regionais de Pesquisa, em 1956, ligados ao INEP, que se encarregam da formação de recursos humanos para a pesquisa. O terceiro momento é o da criação dos cursos de pós-graduação, na década de 70, quando são dadas as condições para a institucionalização da pesquisa.

Outro texto que também discute a pesquisa é de Gouveia (*apud* GOERGEN, 1988, p. 37), destacando que a participação das Ciências Sociais na pesquisa brasileira, se deu a partir da década de cinquenta, “quando o interesse pela modernização do país, estimulado inclusive pela política desenvolvimentista do governo Kubitscheck, envolveu a academia”. Nesse período, segundo a autora, era atribuída à

escolarização, papel importante na transformação do país no sentido de uma sociedade. “A educação passou a ombrear-se com os temas que eram então privilegiados – urbanização, industrialização, mudança, desenvolvimento” (GOUVEIA *apud* GOERGEN, 1988, p. 37).

Estas análises, dos momentos iniciais da pesquisa em educação coincidem com o período histórico que cobre esta pesquisa, isto é, o período 1939 a 1979 tomado para análise das peças jornalísticas sobre a criança e a infância na imprensa chapecoense. Por tal razão pode-se estabelecer relação desses momentos com os temas mais recorrentes ou ainda aqueles calados/silenciados nas pesquisas, sobre a problemática da infância e dos temas a ela associados.

Trazendo também a história da pesquisa em educação, Goergen (1988, p. 4) aponta fases na evolução da pesquisa educacional no Brasil, destacando os trabalhos clássicos dessa discussão publicados ao longo das décadas de 70 e 80: “os trabalhos de Gouveia (1971 e 1976), Cunha (1978), Saviani (1983), Gatti (1982 e 1983) e Mello (1983)”.

Ao eleger o trabalho de Gouveia para um diálogo inicial, Goergen (1988) informa que a autora distingue três principais fases na evolução da pesquisa educacional no Brasil, que de certa forma é bem próxima à abordagem feita por André (2006) e mencionada anteriormente. Cabe destacar em Gouveia (*apud* GOERGEN, 1988, p. 4) o deslocamento do destaque da ênfase na pesquisa, do primeiro momento (1938) para o segundo (1956), que passa do “psicopedagógico, [...] para estudos de natureza sociológica. [...]” e nos anos de 1964 a 1971, predomina os “estudos de natureza econômica, incentivados por órgãos federais e internacionais de financiamento. [...]”.

Goergen (1988, p. 5) completa as análises feitas por Gouveia mencionando os estudos de Cunha, que assinala na década de 70 a criação dos cursos de Pós-Graduação como elemento importante “para se entender o crescimento do volume de pesquisas, quanto para explicar a diversificação metodológica e de conteúdo registrada desde então”. A criação dos programas de Pós-Graduação marca, para Cunha (*apud* GOERGEN, 1988, p. 5) a quarta fase no desenvolvimento da pesquisa educacional no Brasil.

Utilizando-se dos estudos feitos por Mello (*apud* GOERGEN, 1988, p. 6) destaca-se a parte que se refere ao período de 1964 para cá.

A partir do marco simbólico que é 1964, introduz-se, segundo Mello, um elemento novo no contexto da pesquisa educacional – o da segurança. “Educação e desenvolvimento, educação e democracia já não constituem um binômio, mas aí

se introduz a premissa de que o desenvolvimento e a democracia deverão ser constituídos garantindo-se a ordem e a estabilidade das instituições tradicionais”.

É neste contexto que surge uma tendência de reflexão, investigação e de pesquisa educacional “onde predominarão a crítica e a denúncia deste atrelamento da educação e do desenvolvimento às questões de segurança” (MELLO *apud* GOERGEN, 1988, p. 6).

Em meados da década de 70, registra-se a crítica ao papel conservador e reproduzidor da educação começando a ser percebido o seu papel transformador.

No momento atual dessa história da investigação educacional no Brasil, iniciada timidamente na década de 30, não se pode deixar de constatar evoluções positivas como o crescimento quantitativo das pesquisas, a consolidação de grupos de pesquisa em várias partes do país e a atuação da ANPED como fórum marcante de “integração e intercâmbio de pesquisadores e espaço de disseminação da pesquisa educacional e questões a ela ligadas” (GATTI, 2002, p. 20). A autora salienta que “com essa expansão, também se evidenciaram problemas de fundo na própria produção das pesquisas” (GATTI, 2002, p. 21) e entre eles aponta as relações entre teoria e método, modismos periódicos especialmente de modelos de investigação propostos nos Estados Unidos, Inglaterra ou França, com apropriação simplificada quanto aos seus fundamentos, problema da quantidade e qualidade, aspectos teórico-metodológicos, o impacto social das pesquisas em educação, dentre outros.

Depois de traçado um quadro da pesquisa em educação no Brasil, debruçou-se o olhar sobre as pesquisas que tem como preocupação analisar e explorar a relação entre criança, infância e imprensa. Para ir se aproximando da análise, realizou-se uma pesquisa na produção acadêmica brasileira com o objetivo de elaborar um panorama dos trabalhos que estivessem próximos do tema desta investigação. Foram considerados aqui o Banco de Teses da Capes, GTs da ANPED e Google Acadêmico¹¹, conforme vem a seguir.

¹¹ O levantamento do Google acadêmico fez parte de um trabalho apresentado para disciplina “Seminário de dissertação I”, no período de 2009.1. Este banco de dados foi indicado pelas professoras, Isabel Serrão, Diana Carvalho de Carvalho e Ilana Laterman, que ministravam a disciplina.

1.1 Infância e criança na imprensa: um panorama das dissertações e teses (1987 a 2008)

Com o objetivo de identificar como a temática da infância e da criança e sua relação com a imprensa escrita aparecem nas dissertações e teses, realizou-se um levantamento junto ao Banco de Teses da Capes utilizando como palavras-chave: “infância e imprensa escrita”, usou-se a “expressão exata”, para refinar a busca em relação ao assunto, selecionando apenas trabalhos próximos do tema/problema desta pesquisa. O resultado de tal levantamento encontra-se no quadro 2:

Nº	Instituição	Ano	Título	Autor	Área	Tese/ Dissertação
1	Universidade Federal Fluminense	1995	O movimento de defesa da criança e do adolescente: uma contribuição para sua análise.	Martha Fortuna Pereira Bastos	Educação	Dissertação
2	PUC São Paulo	1996	O pão do corpo o pão da inteligência na sociedade 1927-1990.	Angela Silva Costa	História	Dissertação
3	Universidade Federal do Ceará	1996	Meninas, sexo e espaço público: análise do discurso jornalístico cearense sobre a prostituição infantil.	Cleide Maria Amorim dos Santos	Sociologia	Dissertação
4	Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa	1996	Informação e cidadania: meninos de rua no discurso da imprensa paraibana.	Maria da Penha Caetano de Figueiredo	Biblioteconomia	Dissertação
5	Universidade de São Paulo	1997	Cotidiano de crianças e adolescentes nas ruas da metrópole paulistana: sob o fogo cruzado de posturas e opiniões (1964-1965).	Isabel Cristina Ribeiro da Cunha Frontana	História Social	Dissertação
6	Universidade Federal do Paraná	1998	Metamorfose de criança para menor: Curitiba início do século XX	Judite Maria Barbosa Trindade	História	Tese
7	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	1999	Da infância desvalida à infância delinquente: Fortaleza (1865-1928).	Josinete Lopes de Souza	História	Dissertação
8	Universidade Federal do Rio de Janeiro	1999	Infância de papel: análise do discurso jornalístico sobre a infância na imprensa brasileira.	Marina Magalhães de Souza	Comunicação	Dissertação
9	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2001	Prostituição infanto-juvenil e mídia: Estigmatização da pobreza e ideologia.	Leandro Feitosa de Andrade	Psicologia (Psicologia Social)	Tese

10	Universidade de São Paulo	2002	Infância na arena das palavras: as relações discursivas sobre a criança de rua no jornal impresso.	Maria Marta Jacob	Ciências da Comunicação	Dissertação
*11	Universidade Federal do Rio de Janeiro	2003	Cidadania obstruída: Jornais Cariocas e a construção discursiva da violência no Rio.	Mauricio da Silva Duarte	Comunicação	Tese
12	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2004	O tema trabalho infanto-juvenil na mídia: uma interpretação ideológica.	Rosângela Ramos Freitas	Psicologia (Psicologia Social)	Tese
13	Universidade de São Paulo	2004	Depressão na infância: uma abordagem antropológica	Eunice Nakamura	Ciência Social (Antropologia Social)	Tese
14	Universidade Federal de Minas Gerais	2004	Psicologia, Educação e Reforma dos Costumes: Lições da Selecta Católica (1846-1847).	Raquel Martins de Assis	Educação	Tese
*15	Universidade Estadual de Campinas	2004	A formação de uma geração: a educação para a promoção social e o progresso do país no jornal a voz da infância da biblioteca infantil municipal de São Paulo (1936-1950).	Azilde Lina Andreotti	Educação	Tese
16	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2004	A Casa de São José: instituição fundada por Ferreira Vianna, em 1888, no Rio de Janeiro, para abrigar e educar crianças desvalidas para o trabalho.	Vilma Alves Machado	Educação	Dissertação
17	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2005	A categoria “meninos de rua” na mídia: uma interpretação ideológica.	Marcelo Pereira de Andrade	Psicologia (Psicologia Social)	Tese
18	Universidade de São Paulo	2005	Em nome da criança e do adolescente: ONGs e imprensa em parceria na construção do noticiário.	Fabiana da Cunha Pereira	Comunicação	Dissertação
19	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Bauru	2005	Jornalismo Regional e construção da cidadania: o caso da Folha da Região de Araçatuba.	Juliana Colussi Ribeiro	Comunicação	Dissertação
20	Universidade de Brasília	2005	O papel das fontes na construção da notícia: o agendamento do tema trabalho infantil doméstico no jornalismo impresso brasileiro, no ano de 2003.	Willian Silva Bonfim	Comunicação	Dissertação

21	Universidade Luterana do Brasil	2006	Os chasques nos anúncios publicitários: uma condição de ser criança, um endereçamento de futuro?	Maria Ines Galvez Ruiz Costa	Educação	Dissertação
*22	Universidade Federal Fluminense	2006	Tessituras narrativas de O Globo e o acontecimento “chacina da Candelária”.	Danielle Ramos Brasileira	Comunicação	Dissertação
23	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2006	“Traço de união” como vitrine: educação feminina, ideário católico e práticas escolanovistas no período do Colégio Jacobina.	Andrea Soares Caruso	Educação	Dissertação
24	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2007	Fábio Luz e a pedagogia libertária: traços da educação anarquista no rio de janeiro (1898-1938).	Andréia da Silva Laucas de Campos	Educação	Dissertação
25	Universidade São Francisco	2007	Anália Franco e a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva: ideias e práticas educativas para a criança e para a mulher (1870-1920).	Eliane de Christo Oliveira	Educação	Dissertação
26	Fundação Universidade Federal de Sergipe	2007	“Matéria livre... espírito livre para pensar”: um estudo das praticas abolicionistas em prol da instrução e educação de ingênuos na capital da província sergipana (1881-1884).	Meirevandra Soares Figueirôa	Educação	Dissertação
27	Universidade Federal de Juiz de Fora	2007	No veio da esperança a essência da criança diversa na escola: o jogo inquieto do discurso jornalístico de Cecília Meireles.	Rosângela Veiga Júlio Ferreira	Educação	Dissertação
28	Universidade São Marcos	2007	A criança e o adolescente-infrator na imprensa paulista.	Tania Maria da Silva Nunes	Educação, administração e comunicação	Dissertação
29	Universidade de São Paulo	2007	Por uma história sócio-cultural do abandono e da delinquência de menores em Belo Horizonte 1921-1941.	Wesley Silva	Educação	Tese
30	Universidade Federal de Pernambuco	2008	O agendamento do jornalismo: um estudo de caso sobre a infância e adolescência em Pernambuco.	Cristiane Felix dos Santos	Comunicação	Dissertação

31	Universidade Federal de Minas Gerais	2008	A infância sem segredos: a noticiabilidade jornalística do crime de exploração sexual de crianças e adolescentes.	Maria Amelia Tostes Figueiras Campos	Ciências da Saúde	Dissertação
32	Universidade de Marília	2008	A influência da comunicação na erradicação das piores formas de trabalho infantil no Paraná: o Programa Catavento.	Aneri Pistolato	Comunicação	Dissertação
33	Universidade Tuiuti do Paraná	2008	As representações visuais da criança na imprensa: uma análise dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo.	Angela Maria Farah	Comunicação e Linguagens	Dissertação

Quadro 2. Teses e Dissertações Banco da Capes.

* Estas três pesquisas embora não apareçam na ferramenta de busca do Banco da CAPES com as palavras-chave utilizadas, fazem parte desse Banco e foram encontradas por outras buscas de textos relacionados à temática e acrescentada a esse quadro. Cabe destacar ainda que Danielle Ramos Brasileira, autora da pesquisa *Tessituras narrativas de O Globo e o acontecimento “chacina da Candelária”*, está com uma pesquisa de doutorado em andamento intitulada “*As marcas de criminalização do menor nas narrativas da imprensa*”.

Embora os 33 trabalhos de pesquisa sobre criança e infância na imprensa não sejam em grande número, do quadro 2 pode-se perceber que destes, 11 são da Educação, 12 da Comunicação e as demais distribuídas por outras áreas (História, Psicologia, Ciências da Saúde, Antropologia Médica, Sociologia e Biblioteconomia). A educação começa a eleger a imprensa como fonte de pesquisa, deixando explícito que este olhar não é exclusivo da comunicação.

Talvez o interesse ainda pequeno pelo estudo da criança e infância na imprensa escrita por alguns campos do conhecimento justifique-se por um interesse de pesquisa em outras mídias, como a televisão, o cinema, que parece estar conquistando espaço. Assim apresenta-se no quadro 3 a distribuição de trabalhos no levantamento realizado no Banco da CAPES:

Período	1987-1989	1990-1999	2000- 2008	Subtotal
Tipo de Produção				
Teses	-	01	08	09
Dissertações	-	07	17	24
Total	-	08	25	33

Quadro 3. Teses e dissertações sobre infância, criança e imprensa escrita disponíveis no Banco da CAPES, de 1987 a 2008.

A partir deste quadro pode-se observar que a maior parte das pesquisas são dissertações de mestrado (24) sendo 72% dos 33 trabalhos encontrados. As teses (9) representam 27%. Considera-se importante destacar as teses, pois este levantamento procura apenas apresentar um panorama sobre a forma como o tema desta investigação vem sendo abordado pela produção acadêmica brasileira. Não é objetivo realizar aqui uma análise dos trabalhos.

Os dados sistematizados permitem apontar algumas características da produção, tais como: volume de trabalhos ao longo do período, regiões do país de onde provêm os estudos, instituições geradoras das pesquisas, sujeitos investigados, técnicas de coleta de dados; em que condição a criança aparece (SLONGO; VIELLA; DELIZOICOV, 2010).

Na figura 1 pode-se constatar o volume de trabalhos ao longo do período observado.

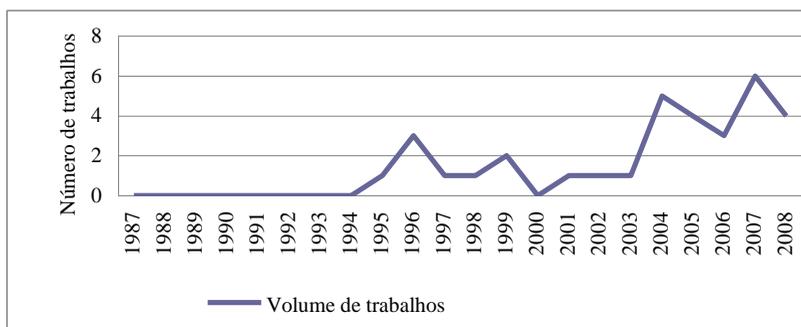


Figura 1. Volume de trabalhos encontrados.

Fonte: Banco de teses e dissertações da Capes.

De acordo com a figura 1, observa-se que as pesquisas presentes no Banco de Teses e dissertações da Capes, com o tema criança, infância e imprensa escrita só começam a aparecer a partir de 1995 com (1) dissertação. Este número só vai aumentar aproximadamente 12 anos depois, em 2007 com um volume maior de publicações, sendo 5 dissertações e 1 tese, totalizando 6 pesquisas representando 20% do total.

A figura 2 mostra a distribuição das pesquisas presentes no Banco da Capes, por regiões do país:

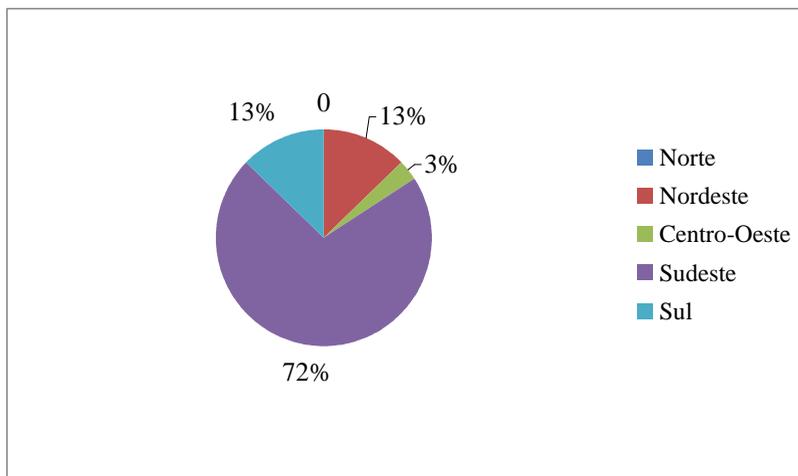


Figura 2. Distribuição de pesquisas por regiões.

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da Capes.

A região Sudeste destaca-se com maior volume (24), totalizando aproximadamente 72% das pesquisas. Em seguida aparecem as regiões Sul e Nordeste ambas com 13% um total de (8) trabalhos. A região Sudeste se destaca também pela concentração de um maior número de programas de Pós-Graduação, sendo que neste levantamento seis instituições representam esses dados.

Com relação às Instituições de Ensino Superior, geradoras das pesquisas, percebe-se uma pulverização de trabalhos por diferentes instituições: UFF (2); UFRJ (2); UERJ (3); PUC (4); USP (6); UNESP (1); USF (1); USM (1); UTP (1); UNIMAR (1); UFPR (1); UFMG (2); UEJF (1); UFPE (1); ULBRA (1); UnB (1); UFPB (1); UFC (1); UFS (1); UNICAMPI (1). As instituições com maior número de pesquisas são USP e PUC-São Paulo.

Do total de 33 pesquisas presentes no levantamento da CAPES, foi possível ter acesso apenas a 16 trabalhos. Destes foram lidos três artigos (referentes a duas teses e uma dissertação) na íntegra; 10 dissertações e três teses, priorizando resumos, introdução e conclusão. A partir deste material coletado garantiu-se a leitura de 48% das pesquisas presentes no levantamento. Considera-se que seria de suma importância trazer a análise completa de todos os trabalhos, porém isto não foi possível nesta etapa.

A partir da análise dos títulos e leitura dos resumos das

pesquisas presentes no Banco da Capes, o quadro que descreve a condição em que a criança aparece nas pesquisas é apresentado a seguir:

- Meninos de rua, menor, infância delinquente, abrigos para a infância pobre, para os “ingênuos”, reforma dos costumes: 14 pesquisas;
- Educação: escola Nova, educação anarquista, educação e promoção social: quatro pesquisas;
- Movimento em defesa da criança/ONGs: três pesquisas;
- Infância/infância idealizada: três pesquisas;
- Prostituição infantil/exploração sexual: três pesquisas;
- Trabalho infantil: três pesquisas;
- Legislação e código de menores: uma pesquisa;
- Depressão: uma pesquisa;
- Participação e cidadania: uma pesquisa.

A partir dos dados apresentados, é possível observar que o que prevalece nas análises dos pesquisadores não é uma imagem da criança como sujeito de direitos, mas um retrato que revela a negação desses direitos. Percebe-se que mesmo em meio a significativos avanços nos seus direitos e os grandes debates sobre a garantia de proteção às crianças na contemporaneidade, essa parcela da população continua visivelmente vulnerável a condições precárias de vida.

O que mais predomina nos trabalhos é sempre uma condição de desvantagem para com as crianças. Quando observada a condição de meninos de rua, menor, pobreza (14 pesquisas) e somadas à prostituição infantil e à exploração sexual (seis pesquisas), é possível encontrar aproximadamente 60% das pesquisas referindo-se a uma situação de desvantagem, ou seja, a condição de abuso, violência contra as crianças que não esteve só no passado, mas que persiste até hoje nos dados, na realidade concreta. Percebe-se que dia a dia é negado à criança seus direitos básicos.

Além de caracterizar as condições em que as crianças são submetidas cotidianamente, seja em um tempo/espço determinado as pesquisas apresentaram a grande força da imprensa escrita na legitimação destas imagens para com a infância e a criança. Os trabalhos trouxeram indicadores de como esta ferramenta da sociedade está articulada a interesses individuais e como é possível, através de sua análise, perceber o movimento de construção de ideias de infância e de criança.

Neste sentido, foram trazidas as pesquisas que utilizaram como análise as práticas educacionais desenvolvidas por algumas personalidades, que lutaram pela garantia de uma educação voltada para

a infância. É importante destacar que essas pesquisas abordam a educação voltada para aqueles que foram excluídos deste processo: os denominados “ingênuos”, abandonados, crianças pobres, a criança considerada como sujeito com especificidades próprias.

Aqui se destaca a produção de Ferreira (2007, D.27, p. 20) que vai buscar 827 crônicas e 148 reportagens na página de Educação do jornal carioca, Diário de Notícias, no período de 1930 a 1933 com o objetivo de “analisar as contribuições da educadora Cecília Meireles no que se refere às discussões sobre a educação considerando a criança em sua diversidade”.

Ferreira (2007, D.27, p. 20) apresenta as concepções que norteavam o discurso jornalístico de Cecília Meireles no processo de divulgação dos ideais da Escola Nova e, principalmente, como esses textos divulgavam aspectos que refrataram sua inserção política na luta por um lugar para a criança nos debates educacionais de sua época. Além de Ferreira (2007, D.27) o trabalho de Campos (2007, D.24) também vai focalizar as ideias da Escola Nova através de arquivos policiais e periódicos operários, abordando as concepções de uma escola libertária para a infância.

Relacionada à influência de educadores no sentido de novas formas de ver a criança e a infância no início do século XX, encontra-se ainda a pesquisa de Oliveira (2007, D.25) que discute as práticas sociais e educativas na obra de Anália Franco, relativas à educação da criança e das mulheres pobres. A autora aborda a questão da criança pobre, menos favorecida trazendo o jornal como fonte para a circulação de ideias renovadoras propostas por Anália Franco, caracterizando aspectos da imprensa feminina. Segundo a pesquisadora, “Por entender que a história é construção constante” o objetivo do seu trabalho é “poder contribuir para uma análise da relação entre a mulher e a promoção da infância na história da educação [...]” (OLIVEIRA, 2007, D.25, p. 19).

Ainda sobre a criança menos favorecida, há a pesquisa de Costa (1996, D.2) que analisa o lugar da criança e do adolescente na sociedade sobre dois momentos históricos distintos, 1927 e 1990. O estudo aborda a substituição do código de menores pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), utilizando a imprensa dos anos 80 como fonte para sua análise e apresentando a condição da criança das classes populares.

A criança como “menor” é tema da dissertação de Frontana (1997, D.5) que analisa as formas de representação do “menor”

construídas a partir do ponto de vista institucional e da sociedade como um todo. Segundo o resumo¹² da autora ela procura:

[...] conhecer as posturas e as práticas adotadas pelo Estado e pela sociedade brasileira em relação a um segmento específico da infância: crianças e adolescentes das camadas populares. Centramos nossa abordagem num momento específico e particularmente importante da história do Brasil, o período em que o país se encontrava sob o Regime Militar, enfocando particularmente a cidade de São Paulo, por meio da leitura da imprensa paulista (1997, D.5).

A tese de doutorado de Silva (2007, T.29) aborda a produção sócio-histórica de representações sobre o abandono e a delinquência de menores em Belo Horizonte entre os anos de 1921 e 1941 utilizando a imprensa jornalística e a imprensa especializada como fontes. O autor justifica sua busca pela imprensa como sendo um fator de suma importância para revelar as condições da criança neste período. Silva (2007, T.29) vai encontrar, através do impresso, elementos para caracterizar personalidades que influenciaram na legitimação e representação de um grupo, que aqui são as crianças na condição de abandono. Entre escritos e imagens ele apresenta o jogo silencioso do Estado para controlar esta parcela da população que ora ameaçava.

Além destes trabalhos, há pesquisas que privilegiaram o papel da imprensa no que diz respeito à pauta do tema infância e da criança, sua cobertura na agenda jornalística e o grande papel desenvolvido pelas ONG's.

Em destaque o trabalho de Ribeiro (2005, D.19) que discute o papel da imprensa local da cidade de Araçatuba “Folha da Região” na construção da cidadania. A autora realiza uma comparação analítica de reportagens sobre “Meninos e Meninas”, série publicada em 2002, além de reportagens veiculadas durante o ano de 1990, data da criação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Esta pesquisa relaciona o processo de produção de notícias no campo regional com a construção para o exercício da cidadania.

Já a produção de Santos (2008, D.30) investiga as estratégias utilizadas pela imprensa para manter e dar maior visibilidade aos temas sobre a infância e adolescência na agenda jornalística. Santos (2008, D.30) discute os trabalhos realizados pelas ONG's (Organizações não

¹² Resumo, presente no Banco de teses e dissertações da Capes.

governamentais), criadas a partir da década de 90 e suas estratégias para incorporar a causa da infância. Para a pesquisadora “esta incorporação por parte das ONG’s é um fator que auxilia a relação de representatividade de suas causas, uma espécie de alicerce político legal, que legitima sua atuação, já que a maioria delas atua no campo dos direitos” (SANTOS, D.30, 2008, p. 18).

As indicações desses pesquisadores demonstram que atualmente a imprensa escrita direciona grande espaço de sua agenda para a pauta da infância e adolescência. Influenciados pelas organizações não governamentais, a partir da década de 90 os pesquisadores apontam que jornalistas, editores, redatores estão mais preocupados com os assuntos ligados às crianças e os adolescentes constituindo, assim, um jornalismo mais voltado para o social.

Considerando o grande papel das mídias na configuração do imaginário social e as mudanças históricas na sociedade, tem-se a pesquisa de Farah (2008, D.33) que busca investigar as representações da criança no jornal impresso no ano de 2006. A autora vai refletir sobre os efeitos de sentido construídos por meio da utilização de técnicas próprias da imprensa, analisando fotografias que trazem imagens de crianças na imprensa escrita. Para Farah (2008, D.33, p. 26):

Como os meios de comunicação são produzidos por homens e mulheres pertencentes às relações e interações resultantes dos sentidos construídos pelos sistemas simbólicos de uma cultura, os veículos de comunicação podem representar a percepção e a visão social sobre a criança, de variadas formas, assim como podem gerar efeitos de sentidos distintos sobre esse mesmo grupo.

Assim, a autora traz algumas representações de criança nas matérias demonstrando uma condição de violência seja urbana, de guerra ou econômica. De acordo com Farah (2008, D.33), é possível afirmar que a representação visual da criança nos jornais tem como objetivo a utilização da criança para despertar no leitor sentimentos de piedade, terror e esperança.

Nesta mesma direção apresentam-se as pesquisas que trazem a relação dessas representações da criança, apontando suas estratégias ideológicas.

Aqui se destaca a pesquisa de Freitas (2004, T.12) sobre o “Trabalho Infantil” na Folha de São Paulo, onde a autora vai apresentar as diferentes estratégias para utilizar a criança e o adolescente na agenda jornalística:

- Crianças e adolescentes podem trabalhar em ocupações vinculadas à mídia como atores, modelos, distribuidores de jornal, idealizadores de jogos eletrônicos, força-tarefa no encarte ou em atividades que fazem parte da cadeia produtiva associada à mídia. Pouca informação sistematizada encontramos sobre este aspecto, exceto algumas matérias no próprio jornal (discutidas posteriormente) e a referência de que em alguns países do hemisfério norte (Dinamarca, Reino Unido e EUA) a distribuição de jornais é uma atividade frequente entre adolescentes (MILJETEIG; WHITE; WILLIANS, 1999).
- Crianças e adolescentes são clientela de mídia, seja ela destinada a esse público, seja ela destinada a adultos. Especialmente após a massificação do acesso à televisão, este tema foi tratado em pesquisas preocupadas com “o impacto da mídia no comportamento de crianças e adolescentes”.
- Crianças e adolescentes são, em determinados contextos, produtores de mídia.
- Crianças e adolescentes são usados como sujeitos de investigação realizada ou envolvendo a mídia, como, por exemplo, em pesquisas acadêmicas ou de *marketing* ou em trabalhos jornalísticos investigativos.
- Crianças e adolescentes podem ser acionados como depoentes ou entrevistados pela mídia.
- Escolares, crianças e adolescentes são público da mídia educacional.
- Imagens, temas, informações associados à infância e à adolescência no geral ou a crianças e adolescentes particulares são veiculados pela mídia.
- Organizações ou instituições de defesa dos interesses ou direitos da criança e do adolescente monitoram a mídia por código de ética, fiscalização, avaliação, concessão de prêmios.
- Organizações ou instituições de defesa dos interesses das crianças e dos adolescentes usam a mídia para desenvolverem suas campanhas (FREITAS, 2004, T.12, p. 60).

Com o objetivo de apresentar a interpretação que o jornal Folha

de São Paulo dá a questão do trabalho infantil, analisando o discurso jornalístico como discurso ideológico, Freitas (2004, T.12) caracteriza o grande leque de temas que podem ser levados a partir das páginas dos jornais que circulam diariamente na sociedade. A autora apresenta que:

A tematização da infância na mídia pode ser interpretada sob dois eixos que se entrelaçam: o das pressões mercadológicas pela ampliação do espaço no mercado consumidor de notícia e, simultaneamente, o do conceito social de infância, manifesto na produção midiática (FREITAS, 2004, T.12, p. 204).

Freitas (2004, T.12, p. 206) chama a atenção para a produção jornalística sendo que quando referentes às camadas populares utiliza um padrão de estigmatização e os mecanismos ideológicos são “reeditados sob matizes e cronologias”, ou seja, a mídia conduz como, quando e o que deve ser dito conforme seus próprios interesses seguindo a ordem vigente. Em sua análise a autora conclui que “o trabalho infanto-juvenil, como tema na mídia, desponta mais fortemente quando, em determinado momento histórico, a tematização sobre meninos e meninas em situação de rua e a prostituição infanto-juvenil perderam sua força” (FREITAS, 2004, T.12, p. 207).

Destaca-se aqui a produção de Andrade (2001, T.9) que se refere ao tratamento dado pela mídia ao tema da prostituição infanto-juvenil na década de 90. A partir do discurso da mídia, que nesta análise vai ser de artigos do jornal Folha de São Paulo, publicados durante o período de 1985-1995, o autor propõe uma “nova interpretação, a interpretação circulante questionando a ideia de que o discurso de denúncia produzido e veiculado pela mídia sustenta e apóia as relações de dominação” (ANDRADE, 2001, T.9, p. 20).

Andrade (2001, T.9) traz à tona o discurso ideológico da imprensa como estratégia para legitimar a condição de dominação dos “não pobres sobre os pobres”. De acordo com sua pesquisa:

Ao devassar a identidade dos depoentes, um dos principais prejuízos que a mídia provavelmente proporcionou aos grupos em situação de vulnerabilidade social e ao estigma, foi a transposição da situação de desacreditáveis para a de desacreditadas. Ao divulgar nome, foto, locais de convivência, perfil, tornou-se público um trunfo das depoentes, a possibilidade de gerenciamento, em outras situações, de outros papéis, a construção de uma outra vida. Quando

explicitada a marca do estigma torna-se a partir daquele momento, elo mediador simbólico e relacional, reduzindo a possibilidade do gerenciamento de papéis, próprios da condição dos desacreditáveis, ao gerenciamento de conflitos (ANDRADE, 2001, T.9, p. 207).

Neste sentido o autor afirma que dificilmente a criança pobre, abandonada poderá atuar em outros espaços sociais para além daqueles que levem a “sua salvação” tornando, desta forma, essas relações injustas (ANDRADE, 2001, T.9, p. 208).

Apoiando-se em Andrade (2001, T.9, p. 209):

Estratégias ideológicas que limitam os potenciais humanos das pessoas em situação de pobreza restringem seus destinos. Gera-se a justificativa para políticas compensatórias e pobres: como os pobres vendem suas filhas para a prostituição, melhor qualquer coisa (por exemplo, uma bolsa escola ínfima) do que nada.

Andrade (2001, T.9), procura apresentar de que maneira estas estratégias utilizadas pela imprensa, consolidam uma imagem que estigmatiza parcelas da população e aqui interessa perceber o quanto essas imagens influenciam os ideais da sociedade, estando presentes nas práticas que muitas vezes são excludentes ou neutras perante certa situação contribuindo, desta forma, ainda mais para a condição de dominação.

Aqui, são pertinentes, as indagações de Arroyo (2007, p. 789):

Que impactos provocam essas estratégias na função da escola e da docência? Em que aspectos desestabilizam concepções de educação, de formação e desenvolvimento humano? Que impactos pode ter em suas identidades se saber desde crianças, segregadas como violentos e infratores na sociedade e até nas famílias e nas escolas?

O discurso neste sentido vai além e acaba legitimando-se em diferentes segmentos da sociedade. As estratégias ideológicas do discurso da imprensa são apenas ramificações de um discurso maior capitalista que articula estas estratégias criando máscaras para esconder os graves problemas decorrentes de um sistema excludente e desigual.

1.2 A infância e a criança na imprensa escrita: GTs da ANPED

Uma fonte específica utilizada para aproximar-se das pesquisas

que buscam a criança e a infância na imprensa escrita são quatro GTs (Grupos de Trabalhos) da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação): GT 2 *História da Educação*; GT 7 *Educação de Crianças de 0 a 6 anos*; GT 14 *Sociologia da Educação* e GT 16 *Educação e Comunicação*. A eleição desses GTs deveu-se ao fato de considerar essas áreas mais próximas do interesse e objetivo da pesquisa e ainda por considerar a ANPED o maior evento na área da Educação, onde ocorrem anualmente reuniões e debates sobre temas referentes à Educação. Neste levantamento encontraram-se apenas três trabalhos, que aparecem no quadro 4:

Nº	Instituição	Autor/Título	Área
01	2001 UFMG	Cyntia Greive Veiga Maria Cristina Soares Gouvêa Uma contribuição para a história da infância: festejos comemorativos da criança.	GT 2 – História da Educação
02	2006 UERJ	Tania Miller A fotografia como instrumento e objeto de pesquisa: imagens da imprensa e do estado do cotidiano de Assistência ao menor – SAM (1959-1961).	GT 2 – História da Educação
03	2006 UFJF	Rosângela Veiga Ferreira Infância e educação para a diversidade no discurso jornalístico de Cecília Meireles.	GT 2 – História da Educação

Quadro 4. Relação de trabalhos apresentados no GT 2 (História da Educação) da ANPED no período de 2000 a 2008.

Dentro da ANPED o levantamento foi realizado a partir do ano 2000 (23ª Reunião) até 2008 (31ª Reunião), período que cobria, no momento do levantamento feito para essa pesquisa, todos os trabalhos disponíveis na página da ANPED, na internet, ficando assim composto o quadro com o número de trabalhos e pôsteres apresentados.

Reuniões anuais	GTs		GT 2 História da Educação		GT 7 Educação de Crianças de 0 a 6 anos		GT 14 Sociologia da Educação		GT 16 Educação e Comunicação	
	T	.P	T	.P	T	.P	T	.P	T	.P
23ª RA – 2000	22	6	11	9	12	1	15	6		
24ª RA – 2001	12	5	14	6	11	1	12	7		
25ª RA – 2002	11	6	10	6	9	1	10	5		
26ª RA – 2003	12	4	9	Não há	10	Não há	20	3		
27ª RA – 2004	14	6	9	6	9	4	18	1		
28ª RA – 2005	20	7	20	8	11	Não há	28	1		
29ª RA – 2006	11	3	22	4	19	4	18	1		
30ª RA – 2007	17	8	18	5	11	1	33	6		
31ª RA – 2008	12	2	19	2	16	1	25	1		
TOTAL	131	47	132	46	108	13	179	31		

Quadro 5. Números de Trabalhos (T) e Pôsteres (P) apresentados nos GTs 2, 7, 14 e 16 da ANPED, no período de 2000 (23ª Reunião) a 2008 (31ª Reunião).

Observa-se que neste período de nove anos, mesmo realizando a pesquisa em 4 GTs, o tema/problema desta investigação mostrou-se pouco abordado pelos pesquisadores em Educação sendo encontrados apenas três trabalhos. Esses dados trazem indagações: Por que esse tema é pouco discutido na ANPED? A criança e a infância na imprensa escrita não chamam a atenção desses pesquisadores? A ANPED não seria local para este debate? As relações entre criança, infância e imprensa escrita não estariam ligadas à formação docente, à escola? Por que apenas a área de história?

Os três trabalhos encontrados são de instituições pertencentes à região Sudeste: UFMG/MG, UERJ/RJ e UFJF/MG. As pesquisas irão focalizar suas análises em uma perspectiva histórica, abordando temas como festejos comemorativos da criança e o cotidiano de meninos e meninas através de fotografias.

Destaca-se neste levantamento o trabalho de Miller (2006, A.2) que faz uma análise sobre as fotografias do cotidiano de meninos e meninas do Serviço de Assistência ao Menor (SAM), retratadas pelo Estado e pela imprensa de 1959 a 1961, do impresso “Jornal do Brasil”. Seu objetivo é investigar a trama histórica que originou a produção e a utilização destas fotografias.

Ao que interessa aqui se destaca a intenção de Miller (2006, A.2) que vai investigar a trama histórica que originou a produção de fotografias do cotidiano de meninos e meninas do Serviço de Assistência ao Menor (SAM), pelo Estado e pela imprensa entre 1959-

1961. Através das fotografias a autora busca desvendar as múltiplas faces do passado.

Minha intenção, aqui, então, é recuperá-las, visto sua importância para a compreensão das histórias do cotidiano das diversas vidas que passaram pelo SAM, e que não expô-las mais uma vez, condená-las novamente ao abandono e esquecimento. *Empilhar, arquivar, silenciar, é o que se tem feito com as histórias de meninos e meninas que um dia ficaram autoritariamente, ou por total falta de opção sob o cuidados do Estado* (MILLER, 2006, A.2, p. 7).

As colocações de Miller (2006, A.2) permitem refletir sobre o tema desta pesquisa que busca nos arquivos da imprensa chapecoense as representações de criança e infância, armazenadas, guardadas, como afirma Arroyo (2007, p. 8) “ocultada nos sótãos de nossa memória social e pedagógica porque choca nossa sensibilidade”. Histórias de crianças que não tiveram o direito de ser criança de ter infância e foram “silenciadas” e tiveram ocultadas as suas realidades. A criança chama a atenção, pede passagem, pede que a reconheçam como sujeito histórico e social.

O trabalho de Veiga e Gouvêa (2001, A.1), que realiza um estudo sobre a infância como um componente do ideal de civilização que marcou o fim do século XIX e início do século XX, utilizando como fontes os jornais da capital mineira no período de 20 e 40 do século XX, e analisando os eventos comemorativos que se consolidam neste período também traz as relações entre infância e imprensa escrita dentro de outra temática.

Neste, os autores analisam movimentos distintos. Primeiramente a comemoração do dia da criança, num segundo momento a comemoração da criança pobre, em particular as festas de Natal, onde a filantropia esteve fortemente presente mobilizando diferentes setores da sociedade. O terceiro movimento relacionou-se aos concursos de robustez infantil, sendo estes um campeonato que envolvia toda a cidade, na intenção de comemorar a infância eugênica. De acordo com as autoras:

Temos que, mais do que comemorar a infância, buscou-se comemorar as ciências, sendo as crianças tomadas como objetos psico-médico-biológicos, passíveis de serem medidas, testadas e denominadas normais ou anormais. No objetivo de perseguir o ideal de uma nação civilizada, as

representações de criança projetaram a concepção de infância, como utopia de um novo mundo adulto a ser estabelecido (VEIGA; GOUVÊA, 2001, A.1, p. 2).

Essas características apresentadas pelas pesquisadoras evidenciaram que a imprensa além de detalhar os acontecimentos que envolviam a sociedade desta época contribuiu através da promoção desses eventos para consolidar um projeto de nação e futuro cidadão. O trabalho vai abordar as diferentes comemorações destacando o papel delas na caracterização de objetivações acerca da criança. De acordo com Veiga e Gouvêa (2001, A.1, p. 15):

Não é a infância que ocupa a cena, mas as crianças pobres, desvalidas, enfeitadas, robustas, belas, educadas, estudiosas. As diferentes adjetivações às quais as crianças eram associadas nos vários eventos que as comemoravam, são reveladoras de um movimento de estabelecimento de práticas sociais distintas dirigidas à criança brasileira. Tais práticas eram definidas pelo seu pertencimento social, racial e de gênero.

Os trabalhos apresentados na ANPED contribuem para esta pesquisa, pois trazem, além do mesmo período de análise, elementos fundamentais para observar a imprensa escrita chapecoense. Tanto Miller (2006, A.2), ao trazer as fotografias caracterizando uma parcela da população fragilizada por uma instituição que contribuiu como instrumento para excluir meninos e meninas na década de 60 quanto o trabalho de Veiga e Gouvêa (2001, A.1), trazendo os festejos comemorativos da criança, trazem indicações significativas acerca da utilização da imprensa escrita como um forte documento para compreender a história e principalmente entender o quanto esses acontecimentos refletem nas práticas da sociedade até hoje.

1.3 Infância e criança na imprensa: *Google acadêmico*

Além da ANPED realizou-se um rastreamento no Google Acadêmico¹³ onde foram encontrados 8 artigos publicados em congressos: XXV Congresso Anual de Ciências da Comunicação; CIES-

¹³ Esta pesquisa possibilita um levantamento nos periódicos, congressos e revistas no contexto acadêmico de produção. Acesso em: 20 fev. 2009.

ISCET/Celta; Encontros Especiais III – Intercom Junior¹⁴; XXIX Congresso Brasileiro de Comunicação; VI Congresso Luso-Brasileiro de História. Foi encontrado um trabalho na revista on-line do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (Unileslmeg).

As publicações podem ser visualizadas no quadro 6:

Título	Autor	Ano/Local
1. Infância, higiene e saúde na propaganda (usos e abusos nos anos 30 a 50)	Olga Brites	2000 PUC-São Paulo Revista Brasileira de História, v. 20, n. 39, São Paulo.
2. Imagens de crianças na imprensa de informação geral	Maria Cristina Ponte	2002 Universidade de Nova de Lisboa. Trabalho apresentado no NP 02-Núcleo de Pesquisa Jornalismo, XXV Congresso Anual em Ciências da Comunicação, Salvador B/A, 4 e 5 de setembro de 2002.
3. Cobertura jornalística da infância: definindo a “criança internacional”	Maria Cristina Ponte	2002 Sociologia, Problemas e Práticas. Lisboa.
4. O discurso sobre a criança na mídia impressa do Vale do Aço	Silvana Pimentel Pereira Cássio Eduardo Soares Miranda	2004 Unileste/MG. Revista on-line Unilestem, v. 2, p. 3, 2004
5. A questão do conhecimento na cobertura sobre infância e adolescência	Ana Carolina Lima Santos	2005 Universidade Federal do Sergipe Trabalho apresentado ao EventosEspeciais III Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
6. Movimentos de defesa da infância e a cobertura sobre educação pública: um estudo empírico sobre a imprensa Cearense	Lídia Soraya Barreto Marôpo	2006 Artigo apresentado: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UnB – 6 a 9 de setembro de 2006.

¹⁴ Foi realizado a partir deste levantamento um rastreamento na revista INTERCOM, para observar as publicações, porém não foram encontrados trabalhos com o tema “criança, infância e imprensa escrita”, palavras exatas. Acesso em: 23 jun. 2010.

7. Crianças em risco. O espaço latino-americano na imprensa portuguesa	Maria Cristina Ponte	2006 Universidade Nova de Lisboa. Artigo apresentado: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UnB – 6 a 9 de setembro de 2006.
8. A infância no Brasil: uma leitura de ABC – jornal das crianças (1912)	Maria Angélica Alves	2006 Universidade do Estado do Rio de Janeiro Artigo apresentado no VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação Uberlândia.

Quadro 6. Relação de trabalhos levantados no Google acadêmico: 2000-2008.

Dentro do levantamento no Google acadêmico pode-se observar que há um volume muito pequeno de trabalhos, apenas oito dentro do período de 2000 a 2008. Em destaque, com um maior número de publicações, está o ano de 2006 com três trabalhos. As instituições geradoras das pesquisas e também as regiões do país de onde provêm os estudos apresentam-se diversas. Neste levantamento são encontradas a PUC-São Paulo (1); UNILESTE/MG (1); UFS/Sergipe (1); UERJ/Rio de Janeiro (1); UFC/Ceará (1) e uma instituição internacional Universidade Nova de Lisboa/Portugal (3).

Dos oito trabalhos encontrados no Google acadêmico, a maioria é da área de Comunicação (cinco trabalhos). Em seguida aparece a área de História com dois trabalhos e em Psicologia um. Os dados apresentados neste levantamento apontam uma predominância da cobertura geral da criança na agenda jornalística. Foram utilizadas observações diárias de jornais impressos e uma pesquisa usou entrevistas com jornalistas.

Dos trabalhos encontrados, destaca-se primeiramente a produção de Santos (2005, G.5), que vai apresentar a relação do jornalista com o tema da infância. Em sua pesquisa Santos (2005, G.5, s.p.) vai trazer como a qualidade da cobertura se relaciona com a capacidade que os profissionais tem para “operar técnicas cognitivas adequadas à abordagem apropriada dos temas”.

Neste sentido a pesquisadora aponta a deficiência que estes profissionais têm sobre a temática abordada. Segundo Santos (2005, G.5,

s.p.):

A falta de conhecimentos dos profissionais sobre a doutrina da proteção integral parece ser reproduzida na percepção que eles têm sobre a própria cobertura. Ainda que o tema mais recorrente nos telejornais seja a educação (com 60 matérias em um período de três meses), quando questionados sobre os tópicos mais recorrentes sobre crianças e adolescentes, todos eles citam assuntos relacionados a crianças e adolescentes em estado de risco. Crianças em situação de rua (5), trabalho infantil (4), abuso sexual ou prostituição (4) e violência ou maus-tratos (3) foram os temas citados com maior frequência. A educação foi citada apenas uma vez, assim como as questões artísticas e as ações comunitárias.

As questões apresentadas por Santos (2005, G.5) merecem destaque quando observada a produção da cobertura dos temas sobre infância na agenda jornalística. A grande visibilidade desses temas certamente é influenciada por organizações e muitas vezes os próprios profissionais acabam apenas recebendo essas mensagens, sem ao menos estarem envolvidos com a causa. Aqui se ressalta a produção de Morôpo (2006, G.6) que vai abordar justamente a influência dessas organizações no processo e enquadramento da informação jornalística.

Pesquisando os dois maiores jornais cearenses, *O Povo* e *Diário do Nordeste*, e grupos organizados que defendem os direitos de crianças e adolescentes, a pesquisadora vai mostrar “até que ponto os movimentos de defesa da infância conseguem ou não se impor como fontes de informação credíveis, divulgando o seu discurso simbólico por meio dos media jornalísticos” (MORÔPO, 2006, G.6, p. 1).

Tendo como foco central a mídia e os movimentos sociais, Morôpo (2006, G.6, p. 1) destaca que “Os grupos organizados sabem que os meios de comunicação são um campo privilegiado para conseguir visibilidade social para as suas questões e utilizam o agendamento mediático como estratégia”. De acordo com a autora:

[...] as corporações capitalistas e os governos têm nítidas vantagens na influência que exercem sobre a agenda noticiosa e, conseqüentemente, têm também mais facilidade em impor os seus pontos de vista, mas grupos menos poderosos e politicamente marginais conseguem muitas vezes imprimir a sua marca neste campo (MORÔPO, 2006, G.6, p. 2).

Morôpo (2006, G.6) conclui que esse tema vem sendo pouco estudado e precisa ser mais investigado, pois é a partir dessas relações que pode-se influenciar ou até legitimar políticas públicas que garantam os direitos de crianças e adolescentes.

Trazendo a visibilidade dos temas referentes à infância destaca-se neste levantamento a produção de Maria Cristina Ponte, pesquisadora portuguesa, que vem realizando pesquisas sobre a criança e a infância na imprensa desde 2000.

As contribuições de Ponte (2002, G.3) vão em direção de realizar um estudo sobre a construção social da infância produzida pelo jornalismo. Neste sentido a pesquisadora vai realizar um estudo com base em duas análises comparativas buscando peças jornalísticas e identificando de que forma as crianças são apresentadas nos títulos e sobre o que essas peças se referem. Segundo Ponte (2002, G.3, p. 62):

Folheando jornais de informação geral procuramos ir além de “momentos de crise” ou de calendário (abertura do ano escolar, exames, Dia Mundial da Criança), inventariar que assuntos aparecem no dia a dia, tanto os que aparecem muito como os que aparecem pouco, e procurar perceber como essas opções se inserem na construção mais geral do discurso jornalístico.

As comparações de Ponte (2002, G.3) demonstram informações diferentes sobre a apresentação da criança como sujeito nas notícias, com base em duas análises comparadas sobre a cobertura jornalística referente a temas da infância. A primeira em dois jornais de Portugal (Público e Diários de Notícias) caracterizando a “criança internacional”, no ano de 2000. A segunda toma como base uma semana do mesmo ano observando cinco jornais (Público, Diário de Notícias, Le Monde, The Guardian e El País).

Segundo a autora:

As notícias da Europa estão mais próximas das agendas nacionais, estendendo-as e completando-as cobrindo matérias sobretudo ligadas a insegurança e riscos da vida quotidiana. Dos “espaços distantes” vêm sobretudo “problemas distantes”, como a pobreza imensa ou a violência da guerra. Há polarização entre a imagem hegemônica da criança europeia, com mais futuro e menos marcada pelo gênero e pela pobreza, e a criança do Terceiro Mundo, mais marcada nas suas diferenças étnicas, de gênero, de idade, de posição social (PONTES, 2002, G.3, p. 74).

Ponte (2002, G.3), neste mesmo trabalho, traz um indicador de análise muito importante: a presença das crianças como sujeitos da notícia. Para a pesquisadora “essa construção é traçada pela sua presença como sujeitos passivos ou beneficiários e pela negatividade ou distância social que acompanha a sua apresentação como sujeitos atores” (PONTE, 2002, G.3, p. 75).

De acordo com Ponte (2006, G.7, p. 2), “A presença de crianças nos jornais de informação geral dá continuidade à expressão vitoriana de que são mais para serem vistas do que ouvidas, silenciadas que as vozes por contraste com a frequência com que aparecem os seus corpos”. Ponte (2006, G.7) traz indicações de que as imagens da criança na imprensa têm uma função simbólica e que suas imagens são utilizadas apenas como “isca”, para atrair a atenção do leitor.

Em outro trabalho, Ponte (2002, G.2) chama a atenção para a imagem simbólica da criança ao apreciar a apresentação dela em imagens fotográficas, que quando apresentada como vítima “será um constituinte dominante do noticiário”. Neste sentido a autora traz contribuições importantes:

Falar sobre crianças não é apenas falar sobre crianças em sentido literal. Elas são uma sinédoque sobre o futuro do país, o bem estar político e social de uma cultura. As histórias sobre crianças são sentimentais. Recorrem aos mesmos ganchos emocionais dos filmes melodramáticos. Levam os adultos a agir. A imagem de uma criança em perigo é um ‘isco’ perfeito, tão forte que impede o pensamento racional. As crianças acentuam a dramaticidade de uma causa ao ser contrastada a sua inocência com a malevolência (ou talvez apenas a banal hostilidade) de adultos com poder. Por fim, o foco nas crianças serve como função logística. Uma vez que há crianças em todo o mundo, estão sempre disponíveis, e depressa, para servirem de “cabide noticioso” (PONTE, 2002, G.2, p. 1).

Neste trabalho a pesquisadora apresenta não somente as questões relacionadas à visibilidade das crianças na imprensa, mas também o grande desafio de como informar sobre os pequenos, chamando a atenção para a sensibilidade, rigor e sentido ético.

Após trazer as diferentes formas em que a criança aparece na imprensa em geral nos diversos países de sua análise, caracterizando *como* elas são notícias, Ponte (2002, G.2, p. 13-14) conclui que:

A carga simbólica pesa em particular, com a ideologia ocidental eivada de romantismo a privilegiar a sua construção como seres frágeis e inocentes. Quando essa imagem não encontra correspondência com a figura real, ou se ignora esta ou é diabolizada como “não-criança”. Neste como noutros campos do social, a pressão acentuada da concorrência, a espectacularização com investimentos gráfico acompanhado da redução dos textos, a informação mínima descontextualizada, a lógica do audiovisual (ritmo, colorido variedade, personalização) a penetrar no registro da imprensa, o insuficiente conhecimento do campo social por parte de jornalistas com dependência de canais de rotina na recolha de informação (fontes oficiais, entre elas as policiais), o conformismo nas formas de fazer notícia satisfazendo a fragmentação de acontecimentos em esferas isoladas (por exemplo, domínio neste campo da editora do “crime”) são aspectos que percorrem a cobertura de imprensa deste campo e que encontramos em várias latitudes.

Ponte (2002, G.2) contribui muito no sentido de chamar a atenção para a maneira que as crianças são notícia, apreciar o lugar onde elas são notícia e, principalmente, identificar as representações que estas notícias carregam.

Nesta mesma direção encontra-se o trabalho de Brites (2000, G.1) que busca imagens de infância construídas na propaganda brasileira, com destaque para os temas de higiene e saúde, presentes nos mais diferentes produtos: eletrodomésticos, móveis, remédios, alimentos, iluminação, etc. As imagens de infância veiculadas aparecem associadas à família, apresentando a criança como dependente do adulto.

Este trabalho faz parte da tese de doutoramento realizada por Brites (2000, G.1), que analisa imagens de infância vinculadas aos periódicos paulistas e cariocas nos anos de 1930, 1940 e 1950 observando como estas imagens associadas às publicações estão em sintonia com questões como fragilidade, ameaça e inocência. Para a autora:

A propaganda, ao mesmo tempo em que se articulava com problemas gerais de políticas públicas, cultura e periodismo, manteve um projeto próprio no que se referia ao universo do

consumo, percorrendo questões de saúde, alimentação, vestimenta, beleza, modernidade, louvor do mundo industrial, sob o signo do consumo como solução universal para todos os males. O vínculo entre criança, mãe e família foi intensamente alimentado no mundo da publicidade brasileira dos anos 30 a 50, servindo de mote para a apresentação e a justificativa dos mais diversos produtos (BRITES, 2000, G.1, s.p.).

Além disso, a pesquisa levanta questões sobre o cultivo de uma visão idealizada de criança e infância e como a pobreza infantil aparece como problema.

Ao elaborar a imagem do futuro cidadão como saudável, forte e robusto, tentava-se romper com um presente vivido principalmente pelas crianças pobres, em especial o da fragilidade e da ausência de higiene e sucesso, destruindo uma imagem que não se queria cristalizar como memória. Assim procedendo, deixava-se de considerar experiências significativas do presente e do passado, expressas em tradições culturais, como se essas diferentes temporalidades não fossem marcadas por tensões, conflitos e importantes construções sociais (BRITES, 2000, G.1, s.p.).

Brites (2000, G.1, s.p.) chama atenção para as estratégias publicitárias que estavam de acordo com ideais de uma sociedade de consumo que se instalava, assinalando que:

A propaganda também atuou no sentido de interferir em todas as dimensões do viver dos sujeitos, assumindo um caráter de um discurso totalizante (saúde, higiene pessoal, alimentação, lazer, vestimenta, escolaridade, habitação), estando sintonizado com outras propostas que cada período sugeria para o social.

A autora ainda conclui que o “uso das crianças como justificativa ou destino da compra de mercadoria fez-se crescentemente presente, demonstrando como se já estava num mundo em que consumir foi transformado em viver desde a mais tenra idade” (BRITES, 2000, G.1, s.p.).

Estas indicações possibilitaram perceber, apoiando-se em Brites (1992, p. 13), que “Abordar a infância numa perspectiva histórica poderá ajudar a compreender como se elaborou uma identidade para a criança no período pesquisado”. Desta forma colocam-se algumas

interrogações: quais serão as representações das crianças e da infância apresentadas pela imprensa escrita chapecoense? Que elementos do discurso jornalístico presentes no período de análise legitimaram ideais de criança e infância? Quais crianças estão silenciadas no arquivo da imprensa chapecoense de 1939 a 1979? Como as crianças são notícia?

As pesquisas apresentadas neste capítulo revelam alguns aspectos da infância que foram objeto de notícia, destacando de um lado uma criança marginalizada em condições de abuso e exploração, e de outro a criança reconhecida pelos seus direitos. Desta maneira, revelando que no decorrer da história as condições de vida da criança não mudaram, os avanços nas discussões sobre a garantia dos direitos ainda são muito pequenos perto de tanta vulnerabilidade acerca desta parcela da população.

Os dados que predominam nas análises dos pesquisadores são a exploração, seja do trabalho infantil, do abuso sexual, violência ou da pobreza, caracterizando uma condição precária de vida. Os dados das pesquisas apenas caracterizam uma imagem negativa da criança e da infância. Essas imagens alertam sobre uma realidade que não aparece com todos os seus perversos contornos. A condição de viver dessas crianças vem se precarizando “até os extremos desumanizadores e até formas de socialização embrutecedoras” (ARROYO, 2007, p. 805).

Neste sentido, este levantamento torna-se importante para entender as relações entre criança, infância e imprensa escrita em Chapecó num recorte temporal que vai de 1939 a 1979, pois ele permite visualizar e compreender sob diferentes prismas a condição social da criança através da imprensa, lançando luzes para a análise. Se as pesquisas revelam uma representação negativa da condição social da criança, é porque os direitos desses sujeitos ainda não estão garantidos e mostram, principalmente, o quanto a imprensa é um material significativo para entender a sociedade e sua estrutura.

CAPÍTULO II

EDUCAÇÃO, CRIANÇA E IMPRENSA: A IDEIA DE INFÂNCIA EM QUESTÃO

Os meios de comunicação reorganizam a política, a cultura a arte, a música, a literatura, transformam todas essas esferas. Diferentes das outras épocas jogam também muito mais com o componente da imaginação e não mais tanto com o da razão. E dentro do predomínio da imaginação, passa a funcionar mais decisivamente o componente das imagens (MARCONDES FILHO, 1994, p. 30).

Neste capítulo, procura-se explorar que é possível realizar articulações entre educação, criança e imprensa. Como repercute no campo educacional a relação histórica e material do processo de constituição da infância, da construção cultural da infância? Que vazios a imprensa escrita busca preencher quando fornece as imagens sobre a infância? Qual o papel da educação para a análise das imagens da infância divulgadas pela mídia? Nessa direção Zizek (1996, p. 7), afirma categoricamente “a existência da ideologia como matriz geradora que regula a relação entre o visível e o invisível, o imaginável e o inimaginável, bem como as mudanças nessa relação”.

Buscar na imprensa, em suas entrelinhas, a forma como a sociedade influenciou e esteve presente na construção de conceitos e estereótipos sobre a criança e infância, pode ajudar muito a compreender como vai se constituindo uma imagem, pois “a imprensa é considerada um bom material de análise sociológica porque constitui um lugar onde se manifestam as concordâncias de uma cultura, sua lógica interna, suas contradições e seus imperativos” (FUKUI; SAMPAIO; BRIOSCHI, 1985, p. 32), permitindo assim, através de sua análise, fazer inferências sobre a sociedade. Analisar imagens de infância e de criança presentes na mídia e especialmente na mídia impressa supõe obrigatoriamente articular esses imaginários com o imaginário da docência e da pedagogia.

Como a ideia de infância que se consolida na idade moderna começa a ganhar novos olhares na sociedade contemporânea e como a imprensa vai tentando criar novos códigos de interpretação e construção de sentidos? Isso coloca para a educação o desafio de uma formação que contemple as diferentes linguagens e possibilite com ela e através dela

estabelecer novas estratégias de mediação crítica com o mundo.

O texto de Arroyo (2007), ao analisar a violência infanto-juvenil como imaginário sobre o povo e sobre a infância-adolescência populares e o quanto esse imaginário tem incomodado e indagado a sociedade e a Pedagogia, as pesquisas, a reflexão teórica e o fazer educativos, reafirma a necessidade de insistir nas análises desse imaginário e coloca algumas indagações muito pertinentes para a educação. “As reações à violência estariam mostrando a fragilidade da proclamação da educação como direito de todos? E a fragilidade do reconhecimento da infância-adolescência como sujeitos de direitos?” (ARROYO, 2007, p. 787).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996) salienta no seu Art. 1º que: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Dentre essas manifestações culturais foca-se a análise na imprensa escrita, pois como coloca Zizek (1996, p. 21) “o mercado e os meios de comunicação (de massa) estão dialeticamente interligados; vivemos numa ‘sociedade do espetáculo’ (Guy Debord) em que a mídia estrutura antecipadamente nossa percepção da realidade e a torna indiscernível de sua imagem esteticizada”.

Como focar o olhar em determinadas imagens de criança e infância? Como regular a relação entre o visível e o invisível? Como deixar de revelar as condições sociais que geram tais narrativas e imagens? E essas imagens indagam a pedagogia e os educadores, instigando a necessidade de uma educação do olhar, de uma alfabetização midiática capaz de questionar as variáveis de produção que podem ser manipuladas para alterar a percepção do conteúdo da mensagem. Que imagens e palavras sobre a infância e a criança na contemporaneidade estariam se impondo? Refletindo sobre como a tecnologia da imagem se transformou numa prótese do olhar, Jobim e Souza (2010) ressaltam a necessidade de “desencadear um conhecimento que desmascare a superficialidade e a padronização do olhar, permitindo um mais profundo contato com a leitura e a interpretação das imagens que circulam velozmente entre nós” e ainda indagam:

O que é olhar o mundo através das lentes? Que mudanças são desencadeadas no olhar através da mediação proporcionada pelos instrumentos técnicos? O que somos capazes de ver e o que nos escapa ao olhar? A imagem técnica é uma

representação fiel e objetiva do real ou uma nova forma simbólica de captar o mundo mediado pela técnica? Os objetos, captados pelas lentes, são signos que definem a realidade através de conceitos? Conhecer o mundo através das lentes é criar um outro mundo possível? Quais as consequências deste acontecimento contemporâneo nos modos de ser, agir e conhecer? De que modo podemos tirar partido do uso da tecnologia para construirmos relações interpessoais solidárias e humanitárias? Quais são as possibilidades de criação e de liberdade em uma sociedade cada vez mais programada pela tecnologia?

A grande ilusão de que tudo se pode saber é oferecida em todos os momentos pela mídia, porém essa é a grande confusão entre conhecimento e informação.

Com a generalização do estilo midiático e a confusão entre informação e conhecimento, é o saber que deve estreitar-se para aparecer como mera informação, tão compreensível quanto digerível. Além disso, apresentar ou deter um grande acúmulo de informações dá a ilusão de dominar um saber. **Mas a ilusão de saber é grande aliada da ignorância** (CARDOSO, 2004, p. 8, grifo nosso).

Diante dessas considerações sobre a necessária articulação entre a educação e o papel da imprensa na difusão de um ideário da infância, na construção de conceitos e estereótipos para a infância, uma passagem pela história faz-se necessária para avaliar como esse processo vai tomando diferentes feições ao longo do tempo. Mudanças na forma de organizar a produção e a sociedade refletem imagens determinadas do social que às lentes interessam captar e divulgar. Nesse caso o que se pretende ao longo desse capítulo é acompanhar a forma como historicamente foram se delineando nomes e lugares para a infância.

2.1 Alguns saberes constituídos sobre a infância

Para abordar a história da infância e conseqüentemente as representações de criança e infância presentes na imprensa escrita 1939/1979 em Chapecó/SC, convém situar o que se entende por infância e distinguir este conceito com o de criança, sendo que estes vêm sendo frequentemente abordados como sinônimos.

A questão da infância, na perspectiva adotada, refere-se à infância como categoria social construída historicamente e refere-se a condição social de ser criança¹⁵. A criança nesta mesma direção é compreendida como um ser humano de pouca idade que segundo Benjamim (BOLLE *apud* QUINTEIRO, 2009, p. 19) “não é uma miniatura do cosmos adulto; bem pelo contrário, um ser humano de pouca idade que constrói seu próprio universo, capaz de incluir lances de pureza e ingenuidade, sem eliminar, todavia a agressividade, resistência, perversidade, humor, vontade de domínio e de mando”.

Para Quinteiro (2002, p. 22):

os saberes constituídos *sobre* a infância que estão ao nosso alcance até o momento nos permitem conhecer mais sobre as condições sociais das crianças brasileiras, sobre sua história e sua condição de *criança sem infância* e pouco sobre a infância como construção cultural, sobre seus próprios saberes, suas possibilidades de criar e recriar a realidade social na qual se encontram inseridas [...].

Para encaminhar a análise na direção dos saberes constituídos sobre a infância, cabe lembrar o historiador francês Philippe Ariès, como um dos pioneiros na pesquisa sobre a infância. Ele analisou o cotidiano de crianças burguesas na pintura, vitrais de igrejas, túmulos, esculturas, leques, cenas gravadas nos tecidos, ilustrações da Bíblia, bronze, tapeçaria, efígies funerárias, entre outros, e no século XIX, a fotografia. Afirma que a mudança de conceito sobre a infância implica em uma transformação lenta de atitudes, abrangendo um período longo do movimento histórico, “É no século XIII, que a criança começa a ser representada com características um pouco diferentes que foram modificando durante os séculos XIV e XV” (ARIÈS, 1978, p. 55).

Ariès (1978) apresenta que certos sentimentos que hoje são considerados repugnantes, como indiferença à morte de um filho eram condutas típicas na Idade Média. Manifestações como cuidados e amor pelas crianças não aparecem.

No primeiro caso, a infância era apenas uma fase sem importância, que não fazia sentido fixar na lembrança; no segundo caso, não se considerava

¹⁵ Este conceito de infância surge a partir das discussões realizadas no Grupo de Pesquisas GEPIEE coordenado pela professora orientadora Jucirema Quinteiro. Ver em: <<http://www.gepiee.com.br>>.

que essa coisinha desaparecida tão cedo fosse digna de lembranças havia tantas crianças, cuja sobrevivência era tão problemática (ARIÈS, 1978, p. 56).

Apesar das críticas que recebeu especialmente de Kuhlmann Jr. (1998, p. 22), mostrando que as fontes não estavam mudas em relação à infância na Idade Média e destacando, especialmente, “os registros paroquiais, as cartas, a literatura romanesca, os textos jurídicos e médicos, os tratados de educação, as biografias dos santos”, Ariès (1978) faz um destaque interessante relacionado à afirmação da não existência do sentimento de infância na sociedade medieval. Para ele, essa afirmativa “não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas” (p. 156). E insiste: “O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência de particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia” (ARIÈS, 1978, p. 156).

A obra de Ariès (1978) ocupou o mais significativo destaque com relação à investigação sobre a infância e abre caminho para as pesquisas que se propõem a entender a forma como foram se configurando saberes a respeito da infância.

Cunha (2005, p. 17) traz em sua tese uma síntese das representações da infância no decorrer da história, apontando diferentes perspectivas sobre o lugar da criança na sociedade. De Ariès destaca a ideia de infância como uma invenção moderna; de DeMause aponta a menção ao baixo nível de cuidado com as crianças nas sociedades medievais evoluindo para tratamentos mais humanos e especializados nas sociedades modernas. Como posição discordante destas, menciona trabalho de Linda Pollock:

baseado em diários, autobiografias, jornais e relatórios de tribunais que oferece pouco suporte à tese de Ariès de que existiria nas sociedades medievais uma relativa indiferença pelas crianças, e à tese de DeMause, que referia uma generalização de maus tratos e abusos às crianças na Idade Média. Pelo contrário, Pollock descobriu que “quase todas as crianças eram desejadas [...] e que os pais revelavam sinais evidentes de angústia face à doença ou à morte dos filhos” (CUNHA, 2005, p. 17).

Destaca ainda, dos autores por ela estudados, que as relações entre pais e filhos não era unilateral, que as brincadeiras de crianças

eram comuns na sociedade medieval, bem como a criação de uma cultura de pares, enfatizando que “a mais pequena mudança na estrutura da família ou na sua forma de organização traz enormes consequências para a forma como a criança é encarada e vivida pela família [...] e também as mudanças socioeconômicas” (CUNHA, 2005, p. 17).

Outra contribuição interessante para compreender o significado ideológico da criança e o valor social atribuído a infância que irão demarcar o olhar pedagógico é do sociólogo francês Bernard Charlot, na década de 70. O autor apresenta como a pedagogia também vai elaborar suas representações de infância destacando a necessidade de diferenciar natureza humana (delineada pela relação da criança com o adulto e com a realidade social) e natureza (no sentido biológico do termo), a dimensão social da relação da criança com o adulto, as relações da criança com a sociedade, denunciando que por trás das ideias de cultura e natureza, há um processo ideológico de camuflagem das desigualdades sociais (CHARLOT, 1986, p. 112). Ao refletir sobre a imagem da criança na pedagogia nova e tradicional, apresenta duas concepções de infância, que vão delinear a prática e conceitos pedagógicos sobre a infância:

Qualquer que seja a concepção filosófica e pedagógica, a infância aparece como o período humano, por excelência, da disponibilidade, da plasticidade, isto é, como a idade do homem é eminentemente educável e corruptível. A criança é o ser cujas faculdades e personalidades não estão ainda formadas, o que a expõe a todos os perigos que a espreitam, mas o que a abre a todas as influências protetoras e formadoras. A educabilidade da criança é a outra face dessa insuficiência do desenvolvimento que a ameaça de corrupção. Pedagogia tradicional e pedagogia nova elaboram representações da infância fundadas, todas duas, nos conceitos de educabilidade e de corruptibilidade (CHARLOT, 1986, p. 116).

Para a pedagogia tradicional, a natureza da criança é originalmente corrompida e a grande tarefa é de desenraizar essa selvageria. Já para a pedagogia nova representa para si, ao contrário, que a natureza da criança é inocência original e ela procura proteger esta natureza infantil.

Ao fazer este percurso, Charlot (1986) pretende precisar as significações ideológicas veiculadas por esses sistemas pedagógicos:

É, entretanto, da criança em si que nos fala a pedagogia, quer a tradicional quer a nova. Da mesma forma que a pedagogia mascara a significação social da educação por trás da cultura concebida como elevação em direção ao absoluto a realização em si do Homem ideal, dissimula a significação social da infância por trás das ideias de natureza humana e de luta contra a corrupção. É exato que a educação cultiva, mas é ideológico isolar a cultura do conjunto das relações sociais. É exato que a criança se desenvolve e se torna adulta, mas é ideológico fazer desse desenvolvimento um processo autônomo, sem levar em conta seu valor econômico, social e político (CHARLOT, 1986, p. 134).

Assim, a infância ora aparece de forma delineada em seus aspectos mais puros, como aparece na obra Jean Jacques Rousseau, em *O Emílio*, trazendo uma fonte inesgotável de reflexões sobre a infância e a educação ou nos ideários iluministas representados nas obras de seus seguidores como Dewey, Pestalozzi e Claparède. Segundo Cambi (1999, p. 354):

A visão de infância, o papel do educador, a própria consciência por parte do pedagogo das estruturas e da função (até social e política) do próprio discurso mudaram profundamente através das lições de Rousseau, enquanto a pedagogia no seu conjunto adquiriu uma dimensão mais francamente antropológica e filosófica, distanciando-se de um tradicional vínculo quase subalterno em relação as instituições pedagógicas e às práticas didáticas.

A história mostra que decorrente da condição social estabelecida, mudanças e transformações ocorrem. A infância que surge na modernidade e chega até os dias atuais não exprime seu fundamento histórico. Neste sentido afirma Miranda (1985, p. 127), “Ao contrário, suprime-o ao se apresentar como se fosse um conceito eterno, universal e natural. Em consequência, é dissimulada a dimensão social da relação da criança com o adulto e a sociedade”.

Este processo acarreta em um movimento no contexto das ideias pedagógicas. De acordo com Narodowski (1993, p. 113) “o tipicamente infantil começa a ser explicado mediante conceitos e categorias próprios da Pedagogia, reafirmando desta maneira a infância como ponto de partida do discurso pedagógico moderno”. O discurso

moderno acerca da infância terá para o autor elementos essencialmente dependentes da ação adulta. E como consequência desta dependência, o adulto poderá atuar sobre a criança “educando-a e transformando-a num ser independente, ou seja, transformando-a num adulto que já não precisa ser educado” (NARODOWSKI, 1993, p. 114).

Compreender as mudanças e transformações sobre o olhar da sociedade dirigido a criança e a infância no decorrer da história possibilita compreender os ideais e representações acerca desses sujeitos, que ainda são muito enraizados e influenciados pelas concepções naturais. Para Miranda (1985) este pensamento tem uma função ideológica de dissimular a desigualdade social.

Nossos olhares ainda são muito resistentes, nossas representações são românticas e idealizadas, a imagem de “menino Jesus”, de “anjo” de “criança burguesa”, ainda prevalece em nossas concepções de criança e infância. A criança concebida como um ser somente natural, miniatura de um adulto acaba por internalizar esses ideais, segundo Miranda (1985, p. 128):

Apesar de a ideia de infância ser uma representação dos adultos e da sociedade, a criança tende a internalizar este modelo e acaba por torná-lo sua realidade, em parte se identificando e, em parte se rebelando contra os preceitos naturais que negam sua condição social.

Assim, deixa-se de lado a sua condição social, idealizam-se imagens românticas que esbarram cotidianamente em suas condições reais de miséria, abandono, exploração e violência. Quando a criança, na afirmação de Quinteiro (2009, p. 42) “é vista de cima”, ignoram-se esses sujeitos, suas especificidades, seus direitos.

A criança independente de sua origem social passa por um processo de maturação biológica, seu desenvolvimento depende do adulto, porém essa mediação acontece de diferentes maneiras, dependendo da condição social de cada sujeito. Para Miranda (1985, p. 128):

Na sociedade capitalista, definida pelas relações estabelecidas entre classes sociais antagônicas, a origem da criança determina uma condição específica de infância. Não existe, portanto, natureza infantil, mas uma condição de ser criança, socialmente determinada por fatores que vão do biológico ao social, produzindo uma realidade concreta. Assim, a dependência da criança é um fato social e não um fato natural.

A distinção entre natureza e condição social é que determina o olhar para criança e a infância, esclarece o uso ideológico de natureza infantil para mascarar a condição em que milhares de crianças são submetidas.

Falar do que é natural na criança supõe a igualdade de todas as crianças, a idealização de uma criança abstrata. Pelo contrário, falar da condição de criança remete à consideração de uma criança concreta, socialmente determinada em um contexto de classes sociais antagônicas (MIRANDA, 1985, p. 129).

Nesta direção é importante perceber as concepções subjacentes, olhar a criança, sua condição social e compreendê-la. As rupturas provocadas pelas teorias contemporâneas levam a pensar a infância e a criança a partir de outro olhar e trazem, como já se afirmou em muitas questões recorrendo-se a Kramer (2002, p. 5), “como deixar de ser inf – as (aquele que não fala) e como adquirir voz e poder num contexto que de um lado, infantiliza os sujeitos sociais, empurrando para frente o momento da maturidade e, de outro, os adultiza, jogando para trás a curta etapa da primeira infância?”

Neste sentido reafirma-se:

Os saberes constituídos sobre a infância que estão ao nosso alcance até o momento nos permitem conhecer mais sobre as precárias condições sociais das crianças brasileiras, sobre sua história e sua condição profundamente adversa de “adulto em miniatura” e pouco sobre a infância como construção cultural, sobre seus próprios saberes suas práticas e possibilidades de criar e recriar a realidade social na qual se encontram inseridas. Afinal, o que sabemos sobre as culturas infantis? O que sabemos sobre as crianças que frequentam a escola pública? Como aprendem? Como criam? O que aprendem? O que sentem? O que pensam? (QUINTEIRO, 2004, p. 8).

Essas perguntas que a autora traz são de grande importância para refletir sobre a criança e a infância. Se se buscam melhores condições para as crianças, se se idealiza uma infância digna para esses sujeitos é necessário, como afirma Quinteiro (2004, p. 8), de uma “revisão radical nas relações de poder existentes entre adultos e crianças” tão visíveis na sociedade.

2.2 Novos modos de compreender a criança e a infância: um olhar da contemporaneidade

A última década do século XX e a primeira década deste século foram decisivas na atenção das ciências sociais sobre o tema da criança e da infância. Deste momento provém as investigações realizadas no âmbito da História, Pedagogia, Antropologia, Sociologia e dos estudos das mídias.

O *boom* da infância acontece em 1990, quando sociólogos reuniram-se pela primeira vez para discutir a infância. Segundo Ponte (2005), merece destaque o projeto europeu *Chillhood as a Social Phenomenon – Implications for Future Social Policies*, coordenado pelo sociólogo dinamarquês Jean Qvortrup, o primeiro trabalho multidisciplinar das ciências sociais que toma a infância como objeto de estudo.

As crianças e os temas referentes à infância ganham maior visibilidade, a crescente emergência da infância na cena social, além de sua sucessiva aparição faz com que a criança e a infância estejam mais presentes nas cenas cotidianas. De acordo com Sarmiento e Pinto (1997, p. 10):

Também no campo investigativo, o estudo das crianças a partir da década de 90, ultrapassou os tradicionais limites da investigação confinada aos campos médico, da psicologia do desenvolvimento ou da pedagogia, para considerar o fenômeno social da infância concebida como uma categoria social autônoma, analisável nas suas relações com a ação e a estrutura social.

O congresso que aconteceu em 1990 demonstra significativas mudanças e apresenta-se como um marco importante no surgimento da sociologia da infância. Segundo Quinteiro (2009), a expressão deste boom na produção europeia se destaca pelos textos de Régine Sirota e Cléopatre Montandon que constituem os referenciais de análise para a pesquisa em razão da retrospectiva que apresentam a partir das publicações sobre a infância na área da Sociologia, caracterizando duas produções de língua francesa e inglesa.

É interessante observar que os primeiros elementos de uma sociologia da infância, tanto em língua inglesa quanto em língua francesa, vão surgir e fixar-se principalmente por oposição à concepção de infância considerada simples objeto passivo de uma socialização orientada por

instituições. A criança passa a ser compreendida como ator social, renovando deste modo o interesse pelos processos de socialização (QUINTEIRO, 2009, p. 24).

Cunha (2005, p. 20) ao estudar os trabalhos desses investigadores da sociologia da infância destaca que, os novos estudos na última década vão chamar atenção para que as vozes até então silenciadas, possam se fazer ouvir. Os trabalhos dos investigadores, de acordo com a autora, apontam para um novo paradigma.

Para este paradigma, a infância deve antes de mais ser entendida como uma construção social. Deve também, enquanto variável de análise social, nunca ser separada de outras variáveis como classe, gênero ou etnia. Em terceiro lugar, este novo paradigma defende que as relações sociais e culturais das crianças e da infância são merecedoras de estudo por si mesmas e não apenas quando respeitam à construção social feita pelos adultos. Isto significa que as crianças devem ser vistas como ativamente envolvidas na construção das suas próprias vidas sociais, das vidas dos que as rodeiam e das sociedades em que vivem.

Cunha (2005, p. 19) afirma que ao buscar dar a voz às crianças em sua pesquisa, apresenta de que maneira esta preocupação foi vista até então, destacando que por muito tempo elas foram silenciadas, justificando desta maneira a emergência de uma sociologia para a infância.

As crianças vivem assim um mundo à parte do mundo dos adultos. Também no campo científico se verifica uma separação entre dois mundos: é muitas vezes negado às crianças o direito de falarem por si, seja por serem consideradas incompetentes ou incapazes de emitir julgamentos, seja por serem consideradas testemunhas pouco fiáveis das suas próprias vidas. A história do estudo da infância nas ciências sociais tem sido marcada, então, não exatamente por uma ausência de interesses nas crianças, mas mais especificamente pelo seu silêncio.

Cabe ressaltar que na produção brasileira, na perspectiva de uma sociologia da infância, o primeiro trabalho aparece em 1940, de autoria do sociólogo Florestan Fernandes “*As trocinhas do bom retiro*”.

Este trabalho foi esquecido por muitos pesquisadores principalmente da infância. Quinteiro (2002, p. 156), fazendo uma retrospectiva histórica dos trabalhos sobre a infância nas ciências sociais, na produção brasileira registra que o trabalho de Florestan Fernandes:

Trata-se do registro inédito de elementos constitutivos das culturas infantis, captadas a partir de observações sobre grupos de crianças residentes nos bairros operários da cidade de São Paulo que, depois do período da escola, se juntavam nas ruas para brincar. Entendendo a criança como participante ativo da vida social, o jovem Florestan observa, registra e analisa o modo como se realiza o processo de socialização das crianças, como constroem seus espaços de sociabilidade, quais as características destas práticas sociais, como se constituem, afinal, as culturas infantis.

A autora destaca ainda que décadas depois de Florestan outro pesquisador brasileiro, José de Souza Martins, organiza uma coletânea de textos intitulado “*Massacre dos inocentes*”, após ter elegido a criança como testemunho da história, colocando a necessidade de se dar a voz a esse parcela da população calada e ignorada por muitos pesquisadores.

Martins (1993, p. 53) destaca em sua obra a grande tendência de cientistas sociais interessarem-se somente por aqueles que estão no centro dos acontecimentos “[...] que têm certo domínio das ocorrências, que têm, supostamente, uma visão mais ampla das coisas, que são os arquitetos da cena e na encenação social”, assim não dão devida importância aos sujeitos como crianças, mães solteiras, abandonadas. O autor ressalta que “na verdade, a relação do pesquisador com o pesquisado é, também uma relação de poder ou, mais comumente, uma relação de autoridade, apoiada na concepção de um modo hierarquizado e classificado previamente” (p. 53).

Em sua coletânea, José de Souza Martins apresenta a situação de inúmeras crianças e faz um alerta sobre as precárias condições de vida da criança e seus familiares e, ainda, a ausência de trabalhos que enfoquem esses temas e que dêem voz a esses sujeitos que muito tem a dizer.

Os novos olhares sobre a criança e a infância possibilitarão uma maior compreensão dos pesquisadores que atuam nesta área, tarefa que não será fácil, pois para que isso aconteça precisa-se romper com a perspectiva adultocêntrica sobre o universo infantil. Além disso, precisa-se estar preparado para estes novos paradigmas, principalmente como

afirma Quinteiro (2009, p. 29) “por tratar-se de um campo de pesquisa em construção, sujeito ainda a muitos equívocos e ambiguidades, tanto no que tange à definição dos procedimentos da pesquisa quanto à análise dos dados”. E ainda recorrendo-se a autora:

Obviamente, não basta apenas dar voz à criança, é necessário interpretá-la à luz dos referenciais existentes no campo das ciências sociais, pois, ainda que as representações possam ser elaboradas por algum ideólogo, filósofo ou psicólogo, elas nada mais são do que uma mistura das ideias das elites, das grandes massas e também das filosofias correntes, e expressões das contradições vividas no plano das relações sociais de produção (2009, p. 35).

O que se sabe sobre a infância? O que se sabe sobre as crianças? Essas são perguntas que instigam na contemporaneidade. Recentemente muitas questões são inquietantes no campo investigativo para os que atuam nesta área, especialmente a tese do “desaparecimento da infância” levantada por Postman (1999) e questionada por Kramer (2000, p. 137) que traz a seguinte reflexão:

Reconheço a relevância destas indagações, mas não consigo evitar a pergunta: término da infância, desaparecimento da infância ou destruição da própria dimensão humana do homem? É a ideia de infância que entra em crise ou a crise é a do homem contemporâneo e de suas ideias em geral?

Vive-se atualmente um grande paradoxo, como afirma Sarmiento e Pinto (1997, p. 11), “o mundo acordou para a existência das crianças no momento em que elas existem em menor número relativo”. As relações adulto/criança inevitáveis são cada vez mais contraditórias, como destaca Qvortrup (1999) em seus nove paradoxos:

1. Os adultos querem e gostam de crianças, mas têm-nas cada vez menos, enquanto a sociedade lhes proporciona menos tempo e espaço.
2. Os adultos acreditam que é benéfico quer para as crianças, quer para os pais passarem tempo juntos, mas vivem cada vez mais vidas separadas.
3. Os adultos gostam da espontaneidade das crianças, mas estas vêem as suas vidas ser cada vez mais organizadas.
4. Os adultos afirmam que as crianças deveriam estar em primeiro lugar, mas cada vez mais são tomadas decisões a nível econômico e político

sem que as mesmas sejam levadas em conta.

5. A maior parte dos adultos acredita que é melhor para as crianças que os pais assumam sobre elas maior responsabilidade, mas, do ponto de vista estrutural, as condições que estes têm para assumir este papel deterioram-se sistematicamente.

6. Os adultos concordam que se deve proporcionar o melhor início de vida possível às crianças, mas estas pertencem a um dos grupos menos privilegiados da sociedade.

7. Os adultos concordam que se deve ensinar às crianças o significado de liberdade e democracia, mas a sociedade limita-se a oferecer preparação em termos de controlo, disciplina e administração.

8. Os adultos atribuem geralmente às escolas um papel importante na sociedade, mas não se reconhece como válida a contribuição das crianças na produção de conhecimentos.

9. Em termos materiais, a infância não importa aos próprios pais, mas antes à sociedade. Contudo, a sociedade deixa custos por conta dos pais e das crianças.

Esses paradoxos apresentados representam a situação atual da criança e da infância, uma condição determinada pelo adulto. Os tempos atuais introduziram novas circunstâncias e condições à vida das crianças, de acordo com Sarmiento e Pinto (1997, p. 14):

Podemos, agora, considerar que a visibilidade contemporânea da infância é, ela própria, paradoxal: ao falar-se (e ao estudar-se) as crianças, produzem-se, na ordem do discurso e na ordem das políticas sociais, efeitos contraditórios, que resultam da extrema complexidade social da infância e da heterogeneidade das condições de vida.

Assim, considera-se a infância um campo ainda a ser investigado. Compreender a criança e a infância representa um desafio ao pesquisador da infância e como afirma Quinteiro (2004, p. 144):

Evidencia-se a necessidade de se compreender o conceito de infância não a partir do estudo da criança, mas da sua condição social numa perspectiva histórica permitindo entender a infância como construção cultural que expressa o modo pelo qual as diferentes sociedades

organizam a reprodução de suas condições materiais e não materiais de vida e de existência.

Quinteiro (2004, p. 161) destaca que:

Finalmente, há que exercitar e construir um outro olhar através do qual se possam conhecer a infância e os vários contextos onde ela se constitui no sentido de poder intervir nas discussões e definições de políticas e programas sociais dirigidos à criança, particularmente aqueles , referentes à socialização das crianças na escola e a formação de professores, tanto a universitária como a chamada formação continuada.

A criança precisa ser compreendida em suas especificidades assim como o brincar, a imaginação, o olhar ingênuo e às vezes perverso um sujeito social e histórico um ser humano de pouca idade, que não é uma miniatura do cosmos adulto, pelo contrário, um ser humano que constrói seu próprio universo.

Fecham-se os olhos para as especificidades da criança, sua sensibilidade, seus direitos. Preocupados apenas em “atrair a atenção” os compromissos são esquecidos e deixa-se levar pela frenética e avassaladora “velocidade” do mundo contemporâneo. Um dos autores que instiga a trazer outro *olhar* para a criança e a infância e possibilita conhecer esses sujeitos, bem como ampliar os conhecimentos para compreender e aprofundar as pesquisas acerca da infância é Benjamin (1987, p. 248), que afirma: “A criança não é nenhum Robinson, as crianças não constituem nenhuma comunidade separada, mas são partes de povo e de classe a que pertencem”.

Faz-se necessário a partir dos debates contemporâneos reencontrar a infância e a criança, faz-se necessário uma aproximação mais consistente com as crianças concretas. Neste sentido a contribuição de Viella (2008, p. 60) merece destaque:

Realizar um encontro com a infância e com a criança que nela vive não é tarefa fácil. Ora encontra-se diluída nos infinitos adjetivos usados para qualificá-la ora se transforma num ser fictício, sem corporeidade social de que é parte e lhe dá sentido. Algumas vezes é nomeada sob prismas que a representam apenas na sua negatividade, outras vezes enquanto objeto sem valor que figurou nas seculares páginas da história e, muitas vezes também nelas esquecida: seja na história trágico-marítima marcada de dor e de conflito entre o mundo adulto e o universo

infantil, seja enquanto aprendiz da guerra, seja como ameaça pública, como vítima de abusos de toda ordem, a verdade é que a criança foi ganhando visibilidade como futuro bandido, como representação de perigo, como sujeito social, entre outros.

É na tentativa deste encontro que esta pesquisa busca as representações de criança e infância na imprensa escrita para compreender de que maneira esses sujeitos foram caracterizados, que imagens foram criadas para legitimar uma ideia de criança e infância.

Qual o poder da imprensa no sentido de fornecer conteúdos (imagens, símbolos, valores, modelos, representações) dos quais os sujeitos se apropriam e os interiorizam como se fossem verdades?

2.3 A imprensa e a criança: a ideia de infância em questão

A mídia faz parte da dinâmica social, agindo essencialmente no nível da ideologia e possui um grau de autonomia funcional. Em tempos atuais, quando os modos de socialização se diferenciam de outros tempos e que existem diferentes formas de comunicação, onde a imagem, as multimídias, a velocidade são marcas presentes, muitas são as influências e modificações no campo das relações, sejam familiares, institucionais e mudanças também na maneira de viver e compreender-se como ser humano (MINAYO; NJAINE, 2002).

Com o advento da “indústria cultural” e os *mass media* produziu-se uma revolução pedagógica. Para Cambi (1999, p. 630) “os chamados persuasores ocultos” ocuparam um espaço cada vez mais amplo na formação do imaginário coletivo, influenciando diretamente sobre seus gostos, comportamentos, consumos, chegando a regular em larga medida a sua identidade e, portanto, também a das massas.

Desde a chegada da imprensa até o rádio e a televisão emerge um processo de produção de representação do mundo que influenciou diretamente nos ideais e pensamentos, vinculando com isso comportamentos. É importante destacar que, além disso, os *mass media* tornaram-se uma verdadeira indústria e que suas mensagens são produtos a serem consumidos. Para Cambi (1999, p. 631) uma produção regulada pelas leis de mercado (demanda e oferta, concorrência) e pelas transformações do mercado (concentração, monopólio) se liga cada vez mais à lógica econômica, por um lado, e à ideologia dos grupos dominantes, por outro.

Neste sentido o que se pretende é vender um modelo padrão de

comportamento difundido em diferentes formas, com isso construindo representações contraditórias às condições reais dos sujeitos.

Assim os *mass media* tem como função central o papel educativo e com isso trazem mudanças no campo educacional. Segundo Cambi (1999, p. 633):

O que deve, porém ser sublinhado com força é que, com o advento dos *mass media* e da “indústria cultural”, todo o universo educativo foi radicalmente transformado, já que os agentes tradicionais da educação foram deslocados na sua centralidade social e no interior da experiência individual de formação, já que foi atribuído um papel cada vez mais central à formação do imaginário (em relação à própria informação ou à formação moral), que se modelou segundo princípios impostos pelo mercado e pela sua lógica comercial, já que se concedeu um lugar cada vez mais central à imagem ou ao som, em relação a linguagem verbal e aos seus vínculos cognitivamente mais complexos e sofisticados, mais articulados e plurais.

Sabe-se que os *mass media* estão presentes na vida das crianças desde muito cedo. Seja em casa ou na rua é difícil pensar um lugar onde não estar em contato com uma informação, uma imagem, um som. Nesta direção Belloni (2009, p. 33) afirma que:

Neste mundo de culturas fragmentadas e mundializadas, cabe lembrar uma evidência: a socialização das novas gerações, a produção e reprodução das estruturas sociais especialmente das estruturas simbólicas, também se “deslocalizam”, transferindo parte do papel de orientador da criança, em sua iniciação no mundo dos adultos, para instâncias mundiais, produtoras dos múltiplos discursos que inundam nossos terminais (ou receptores) multimídia.

Assim muitas crianças e jovens vão reproduzindo seus modos de ser através de modelos preestabelecidos pelas mídias, modificando até mesmo as próprias relações e modos de socialização que são, segundo Belloni (2009, p. 33), um espaço privilegiado para a transmissão social de valores, dos modos de vida, das crenças e das representações, dos papéis sociais e dos modelos de comportamento. É neste sentido que a escola e a mídia desempenham um papel de difusão desses valores indispensáveis para a vida social, como coloca Belloni

(2009, p. 33) “[...] elas podem ser consideradas como instâncias reprodutoras das estruturas dominantes na sociedade e como produtoras de hegemonia”.

Vive-se atualmente em uma sociedade cada vez mais fragmentada, complexa, na qual tudo tem sua hora, seu espaço. Uma sociedade organizada baseada em regras técnicas, operacionais. Para Belloni (2009, p. 55):

A sociedade organizada evita crises, isto é, garante o equilíbrio social buscando a adesão dos indivíduos ao sistema através de compensações materiais (*welfare state*), e busca legitimar-se a partir de um discurso ideológico-tecnocrático – que demonstra “cientificamente” que o sistema funciona com perfeição a partir de regras técnicas.

Este discurso é uma ideologia, portanto uma máscara da própria realidade, porém como ideologia dominante legitimadora do sistema capitalista, este discurso tende a adquirir certa materialidade, concretude, na medida mesma em que ele influencia comportamentos humanos. E é através dos processos de socialização realizados pela família, escola e instituições como a própria imprensa que esses ideais de uma sociedade organizada influem sobre os indivíduos.

Neste sentido considera-se a imprensa em suas diferentes dimensões como um aparelho ideológico que exerce grande influência sobre os modos de socialização. Seguindo Minayo e Njaine (2002, p. 286):

É por causa dessas estratégias de concessão às diferenças articuladas à imposição de uma forma dominante de olhar o mundo, que os meios de comunicação acabam por ter forte influência cultural. Isso quer dizer que a mídia não cria preconceitos, julgamentos ou verdades, mas absorve o imaginário social, revestindo-o de uma roupagem especial, tecnicamente sofisticada e específica para agradar aos diferentes segmentos sociais e aos mais variados gostos.

Desta forma elas vão monopolizando ideais, organizando estruturas e até reinventando a própria história. Moraes (2004, p. 14), afirma que “a partir de uma retórica que demonstra sutil sensibilidade para lidar com símbolos abrangentes, extravasam emoções que suscitam identificações sociais e psíquicas, influenciando em hábitos de consumo e direcionando pontos de vista”.

Para Moraes (2004, p. 16):

Com efeito, as corporações de informação e entretenimento ocupam um duplo papel estratégico no processo de reprodução ampliada do capitalismo. O primeiro diz respeito à sua condição peculiar de agentes operacionais da globalização, do ponto de vista da enunciação discursiva. Não apenas legitimam o ideário global, como também o transformam no discurso social hegemônico, propagando visões de mundo e modos de vida que transferem para o mercado a regulação das demandas coletivas.

Assim as mídias criam um discurso uniforme, sob uma aparência de múltiplos formatos e conteúdos. Segundo Belloni (2009, p. 58):

A forma não é mais a forma conteúdo, mas a forma do meio, que cativa às pessoas, ligando seus cérebros aos sinais luminosos da telinha [...] As mensagens sejam as novelas sejam as publicidades comerciais – são imagens aparentemente diferentes de uma mesma sociedade “idealizada” onde as pessoas são jovens e saudáveis, vivem felizes, consumindo mercadorias as mais variadas e resolvendo seus conflitos de maneira aparentemente racional, com uma violência cada vez mais sofisticada e a partir de uma moral extremamente individualista.

Nesta mesma direção a autora conclui que a mídia parece cada vez mais substituir com suas imagens factícias as experiências realmente vividas. Ao mundo real incorpora-se o mundo representado (BELLONI, 2009, p. 61).

Essa preocupação com o papel da mídia na formação das pessoas faz parte também das pautas da UNESCO, que tem procurado dispensar atenção especial ao papel da mídia na formação da personalidade e no desenvolvimento integral da pessoa humana. Admitindo que, se, por um lado, as novas tecnologias oferecem alternativas sem precedentes de acesso ao conhecimento, por outro lado, nem sempre elas são utilizadas com o devido respaldo ético. Nessa direção destaca-se o incomensurável poder dos novos meios de comunicação coletiva e o perigo que encerram, sinalizando que se torna cada vez mais necessário que as instituições escolares se preocupem em analisar os efeitos da mídia no processo de socialização de crianças e jovens ao “promover de forma permanente uma educação para a mídia, preparando os estudantes para se defender das suas ciladas, perigos e

armadilhas” (WHERTEIN *apud* CARLSSON; FEILITZEN, 2002, apresentação).

Na última década, a mídia, sobretudo a imprensa escrita tem focalizado com bastante frequência a situação da infância e adolescência brasileira. Isso se deve aos recentes avanços nos direitos desses grupos e principalmente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), impulsionando uma maior “preocupação” perante as diferentes formas e principalmente ao espaço destinado aos pequenos dentro da agenda jornalística.

Segundo Carlsson e Feilitzen (2000) isto se deve também à “nova ordem mundial”, que traz consigo a “nova ordem da mídia”. Conforme a autora os fluxos de informação encontram cada vez menos obstáculos, e isto faz com que se estabeleçam limites principalmente no que diz respeito aos cuidados com as crianças.

Esta mudança e esse avanço tecnológico que não tem barreiras provocam discussões acerca de uma legislação e uma regulamentação que vão em direção aos direitos da criança, segundo Carlsson e Feilitzen (2000, p. 12):

A Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, adotada em 1989, fornece um conjunto de princípios em seu artigo 17, que trata da mídia. Esse artigo estabelece o direito da criança à informação e acesso as fontes, além de tratar da necessidade de “encorajar o desenvolvimento de orientações apropriadas para proteger a criança de informações e materiais prejudiciais ao seu bem-estar”. Hoje, vozes de várias partes estão solicitando insistentemente medidas que sigam esse princípio fazendo da experiência nacional uma base para discussão de políticas em nível internacional.

A Convenção da ONU sobre os direitos da criança que foi ratificada por 191 países no final de 1997 define certos princípios para orientar as tomadas de decisões políticas que afetam a criança, porém percebe-se que a grande preocupação é somente em proteger a criança dessas influências, ou de protegê-la de tamanhos horrores que são informados todos os dias pelas páginas dos jornais ou pela televisão. Não se está aqui desmerecendo a discussão, mas pergunta-se se essas crianças muitas vezes não são atingidas ou influenciadas por notícias e imagens silenciadas.

O tema da criança e da infância já vem a algum tempo sendo apresentado pela imprensa. No Brasil esse tema ganha destaque não só

na imprensa escrita como em obras literárias e cinematográficas, que colocam no cenário diferentes condições da criança. Algumas obras chamam a atenção para o abandono, a exclusão a violência, como *Capitães de Areia* (1937), de Jorge Amado, com um milhão e meio de exemplares vendidos; *Rio 40 Graus* (1954), de Nelson Pereira dos Santos e Pixote, *A Lei dos Mais Fracos* (1980) de Hector Babenco. Este último, um filme com ampla repercussão no país e no exterior. Essas obras sintetizam para o público a situação de inúmeras crianças brasileiras, constituindo-se um verdadeiro documento sobre a época. Em *Capitães de Areia* (1937), Jorge Amado utiliza no romance a imprensa escrita (ALVIM; VALLADARES, 1988).

Minayo e Njaine (2002) ao buscarem as informações produzidas pela imprensa escrita sobre as rebeliões e fugas de adolescentes em conflito com a lei, no Rio de Janeiro e identificar como esse sujeito é apresentado pela mídia escrita à sociedade, destacam que a mídia exerce um papel de fortalecimento da visão negativa e incriminadora dos jovens, contribuindo assim com ações mais violentas contra esse grupo. Concluem que a “narrativa jornalística, em particular a de estilo policialesco, tem sido um dos setores responsáveis, frente a opinião pública pela construção da imagem de crianças e adolescentes [...]” (MINAYO; NJAINE, 2002, p. 296).

Assim, parte-se do pressuposto de que a mídia tende a forjar uma imagem negativa de certos segmentos da sociedade, criando e recriando estereótipos acerca de problemas sociais. É neste sentido que as crianças vão ganhando papéis diferenciados na agenda jornalística e esses espaços vão delineando ideais acerca da infância. Esta busca vai à direção de caracterizar essas representações, apontando como as crianças são tratadas pela imprensa, para assim poder levantar algumas questões acerca de ideais de infância que estão enraizados na consciência da sociedade.

Portanto, é conferido à imprensa um papel de destaque no processo de desvendamento das relações sociais, pois na medida em que essa imprensa veicula ideias, conceitos e propostas que são engendradas pela práxis social dos grupos, cujos interesses defende, constitui-se ela própria, um momento dessa prática. Nesta direção:

Os próprios interesses muito concretos e palpáveis desses jornais quer de natureza política, quer de natureza econômica, é que forjam seu discurso, ao mesmo tempo que se disfarçam sob a máscara de “vontade popular”, “sentimentos de nação”, “bem comum”, “opinião pública”. Na verdade, o que

está em jogo é a disputa pelo poder consoante os interesses dos diferentes grupos (VIEIRA *et al.*, 1984, p. 53).

Ao contrário de outros meios de comunicação a imprensa escrita constitui uma das áreas mais ignoradas de análise, principalmente em um momento tão propício às novas tecnologias.

Se durante muito tempo, a imprensa foi desprezada pelos historiadores de formação positivista que a consideravam “pouco confiável” devido à sua carga de subjetividade que carrega, hoje a utilizamos, sobretudo, devido a essa subjetividade, mais ainda pelo seu caráter de formadora de opinião.

Sendo porta-voz de interesses muito objetivos de classes sociais ou frações de classes sociais, ela procura formular para toda a sociedade uma determinada visão de mundo, tentando generalizar para o conjunto da nação, interesses específicos da classe que representa (VIEIRA *et al.*, 1984, p. 48-49).

Destaca-se aqui o trabalho realizado pela rede ANDI, que desde 1996 vem realizando uma varredura diária da imprensa brasileira, assim como de toda a América Latina, trazendo à tona a pauta da infância e adolescência na agenda dos media. Em seu Relatório 2008 sobre a cobertura jornalística em 12 países da América Latina no período de 2005 a 2007, aponta que os progressos, sobretudo na quantidade de notícias publicadas são promissores, em relação à radiografia anteriormente implantada. Porém, o relatório confirma a necessidade de se fortalecer uma abordagem mais plural e contextualizada, aprofundando a análise não apenas sobre os diferentes fenômenos que afetam as crianças e os adolescentes, mas também sobre as soluções propostas.

O Relatório Maputo é outro documento que analisa a cobertura jornalística sobre a infância, em Moçambique no ano de 2008. Este Relatório destaca que são poucas às vezes em que ao cobrir temas relacionados à criança os jornalistas procuram descortinar a existência de políticas públicas ou fazer referências a legislação sobre a criança. Mesmo o Relatório apresentando uma maior visibilidade para os temas relacionados aos direitos da criança, estes ainda continuam deslocados de uma investigação mais aprofundada. Outro ponto de grande relevância apresentado por esse Relatório é que: “Embora 11% dos artigos traga a opinião da criança, esta raramente é consultada quando se reporta algo sobre a comunidade, ainda que lhe diga respeito. É

abordada sempre quando está em uma situação de vítima” (UNICEF, 2009, p. 28).

O Relatório Maputo, apostando nas potencialidades dos meios de comunicação para alavancar a democracia, o desenvolvimento, os Direitos Humanos com realce para os Direitos da Criança, traça uma pauta de recomendações para que possibilite a participação dos cidadãos nos debates públicos, destacando, entre outros, os seguintes aspectos a serem considerados pela Imprensa em relação às temáticas relevantes e pertinentes para a criança:

- É pertinente que os artigos não se limitem a reproduzir discursos, devendo aferir os factos no terreno, confrontar os dados fornecidos com várias fontes, oficiais e não oficiais;
- É crucial que desenvolva um jornalismo investigativo sobre matérias relacionadas particularmente com a criança, tendo em conta a diversidade de fontes;
- Contextualize os assuntos, pois, facilita no entendimento dos fenômenos;
- É importante dar voz e ouvir a opinião da criança sobre assuntos que a ela dizem respeito;
- Respeite o direito da criança à dignidade e privacidade, assegurando que não se comprometa ou a embarace de alguma forma; [...] (UNICEF, 2009, p. 29).

Os Relatórios fornecem elementos essenciais para estabelecer relações entre criança, imprensa e infância, porém esses se apresentam apenas como dados, números que ficam apenas no papel. É importante trazer esses dados como elementos concretos para discussões a respeito da garantia dos direitos da criança e, principalmente, no que se refere à garantia de políticas públicas para esses sujeitos.

De acordo com Ponte (2005), ainda são escassos os trabalhos que utilizam a imprensa como fonte de informação para estudos sociológicos e históricos (p. 111). Embora escassos, Denis e Sadoff (*apud* PONTE, 2005, p. 12) “destacam a pertinência desses estudos por proporcionarem uma nova dimensão à história e comunicação”. Segundo os autores “*Estudos deste tipo ajudarão a determinar se as crianças como grupo constituinte da sociedade estão representadas de forma justa e apropriada nos media*” (p. 112).

Veiga e Faria (1999) apontam no capítulo inicial da obra *Infância no sótão*, como no início do século XIX há em Minas, por parte das elites, uma tentativa de controle do espaço urbano e regulamentação

da vida pública e privada dos sujeitos. O discurso que justificava tais atos estava apoiado em teorias sanitárias e higiênicas, combinadas com as perspectivas econômicas, políticas, culturais e morais essenciais no traçado do plano urbano da cidade de Belo Horizonte. A infância marginalizada e infância civilizada constituem-se em objeto da ciência, estímulo ao aperfeiçoamento da raça. E assim elaboram-se modelos da infância marginal e da infância civilizada, predominantes no início do século XX. Referindo-se especificamente à “parada de robustez infantil” organizada pelo Diário da Tarde em agosto de 1935, os autores destacam como o evento fora anunciado no jornal *O Minas Gerais*:

A beleza e a graça, a força, a saúde, a robustez física de nossos pequeninos serão passados em revista, num concurso interessante e de elevado alcance patriótico. A população que em grande e franco entusiasmo irá apreciar e aplaudir os dotes físicos de maior valia em cada concorrente há de concentrar-se para meditar na significação dessa exibição de força eugênica, promessa auspiciosa e alviçareira para o futuro da raça (VEIGA; FARIA, 1999, p. 31-2).

É nesse contexto que se pode entender como vai se demarcando a marginalidade, os espaços da rua e criando as instituições regeneradoras, a assistência pública, o discurso da ascensão social via educação.

Kuhlmann Jr. (1998) no texto *Infância, história e educação* ao refletir sobre a história da infância e de sua educação a partir de levantamento da bibliografia e das pesquisas sobre o tema, apresentando um panorama das abordagens, fontes e problemas relativos às pesquisas sobre as crianças, apresenta uma breve análise das obras de Áries e De Mause. Tece críticas às análises dos dois autores, mas em relação à obra desse último, direciona sua crítica pelo fato De Mause considerar “que os cuidados com as crianças viriam melhorando ao longo da história” (p. 20). Embora Kuhlmann Jr. reconheça avanços inequívocos nesta área, critica em De Mause a forma como este autor constrói os dados, de forma descontextualizada, para confirmar suas hipóteses e destaca ainda como seu “determinismo psicológico e visão evolucionista minimizam as contradições e os retrocessos que ocorrem na sociedade atual e depositam no passado as denúncias das injustiças e violências sofridas pelas crianças” (p. 21), afirmando enfaticamente:

Se atualmente, por um lado, temos vivido manifestações de reconhecimento dos direitos das crianças em diferentes níveis, por outro continuamos a presenciar massacres de crianças e jovens, exploração, violência sexual, fome, maus-tratos nas instituições educacionais.

Na tentativa de compreender as representações sociais de criança e infância presentes na imprensa chapecoense de 1939-1979, objeto do último capítulo, uma passagem pela história do Brasil nesse período mencionado, assim como a contextualização da imprensa nesse intervalo de tempo, fornece elementos para melhor compreender a forma como os jornais apresentam aos leitores este recorte do campo social.

CAPÍTULO III

A IMPRENSA ESCRITA NO CONTEXTO DA HISTÓRIA DE CHAPECÓ: ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE

*A história é objeto de uma construção cujo lugar
não é o tempo homogêneo e vazio,
mas um tempo saturado de “agoras”.*
(BENJAMIN, 1987, p. 229)

Nos limites deste trabalho busca-se compreender a história da imprensa escrita articulada com a história da Cidade de Chapecó no âmbito político, econômico e social. Essa contextualização pretende fornecer elementos para o próximo capítulo que irá focalizar as representações sociais de criança e infância na imprensa chapecoense, no período de 1939 a 1979. Num olhar mais abrangente na história do Brasil, cabe destacar algumas marcas desse período que são fundamentais para a análise: o Estado Novo (1937-1945) tendo à frente Getúlio Vargas, a era democrático-populista pós-guerra (1946/1950) com uma sucessão de governos eleitos; a ditadura Militar (1964-1980) e o aparecimento de organizações não governamentais, muitas delas visando a melhoria das condições de vida das crianças, especialmente nos anos 70 e 80, a celebração, em 1979, do Ano Internacional da Criança (FALEIROS, 2009).

São essas mudanças no poder do Estado e as relações entre as forças que o compõe que irão forjando algumas representações da infância a serem abordadas no próximo capítulo, partindo-se da análise das peças jornalísticas produzidas na imprensa chapecoense desse período.

Entende-se que o “sentido da história vem da ação dos homens e não pode ser pensado como se tivesse inteiramente dado antes de os sujeitos humanos agirem antes de fazerem suas escolhas” (KONDER, 1998, p. 7). Considerando que:

O próprio acervo de conhecimento laboriosamente acumulado pelos seres humanos, ao longo dos séculos, precisa ser constantemente reexaminado: não podemos deixar de nos apoiar nele, é claro, mas devemos olhá-lo com desconfiança e questioná-lo implacavelmente. Sob a face sedimentada do passado, embaixo de uma máscara que sugere harmonia, estão contradições enterradas, como se fossem cartuchos de pólvora (KONDER, 1998, p. 8).

O acervo de conhecimento a ser reexaminado refere-se à história da constituição do oeste de Santa Catarina, especialmente da região de Chapecó, marcada de luta pela posse de terras envolvendo índios, caboclos, fazendeiros e empresas colonizadoras. É reexaminando as fontes que trazem essa história que se pode compreender a estrutura de dominação e as formas de controle social e político que resultaram das relações de poder da época e suas fortes repercussões em vários setores da atividade humana. No caso dessa pesquisa, o olhar dirigido ao entrelaçamento da história de Chapecó com a história da imprensa pretende ir captando aos poucos, elementos que forneçam a compreensão de determinadas formas de tratamento jornalístico dispensados a crianças e à infância. Esse tema será mais aprofundado no próximo capítulo.

A análise do contexto sócio-histórico de onde vai emergir a imprensa é fundamental para compreender a produção, transmissão e recepção das formas simbólicas e o modo como essas formas simbólicas são portadoras de toda uma história atravessada por relações de poder presentes na constituição da região em estudo: os interesses subjacentes na disputa das terras e das riquezas, na exploração/expulsão de caboclos, indígenas, nas lutas dos índios e caboclos contra o avanço das relações capitalistas na região, trazendo fortes repercussões nos rumos da evolução econômica, sociopolítica e cultural desse espaço.

3.1 Contextos de criação e instalação do município de Chapecó

A região de Chapecó começa a ser percorrida na primeira metade do século XVII por viajantes, grupos de bandeirantes paulistas a caminho do Rio Grande do Sul, quando encontraram aqui um território já povoado de índios kaingangues e alguns índios guaranis. A região oeste era caracterizada basicamente por matas de araucária. Chapecó possuía uma imensa floresta e ricas terras, além de outros recursos naturais pouco explorados até o fim do século XIX.

O início do século XX será caracterizado por vários acontecimentos que irão mudar significativamente o Oeste Catarinense. A nova estrada de ferro, as empresas colonizadoras que aqui se instalaram e, principalmente, a chegada de colonos descendentes europeus (BLOEMER, 2000, p. 55), dão início a apropriação

devastadora que terá como consequência a Guerra do Contestado¹⁶.

Já nos primeiros anos do século XX foi iniciada a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande pela companhia Franquhar que chega ao Brasil a partir de 1904 incentivada pela política de governo Republicano. Franquhar fundou com apoio de fortes sindicatos a poderosa Brasil Railway Co. (AURAS, 1984).

A estrada de ferro São Paulo-Rio Grande interliga os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, cortando o Estado Catarinense, passando por todo o Vale do Rio do Peixe¹⁷. A empresa construiu este trecho e recebeu como pagamento, terras numa faixa de 15 km de cada lado da ferrovia (HASS, 2000, p. 59).

Esses quilômetros à margem da estrada de ferro foram um dos principais fatores que levaram à “Guerra do Contestado”. Para Bloemer (2000, p. 55) não é difícil imaginar, considerando a extensão de terras desapropriadas pela estrada, o grande contingente, especialmente de caboclos, expulsos das várias regiões por ela atingida.

Nos primeiros anos do século XX, tanto em Santa Catarina como no Paraná, muitas são as companhias ligadas a projetos de colonização e exploração florestal que se instalaram neste território. Essas empresas ocuparam esses lugares com o objetivo de vender terras aos colonos descendentes de estrangeiros. Assim, além de perderem seus espaços para as grandes companhias colonizadoras as posses dos caboclos ficaram cada vez mais cercadas e eles passaram a disputar os espaços florestados com os pequenos produtores rurais.

A “Guerra do Contestado” mostrou a face dos interesses

¹⁶ A Guerra do Contestado foi um conflito armado entre a população cabocla e os representantes do poder estadual e federal brasileiro travado entre outubro de 1912 a agosto de 1916, numa região rica em erva-mate e madeira disputada pelos estados brasileiros do Paraná e de Santa Catarina. Contestado foi o nome dado à região fronteira entre os estados do Paraná e Santa Catarina, devido ao fato de que os agricultores contestaram a doação que o governo brasileiro fez aos madeireiros e à empresa colonizadora Southern Brazil Lumber & Colonization Company. A esse respeito consultar, Marli Auras (1984) “*A Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*”.

¹⁷ O Rio do Peixe banha os municípios de Caçador, Rio das Antas, Videira, Pinheiro Preto, Tangará, Luzerna, Joaçaba, Lacerdópolis, Capinzal, Ouro, Piratuba dentre outros. Sua nascente está no município de Calmon e sua foz no rio Uruguai, na altura da cidade de Marcelino Ramos, Rio Grande do Sul. Fazem parte da AMARP (Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe) os seguintes municípios: Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Ibiam, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Timbó Grande e Videira.

puramente econômicos dos que aqui chegaram. Teve como consequência um conflito armado que ocorreu como resposta ao poder republicano, por parte dos sertanejos para fazer frente ao avanço das relações capitalistas da região, “uma questão de cunho eminentemente social que foi considerada pelos governantes como um caso policial” (AURAS, 1984, p. 169).

Essa guerra terminou na derrota dos caboclos. Segundo Auras (1984, p. 148) “O rolo compressor da realidade concreta da história tratará de esmagar, passo a passo, a esperança e o trabalho dos caboclos de procurar construir a seu modo, um mundo em que todos fossem irmãos”.

Dando continuidade ao processo de colonização, mesmo depois das manifestações da população que ali estava as empresas, amparadas pelo Governo do Estado, estenderam a apropriação até o Extremo-Oeste¹⁸. Para esta ocupação a empresa americana Brazil Railway Co, passou para a sua filial “Brazil Development & Colonization Co”, a tarefa de colonizar essas terras. De acordo com Hass (2000, p. 60):

Autorizada a funcionar no Brasil em 1912, a B.D.C.Co. firmou um contrato com o governo de Santa Catarina, no ano de 1916, onde foram validadas as concessões a empresa. De acordo com o estipulado, a “Brazil Development & Colonization CO” se comprometeria a colonizar a região num prazo de 15 anos, a partir de 1º de janeiro de 1932, caso contrário as terras retornariam ao Estado.

Esta foi uma estratégia tanto da empresa B.D.Co. quanto do Governo do Estado de Santa Catarina que estava interessado em ocupar a área do ex-contestado. Para Hass (2000, p. 60) esta concessão e a venda das terras beneficiou colonizadores e principalmente modificou o rumo da evolução econômica e da vida sociopolítica da região.

Estes novos acordos inauguraram uma nova etapa política na

¹⁸ Extremo-Oeste, segundo Hass (2000), compreende o território catarinense a partir dos antigos limites dos municípios de Chapecó e Cruzeiro (Joaçaba), criados em 1917, após o acordo de limites entre Santa Catarina e Paraná. “O acordo de limites entre os dois Estados foi assinado em 1916, ficando os então chamados de ‘Campos de Palmas’, sob o controle catarinense. O território incorporado foi dividido em quatro municípios: Mafra, Porto União, Cruzeiro (Joaçaba) e Chapecó. Na ocasião a região Oeste era escassamente povoada, sendo ocupada, principalmente, por caboclos posseiros, índios e alguns latifundiários” (HASS, 2000, p. 59).

região do antigo contestado, representada com a criação e instalação do município de Chapecó, o qual se constitui o foco desta pesquisa.

A colonização da região de Chapecó teve início em 1908 com a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, depois de resolvidas as questões de limites entre Paraná e Santa Catarina. A região já havia sido ocupada com fazendas de criação de gado por fazendeiros do Paraná e São Paulo e a mata sido explorada com a extração da erva-mate. Para Renk (2006, p. 37):

A população brasileira encontrava-se localizada na área, no sistema de posse, a partir de meados do século passado, levando um modo de vida tradicional, com agricultura em pequena escala – nas terras de plantar – e criação de gado para o consumo – nas terras de criar. Voltava-se, também, ao extrativismo da erva-mate.

A maior atração da região não foi somente o caminho que ligava ao Rio Grande do Sul. Muitos se instalaram por perceberem que a região representava a possibilidade de enriquecimento. Para Bloemer (2000, p. 50):

Se para o governo central, as terras da região representavam a possibilidade de fixar a população e assim garantir as fronteiras ainda ameaçadas pelos espanhóis, para os estanceiros ocupá-las apresentava-se como oportunidade de enriquecimento, tanto através de sua concessão quanto de sua compra.

Segundo Bloemer (2000), com a Proclamação da República a propriedade das terras públicas passou do governo central para os Estados que, controlados pelos coronéis, distribuía, para os chefes políticos locais e seus amigos, as poucas extensões disponíveis, a preços baixos. Além disso, decorrente da decadência do latifúndio, começaram a colocar limites à expansão da população cabocla rumo às florestas, pela diminuição das terras livres.

É importante destacar que a colonização do Oeste catarinense se estabeleceu por diferentes companhias que tinham como objetivo maior, vender a terra para obter lucros, exigindo que fossem selecionados seus compradores, pois caso houvesse a eventual entrada de pessoas ou grupos considerados indesejáveis poderia comprometer o seu empreendimento (RENK, 2006, p. 41).

3.1.1 A apropriação/colonização do território

A partir da segunda década do século XX iniciou-se a apropriação do território, até então chamado de Passos dos Índios¹⁹, que mais tarde se tornaria município de Chapecó. Chapecó atraiu considerável fluxo migratório, de 1917 a 1950, devido às condições da região e aos incentivos das empresas internacionais americanas. É neste contexto que os primeiros “coronéis” instalaram suas empresas em Chapecó e trouxeram consigo inúmeras famílias do Rio Grande do Sul. A vinda desses contingentes populacionais propiciou o aparecimento de nova atividade econômica: a exploração da madeira.

Os primeiros coronéis a instalarem-se em Chapecó foram o Coronel Manuel Santos Marinho e Coronel Manuel Passos Maia, ambos naturais do Rio Grande do Sul, que foram superintendentes municipais e deputados estaduais pelo partido Republicano Catarinense. Logo ao chegarem nesta região aliaram forças juntamente com outro coronel vindo da mesma região, Coronel Ernesto Francisco Bertaso. Os coronéis Marinho, Maia e Bertaso receberam do Estado a maior parte da região, de acordo com Alba (2002, p. 17) concretizando “o projeto de colonização feito pelo governo estadual que objetivava colonizar todo o oeste de Santa Catarina, considerado pelas autoridades da época como um vazio demográfico”.

Entre eles outras companhias colonizadoras aqui se instalaram a partir de 1920. É importante destacar que:

As concessões de terra, no entanto, foram feitas sem levar em conta os direitos dos posseiros. O Estado não se preocupava com eles, pois sua produção era insignificante e não contribuía com impostos. Se antigos ocupantes da região passaram a intrusos, já que não se encaixavam com o novo sistema que se instalava. Por muitas vezes também fez-se uso da violência para resolver questões de terras, uma vez que a região foi disputada por indígenas, caboclos e brancos (HASS, 2000, p. 63).

A população que aqui se encontrava foi violentamente sendo retirada de seu território. A tática das empresas colonizadoras consistiu em oferecer aos ocupantes a proposta para a compra da área ocupada ou

¹⁹ Segundo Bellani (1996, p. 18), a troca de nomes se deu por interesses “particulares”, dos primeiros coronéis que aqui instalaram suas empresas.

a sua retirada: “ou compra ou sai” eram as opções (RENK, 2006, p. 48). Outra tática também utilizada, segundo a autora, foram os despejos que começaram a ocorrer a partir da segunda década da colonização. Deste modo, muitos dos caboclos aos quais foi permitido permanecer nos espaços, passaram a viver de favor, ou sujeitos a trabalho assalariado que não permitiam viver em condições às quais a população estava acostumada. As rupturas começam a acontecer.

A introdução de valores externos deixou à população local as opções: adaptar-se ou ficar excluída, isto por duas razões. A primeira seria a desestruturação do modo de vida anterior à colonização; a segunda, pelo descompasso criado entre o *habitus* da população e as estruturas econômicas introduzidas com a colonização. O *habitus* não se transforma com a rapidez exigida pelas mudanças (RENK, 2006, p. 40).

Os “coronéis” que aqui chegaram conseguiram fazer com que a população constituída por caboclos e índios fosse aos poucos se integrando, à margem da sociedade, servindo apenas de mão de obra a fazendeiros, ervateiros e madeireiros (POLI, 2006, p. 174).

A empresa que constituiu a maior parte do território da região Oeste, como já citado foi a empresa Bertaso, Maia e Cia pertencente aos “coronéis” Ernesto Francisco Bertaso e Manuel dos Passos Maia, que fundaram em 1918 a primeira sede da empresa Bertaso, Maia e Cia, na cidade de Passo Fundo. Após os sócios adquirirem quase a maior parte do território que compreendia o Extremo-Oeste, transferiram a sede da empresa para Chapecó. Em 1923 a empresa foi dissolvida e o coronel Bertaso formou outra, denominada Empresa Colonizadora Ernesto Francisco Bertaso. Em 1948 a empresa mudou novamente, tendo como diretores seus filhos e cunhado e surgindo a Empresa Colonizadora e Industrial Ernesto F. Bertaso.

Os Bertaso além de trazerem inúmeras famílias do Rio Grande do Sul para Santa Catarina desenvolveram com muita força o “papel de colonizadores do oeste”. Eles utilizaram a maior parte de suas terras para comercialização, demonstrando o forte poder da estrutura coronelística de uma região profundamente influenciada pela própria estrutura socioeconômica existente (QUEIROZ, 1976, p. 170 *apud* HASS, 2000, p. 68).

De acordo com Leal (1997, p. 40) o “coronelismo” é

[...] sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido e a decadente influência social dos

chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil.

O poder público não conseguindo chegar ao eleitorado rural, alimentou o “coronelismo” para garantir seu poder político. Desta troca de favores resultam “as características secundárias do sistema ‘coronelistas’, que são, entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais” (LEAL, 1997, p. 41).

Estas explicações vão justificar as características principais na atuação do “Coronel Bertaso” na região do Oeste, que constituiu sua riqueza com base no mandonismo local e no poder político. Isto também explica a forma como este coronel é lembrado e apresentado na literatura sobre esta região.

Bertaso é lembrado pelos moradores mais antigos de Chapecó como um coronel “bonzinho” – “gente boa, um santo homem”. Paternalista, doador de coisas e patrocinador de causas, organizava festas de integração comunitária, além de facilitar o pagamento de terras. [...]. Além disso, a empresa colonizadora preocupava-se com a infra-estrutura das localidades, como ruas traçadas, lotes urbanos demarcados e serviços indispensáveis – casa comercial, igreja, escola e hotel – como forma de garantir o progresso dos núcleos de povoação (HASS, 2000, p. 68).

Esses fatos vão significar e justificar o espaço/tempo desta pesquisa, pois essas estratégias realizadas em nome do progresso vão delinear uma cidade pensada para a elite oligárquica que aqui se instala. Será que não havia pessoas incomodadas com o mandonismo do coronel Bertaso? Será que todos foram contemplados pela “preocupação” com infra-estrutura desta localidade, com o progresso? Para onde foram os índios, os caboclos que aqui estavam? Para onde foram os agregados que viam suas próprias terras serem arrematadas de suas mãos em nome da “colonização”? Isso traz à lembrança as “Perguntas de um operário letrado”, de Bertold Brecht (*apud* BRANDÃO, 1985, p. 112-113):

Quem construiu Tebas, a das sete portas?/ Nos livros vem o nome dos reis.../ Mas foram os reis que transportaram as pedras? [...] A grande Roma está cheia de arcos de triunfo. Quem os ergueu?

[...] Frederico II ganhou a Guerra dos Sete Anos.
Quem mais a ganhou?/ Em cada página uma
vitória. [...] Em cada década um grande homem./
Tantas histórias/ Quantas perguntas.

Nesse quadro da história de Chapecó, as alterações do poder das oligarquias catarinenses (os coronéis Bertaso, Maia, Marinho) vão repercutindo no processo de organização da estrutura política, econômica e social da cidade, surgindo a partir da década de 1930 as primeiras instituições como escola, hospital, delegacia, cinema, partidos políticos e a imprensa escrita, base material desta pesquisa.

3.2 A imprensa chapecoense no rastro da história da imprensa no Brasil

É bom situar esse período no contexto da história do Brasil, tecendo breves considerações sobre o período de 1937-1945, conhecido pela denominação “Estado Novo”, que vigorou por nove anos, tendo à frente Getúlio Vargas, o período de 1945 a 1964, denominado de redemocratização, de 1964-1979 (regime militar) e um pouco do início da década de 80, da Abertura Política e nova redemocratização.

Como o objeto de análise é a representação da infância na imprensa chapecoense de 1939-1979, esse percurso faz-se necessário, especialmente para situar as principais forças envolvidas na sustentação da imagem pública do governo durante o Estado Novo, que não se manteve apenas pela força, mas por um investimento crucial na imprensa como mecanismo de educação e disseminação das doutrinas e ações desenvolvidas pelo Estado Novo.

Há uma produção relativamente extensa de trabalhos que abordam esse período, mas para a contextualização deste capítulo será utilizada a obra de Garcia (1999) por tratar-se exatamente do Estado Novo, da ideologia e da propaganda política utilizada na construção da imagem carismática de Getúlio Vargas, uma das mais significativas atividades da propaganda do Estado Novo que acabou por produzir um verdadeiro culto à sua personalidade.

Garcia (1999) destaca as transformações que se processaram na sociedade brasileira do século XX, especialmente até os fins da terceira década:

[...] um progressivo crescimento na presença e atuação das classes subalternas, expressas no surgimento de um número significativo de manifestações e movimentos. Greves e

reivindicações por melhores condições de trabalho e de vida, propostas de mudanças políticas mais profundas, constante desenvolvimento de associações sindicais e partidárias, traduziam um contexto em que as classes médias e os operários emergiam com um crescente nível de consciência e organização. As ideias socialistas, propostas por correntes as mais diversas, encontrando um meio fértil para expandir-se, iam arregimentando um número de adeptos cada vez maior. Nesse contexto, abriu-se a década de 30, realizou-se uma Revolução, implantou-se o Estado Novo e aquela situação se modificou quase que abruptamente.

E o autor indaga: que mecanismo teria gerado essa neutralização? Sinaliza a repressão policial, as concessões econômicas e a estratégia utilizada por Getúlio de buscar na propaganda, explicações para aquela situação.

No Item 5 (Estado Novo), da Primeira Parte do texto “*Século XX e as transformações da sociedade capitalista no Brasil*”, Garcia (1999) esclarece os mecanismos utilizados pelo Estado Novo para assegurar a unidade da sociedade brasileira garantindo a coesão das classes dominantes (oligarquias agrárias e a burguesia industrial) e a submissão das subalternas, neutralizando as tensões e conflitos resultantes das transformações sociais. Vários foram os “anestésicos” utilizados para conter qualquer manifestação contra o governo. Toda a política estadonovista, fundada nos interesses do capital, necessitava do controle da crise e da neutralização das forças sociais e conflitos, para possibilitar o processo de expansão das forças produtivas.

A elaboração cuidadosa da figura de Getúlio é mostrada por Garcia (1999). Seja através do rádio que levava seus discursos para todo o país, da fotografia do presidente afixada nas oficinas, nas fábricas, escolas, bares, repartições públicas ou ainda em “fotografia solene, com Vargas de casaca e faixa presidencial, seja “Getúlio sorridente, entre as crianças, nas ruas ou cumprimentando o povo” (GARCIA, 1999). Sua onipresença simbólica nas “moedas, selos, placas comemorativas e de inauguração, [...] busto erigido em diversos locais, seu nome dado a ruas e logradouros públicos” (GARCIA, 1999).

Essa propaganda invadia todos os espaços. Rabelo e Virtuoso (2010, p. 4) informam que:

um dos livros disseminados nas escolas, por meio da política nacionalizadora deste governo, foi a cartilha Getúlio Vargas para Crianças. Essa

cartilha, entre outras questões, aborda a biografia de Getúlio Vargas como um exemplo a ser seguido.[...] forja o sentimento de brasilidade pretendido no Estado Novo, e as crianças são um dos alvos das ações desenvolvidas pelos intelectuais aliados a Getúlio Vargas, produtores dos artefatos escolares publicados pelo DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda.

No item 6, *O controle ideológico*, Garcia (1999) recorre a Althusser para mostrar a reprodução das relações de dominação através dos aparelhos ideológicos do Estado e o papel mais significativo coube à propaganda e, portanto, ao aparelho ideológico de Estado da informação. Para esse fim específico foram criados alguns órgãos, a partir dos anos 30.

Em julho de 1931 foi criado, como apêndice da Imprensa Nacional, o Departamento Oficial de Propaganda (DOP), cujas atividades principais consistiam na elaboração de um programa radiofônico oficial, precursor da “Hora do Brasil”, retransmitido para todo o País, e no fornecimento de informações oficiais à imprensa. Em julho de 1934, o DOP foi reorganizado, recebendo a denominação de Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural [...] Esse departamento posteriormente passou a ser denominado simplesmente Departamento Nacional de Propaganda (DNP) [...] Com o DNP foi criada a Agência Nacional, para distribuição de notícias e artigos à imprensa e em 1939 a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) [...] que absorveu todas as funções de censura e propaganda (GARCIA, 1999).

O rádio se consolidava no começo da década de 30 e em 1931 iniciou-se o programa de rádio, a “Hora do Brasil”, existente até hoje e que tinha por conteúdo, principalmente:

irradiação de discursos, narração de atos e empreendimentos do governo entrevistas a propósito de atos e iniciativas do governo, descrição de regiões percorridas pela comitiva presidencial, descrição de regiões e cidades do País, empreendimentos do governo, descrição de regiões percorridas pela comitiva presidencial, descrição de regiões e cidades do País, notícias de livros surgidos no País etc. (GARCIA, 1999).

O cinema vai adquirindo importância. Revistas, livros, literatura de cordel, cartazes, faixa, moedas cunhadas, selos comemorativos com mensagens do regime, nada escapa à propaganda política do governo Vargas.

A imprensa, na década de 30, passava por um período de expansão [...] e o crescimento vertiginoso do seu poder [...] tal instrumento, o mais “poderoso do governo” [...]. Os jornais, submetidos a rigorosa censura, chegaram a ter mais de 60% de suas matérias fornecidas pela Agência Nacional (GARCIA, 1999).

Vê-se na análise desse período que censura e propaganda estavam intimamente ligadas, com controle do que podia ou não ser divulgado.

Ao final de 1945, “liberais”, integralistas, comunistas e alguns militares propugnavam pelo fim da ditadura e pela democratização do país, mas como coloca Garcia (1999) “tornava-se perceptível que, por trás das forças mais significativas a lutar pela democratização, estavam os interesses dos grupos conservadores brasileiros – oligarquias dissidentes e setores liberais – e do capital estrangeiro”.

Foi no contexto do fim da guerra que se alterou a Carta Constitucional, estabeleceu-se a liberdade de associação e expressão, concedeu-se anistia aos condenados por crimes políticos, regulamentou-se a organização de partidos e foram fixadas eleições gerais para o Parlamento e para a Presidência.

Os oponentes criaram a União Democrática Nacional (UDN) e o governo orientou a criação do Partido Social Democrático (PSD) para abrigar as oligarquias situacionistas e os industriais e banqueiros ligados ao Estado Novo, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) para incorporar as massas urbanas (GARCIA, 1999).

Garcia (1999) traz na obra, um apêndice com várias mensagens da propaganda estadonovista e dentre elas cabe destacar algumas, cujo foco são as crianças e a infância: Documentários cinematográficos como *A parada da juventude* (1941) com 35.000 colegiais desfilando no dia consagrado ao culto da raça. CJB nº 65, v. 2, 1941; *A parada da raça* (Rio): evento que 15.000 crianças desfilaram em comemoração à Semana da Pátria, CJB nº 23, v. 3; *Natal dos pobres* (Rio), quando 16.000 crianças receberam brinquedos, doces e roupas das mãos da Sra. Darcy Vargas. DNP; *Festas de Natal – Rio: Da. Darcy Vargas* presidiu a distribuição de brinquedos nos jardins do Palácio do Catete.

CJB1941; No Teatro Municipal (Rio): instalou-se, oficialmente, a Legião Brasileira de Assistência. CJB, 1942.

O período 1945-1964 considerado a partir da análise feita pela ANJ (Associação Nacional de Jornais)²⁰ sobre a história da imprensa no Brasil traz como marca o suicídio de Vargas em 1954, a renúncia de Jânio Quadros em 1961, transformações de um país agrário em urbano, de uma economia agrário exportadora em industrializada, uma mudança em cujo centro esteve o governo de Juscelino Kubitschek que condensou e acelerou os processos de urbanização, industrialização, formação de um mercado interno integrado.

Para Barbosa (2006, p. 222):

o país chega aos anos 1950 preparado para construir uma outra mítica e mais uma vez a ação hegemônica dos meios de comunicação como partido, no sentido de Gramsci (1991), será fundamental para – interpelando o universo cultural do público – construir novo cenário nacional O *slogan* do Governo Juscelino Kubitschek (1956-1960), que pretendia modernizar o Brasil, fazendo o trabalho de construção do País que levaria cinquenta anos em apenas cinco, resume o processo que tomou conta das redações dos principais jornais do Rio de Janeiro na década de 1950.

Esse período é seguido por um novo ciclo autoritário sob o comando dos governos militares e a acirrada censura à imprensa, sobretudo após o Ato Institucional nº 5, AI-5 (1968), segundo a ANJ:

surgiu uma “imprensa alternativa”, composta por veículos independentes em relação às empresas jornalísticas e ao mercado publicitário, cujo conteúdo se caracterizava pelo tom crítico em relação à situação econômica e política do País, mas também relativamente aos costumes. O primeiro foi o *Pif Paf*, criado por Millôr Fernandes em maio de 1964, e [...] *O Pasquim*, fundado em 1969, que mesclava textos sobre política, cultura e humor; *Opinião*, criado em 1972 [...] *Movimento*, surgido em 1975 [...] (ANJ, 2010).

²⁰ Para análise deste período foi utilizado nos quatro parágrafos posteriores a essa nota, um texto da ANJ (Associação Nacional de Jornais), intitulado *Imprensa brasileira: dois séculos de história*. Disponível em: <www.anj.org.br/.../historianobrasil/.../Imprensa_Brasileira_dois_seculos_de_historia.pdf>.

É a partir de 1974, ainda segundo a ANJ que se inicia uma lenta e gradativa abertura política.

Os jornais brasileiros [...] passaram a buscar a ampliação da abertura, aumentando o noticiário crítico ao governo, acompanhando a crescente atividade dos movimentos sociais, em particular as greves então ilegais em todos os setores [...] Para alguns historiadores, o restabelecimento da democracia completou-se com a primeira eleição direta para presidente da República, em 1989 e um ano antes a promulgação da Constituição de 1988, que consolidou o princípio da liberdade de imprensa como nenhuma outra antes (ANJ, 2010).

Voltando o olhar para o contexto de Chapecó, percebe-se o papel da imprensa como estratégia para atender ao jogo do poder local. Os partidos fundam seus jornais para serem porta-vozes de suas ideias. O PSD possuía o Jornal *A voz de Chapecó*, a UDN, o *Jornal do Oeste* e depois *O Imparcial* e, em meio a esse jogo de interesses, surge também o *Jornal do Povo*, que assume posição mais independente.

Segundo Hermes (2005) a inexistência de acervos e publicações têm impedido uma análise mais precisa sobre a História da Imprensa no Oeste Catarinense, mas destaca que os jornais “*A Voz de Chapecó*”, “*Folha do Oeste*” e “*O Imparcial*”, foram semanários que marcaram a história política, social e econômica de Chapecó difundindo mensagem ideológica e posicionamento de seus fundadores. O material analisado por esse autor mostra que:

[...] a história da imprensa escrita de Chapecó registrada a partir de maio de 1939, com a fundação do jornal “*A Voz de Chapecó*”, tinha todo um atrelamento político-partidário a exemplo do que acontecia em Santa Catarina. Os supostos fundadores do jornal foram o cel. Ernesto Francisco Bertaso, o juiz Antônio Selistre de Campos e o advogado Vicente Cunha, líderes políticos da época. O jornal cumpria seu papel dentro da administração vigente, uma vez que o filho do coronel estava à frente do executivo chapecoense (HERMES, 2005, p. 5).

Considerando que o objeto de análise é a criança e a infância na imprensa escrita chapecoense 1939/1979, é de suma importância entender o contexto em que a criança e a infância é retratada na mídia local. Além disso, entende-se que o jornal é uma fonte documental rica em dados e elementos que marcam a história de uma sociedade e que

para alguns períodos acabam por se constituírem numa única fonte. Destaca-se também que é através da imprensa que se pode encontrar elementos para compreender a realidade e com ela não apenas a versão dos vencedores, mas fazer emergir dessas vozes, aquelas que tentaram ser silenciadas. O jornal precisa se investigado, pois

[...] na Imprensa a apresentação de notícias não é uma mera repetição de ocorrências e registros, mas antes uma causa direta dos acontecimentos, onde as informações não são dadas ao azar mas ao contrário denotam as atitudes próprias de cada veículo de informação. Todo jornal organiza os acontecimentos e informações segundo seu próprio “filtro” (ZICMAN, 1985, p. 90).

Nas primeiras décadas do século XX, no Brasil a imprensa escrita avançou muito, não surgiram de imediato grandes jornais, porém muitos se multiplicaram. Após 1930, outro contexto começou a se delinear, a imprensa brasileira acentuou rapidamente sua fase industrial, um periódico será daí por diante uma empresa nitidamente estruturada em moldes capitalistas (SODRÉ, 1999, p. 355).

De acordo com Sodré (1999), neste período a imprensa já estava a serviço de grandes empresas e principalmente aquelas que regulavam a vida política, nos grandes centros como São Paulo, assim como em outros Estados do país, uns com autorização militar, outros suspensos muitas vezes a balas pelos militares. Um momento crítico “em que as mazelas do regime vinham à tona, travestidas naturalmente como questões partidárias, de luta pela posição ou competições pessoais” (SODRÉ, 1999, p. 356).

Na década de 1930, marcada pela revolução de 30 que representou a derrubada das oligarquias rurais do poder político, o país estava vivendo grandes contradições que envolviam o processo de ascensão da burguesia e principalmente seu ilustre poder político. Esta camada social era, naquele momento, o maior público da imprensa. Nas cidades do interior a imprensa diferenciava-se um pouco dos grandes centros, assumia um papel particular dos seus fundadores, como no caso de Chapecó e de seus coronéis constituindo um jornal reduzido a estreitos horizontes e limitado apenas a questões domésticas e pessoais. Se ninguém ou quase ninguém o lia, não se pode negar sua influência política.

Com o golpe em 1937 e as conturbações políticas efervescendo no país, a luta é travada à base da imprensa. Neste sentido muitos jornais foram fechados e os únicos que prevaleceram estavam inteiramente

ligados aos partidos políticos dominantes. De acordo com Sodré (1999, p. 381):

Com a ditadura surgiu, inevitavelmente, implacável censura à imprensa. [...]. A censura, por exemplo, em São Paulo, foi das mais severas do país e o controle da imprensa falada e escrita, especialmente no período da ditadura estadonovista, quando se cercearam todos os veículos de divulgação existentes entre nós. [...]. **No negro período de 1937-1945, foi grande o número de jornais, revistas e panfletos fechados por determinação do executivo e grande também o número de jornalistas presos por delitos de imprensa** (grifo nosso).

É dentro deste contexto que os líderes do PSD, entre eles o Coronel Bertaso, fundam em 1939 “*A voz de Chapecó*” que tinha todo um atrelamento político-partidário a exemplo do que acontecia em Santa Catarina, segundo Hermes (2005, p. 5) “o jornal cumpria seu papel dentro da administração vigente, uma vez que o filho do coronel estava à frente do executivo chapecoense”. A fiscalização acirrada em cima da imprensa no auge da ditadura se intensificou. Desta maneira o periódico de Chapecó teve sua publicação interrompida em 13 de agosto de 1941, só voltando a circular em junho de 1946, já na fase de redemocratização do país.

Nesta fase ocorreram mudanças não só no âmbito nacional como também no contexto de Santa Catarina. A alternância do poder no interior das oligarquias catarinenses, a entrada dos Ramos no poder vão representar novos interesses. Quinteiro (1991), ao tratar no Capítulo II de sua dissertação de mestrado, do surgimento de Lages, no planalto catarinense, aponta quadro semelhante, com a predominância dos chefes políticos oligárquicos, especialmente os coronéis da família Ramos. A autora apresenta um quadro da expansão e decadência do regime de latifúndio conjugado com a espoliação do sertanejo e do caboclo. Destaca a instalação de dois grandes grupos econômicos de capital internacional investindo na indústria de papel e celulose, apontando ainda as “disputas pelo poder político local” (QUINTEIRO, 1991, p. 101) por empresários da madeira e fazendeiros, compondo o quadro das oligarquias catarinenses.

As mudanças em diferentes âmbitos seja nacional ou estadual vão demarcar um período de contradições, de acordo com Alencar, Carpi e Ribeiro (1996, p. 319):

O estado novo regido por uma constituição autoritária inspirada no fascismo representava a instauração no país da ditadura. O parlamento, as assembléias estaduais e as câmaras municipais foram extintas, passando o presidente da república a legislar em diversos assuntos por meio de decretos e leis e a intervir nos governos estaduais, confirmando os governadores ou substituindo-os, de acordo com suas conveniências. O estado de emergência era mantido, ficando suspensas assim as liberdades civis que a constituição assegurava apenas formalmente.

Em Chapecó a administração também responde às intervenções do governo Vargas, segundo Hass (2000, p. 95):

Através das relações dos prefeitos chapecoenses de 1931 a 1945, percebe-se que no governo de Getúlio Vargas os responsáveis pelo governo municipal sofriam nomeações e exonerações com tanta frequência que as repetidas sucessões tornaram-se fatos corriqueiros. Nesses 14 anos, Chapecó teve 10 prefeitos nomeados. A grande maioria deles não tinha maior ligação com o lugar e muitos deles pertenciam à Força Pública do Estado.

A aceleração do processo de urbanização e as transformações na economia da região a partir do fim dos anos 30 vão trazer novas transformações na configuração do poder local. Um novo contexto político surgiu a partir de 1945 e neste contexto a imprensa aparece como uma grande ferramenta política, como afirma Pierante e Martins (2006, p. 10) “A política seria o tema favorito e incontestável da grande imprensa brasileira até os anos 70”.

Os Bertaso, líderes do partido PSD com forte ligação ao governo Vargas que já dominava o cenário político do oeste por quase 30 anos, começam a partir de 1945 com a queda de Vargas, disputar o poder local com outros partidos que surgiram na Cidade.

Com a redemocratização do país e o desmantelamento do Estado Novo a partir de 1945 os partidos políticos iniciam sua organização do âmbito regional. A imprensa chapecoense voltou às suas atividades agora com um concorrente, o “*Jornal do Oeste*”, em 1947 liderados por representantes da UDN. Este jornal permaneceu em circulação até 1948 e ressurgiu em 1951 com o nome “*O Imparcial*”, tendo mais uma coligação agora com representantes do PTB e UDN.

Para Hass (2000, p. 189):

O controle dos meios de comunicação constitui-se numa importante estratégia política dos grupos que disputavam o poder chapecoense. Através deles buscavam influir na opinião pública da comunidade, atacando seus adversários políticos e se projetando favoravelmente na localidade.

Neste mesmo período instalou-se o “*Jornal do Povo*”, em 1951 tendo como característica ser um jornal mais independente. A sua “independência” caracterizava-se pelo fato de não servir em específico aos partidos e poderes políticos da Cidade e sim a serviço de uma política mais ligada ao poder do Rio Grande do Sul, já que o mesmo jornal era impresso nas oficinas do “*Diário da Manhã*” de Passo Fundo, mas com forte apelo à figura de Getúlio Vargas.

No período que compreende o fim da década de 40 e início de 50, existiam em Chapecó três jornais em circulação “*A voz de Chapecó*”, lideradas pelos Bertaso (PSD), “*O Imparcial*” (UDN) e “*Jornal do Povo*” (“independente”).

Em Chapecó as disputas políticas vão demarcar um momento de muitos conflitos, entre eles o linchamento de quatro homens em 1950 (HASS, 2003). A expressiva votação do PTB que contou com coligações feitas pela UDN não agradaram o PSD, que pela primeira vez sentiu-se ameaçado no que diz respeito ao poder local.

Registra-se na literatura que quatro homens inocentes foram mortos em praça pública por quase 50 pessoas ligadas ao poder local, entre elas advogados, juízes, delegados, comerciantes e com apoio principal da Igreja Católica. Segundo Hass (2003, p. 170):

Impregnada no lema desenvolvimentista, no qual a região se insere, principalmente a partir da década de 40, a igreja que acreditava na necessidade da “cidade limpa” dos marginais profanadores, para crescer, ajudou a promover o linchamento, e em seguida, a reconstrução do lugar. Construiu num tempo recorde de cinco anos, através de campanhas, mutirões e festas religiosas grandiosas, no lugar da igreja incendiada, a enorme matriz Santo Antonio, num projeto que contemplava os sonhos ufanistas da igreja e seus fiéis.

A década de 1950 é um período de grande estagnação econômica na região. Pessoas saem da cidade por receio de represálias e outros deixam de vir para ela. Segundo Hass (2003, p. 161):

Nos primeiros anos após o linchamento, as instituições funcionaram precariamente em Chapecó e a economia local praticamente estagnou. A inércia que tomou conta da comunidade fortaleceu o mandonismo local e com ele a perseguição cerrada aos adversários políticos, resultante em mais um assassinato, com claras conotações políticas.

A imprensa neste momento cobriu o fato defendendo seus “diretores”, principalmente os líderes políticos que ali estavam envolvidos, em pequenas coberturas jornalísticas não apresentando nenhum fato que entrasse em contradição com a defesa dos então culpados. Um clima de estagnação e silêncio começou a reinar na imprensa. Muitos exemplares de jornal desapareceram.

O desaparecimento do material da biblioteca é um símbolo da dimensão de um poder, em que apagar a memória é uma forma de dominação. Esse contexto está inserido na concepção de história baseada em documentos que registram a ação do homem e comprovam o fato histórico, ocorrendo uma seleção de fatos e documentos. Somente é guardado e registrado o passado que interessa aos donos do poder local, com a finalidade de ter um controle absoluto sobre o que se passou. Assim, as versões e visões diferenciadas acabam homogeneizadas na história oficial (HASS, 2003, p. 159).

Paradoxalmente, em meio à situação de violência, mandonismo e principalmente à forte preocupação da igreja em reconstruir suas novas instalações na cidade deu-se início, naquele momento a grandes campanhas com o objetivo de levantar fundos para construção da igreja matriz e minimizar, naturalizar a situação que emergia na Cidade. A imprensa se apresentou como veículo de propaganda e principalmente de apoio à igreja.

Em um contexto marcado pela violência, que teve como principal tarefa desde sua colonização, apossar-se das terras de inúmeras famílias que ali estavam, fica claro perceber que o resultado de uma colonização baseada no despejo e no mandonismo será um número significativo de famílias desfavorecidas socialmente alguns anos depois. Esse processo de colonização gerou os abandonados apresentados pela imprensa, como “miseros”, “esfomeados” que perambulam pela cidade. Será que a empresa colonizadora Bertaso e os coronéis não pensaram para onde iriam os caboclos e índios que foram expulsos de suas terras?

Será que os trabalhadores, que na maioria eram índios e caboclos agregados em terras adquiridas por agricultores do Rio Grande do Sul, tiveram condições de sobreviver “perambulando” perante as condições capitalistas impostas?

Essas perguntas remetem à fala de Auras (1984) mostrando quanto o rolo compressor da realidade concreta foi deixando suas marcas.

A imprensa esteve fortemente presente nos dois primeiros anos da década de 1950 e é somente em 1955 que tanto o “*Jornal do Povo*”, quanto “*A Voz de Chapecó*” teve seus periódicos fora de circulação, ficando apenas o “*O Imparcial*”, que teve seu último exemplar publicado em 1959. De 1959 a 1964 não houve imprensa escrita em Chapecó. A situação nacional encontrava-se em forte turbulência decorrente da grande manipulação pelas empresas do exterior. Após a extinção da imprensa em 1959, o único meio de comunicação na Cidade de Chapecó é o rádio que se instalou ainda em 1948.

Durante os primeiros anos da década de 60 não existem registros de imprensa escrita em Chapecó. Somente a partir de 1964 é que surge o jornal “*Folha do Oeste*”, com circulação semanal mantendo-se até a década de 70. De acordo com Hermes (2005) é o primeiro jornal do interior de Santa Catarina impresso em *off set*²¹. É importante destacar que a década de 60 também foi marcado pelos conflitos no âmbito nacional, caracterizado pelo Golpe de 64 o qual silenciou não só a imprensa como também o povo brasileiro, como aponta Saviani (2007, p. 362):

A ruptura deu-se no nível político e não no âmbito sócio-econômico. Ao contrário, a ruptura política foi necessária para preservar a ordem socioeconômica, pois se temia que a persistência dos grupos que então controlavam o poder político formal viesse a provocar uma ruptura no plano socioeconômico.

Para Sodré (1999, p. 413), a rápida e brutal ascensão dos preços – consequentes da política econômica financeira, profunda e essencialmente contrária aos interesses dos brasileiros, arrasou a pequena imprensa neste período, reduziu a circula o dos jornais, entregou-os integralmente ao controle das agências estrangeiras de

²¹ Processo de impressão em que a imagem é gravada em uma folha de metal flexível, geralmente zinco ou alumínio, é transferida para o papel por meio de um cilindro de borracha.

publicidade. Para o autor:

A liberdade de imprensa, na sociedade capitalista, é condicionada pelo capital, depende do vulto dos recursos de que a empresa dispõe, do grau de sua dependência em relação às agências de publicidade. Isso se tornou claro, no Brasil, desde a segunda metade do século XX, de tal sorte que os assuntos de interesse nacional só encontraram possibilidade de estudo em revistas especializadas, e as correntes de opinião divergentes das forças dominantes tiveram a capacidade reduzida apenas à possibilidade de manter semanários – o jornal diário já colocado fora de alcance (SODRÉ, 1999, p. 406).

Essa característica apresentada por Sodré (1999) vai ao encontro do modelo de sociedade que se instalou com mais força no contexto de Chapecó no início da década de 60. Assim a imprensa irá acompanhar o desenvolvimento capitalista que para Alba (2002), já se apresentava na sua forma madura. De acordo com a autora:

A região Oeste, neste sentido, é apenas o receptáculo de novas relações de produção. Novas, para a região, mas, no entanto, são relações velhas que buscavam a expansão para novos espaços que pudessem dar continuidade à acumulação capitalista que já vinha se realizando em outros locais (ALBA, 2002, p. 29).

No âmbito político os partidos fazem coligações caracterizando um período multipartidário e assumindo o poder local por um grande tempo. As características em relação ao perfil dos representantes municipais serão predominantemente de profissionais urbanos, burocratas/liberais, destacando-se a pluralidade das categorias profissionais, mas ainda com uma forte presença dos comerciantes (HASS, 2000, p. 223).

No fim dos anos 70 começam a circular na cidade de Chapecó quatro jornais entre eles: “*Correio do Sul*”, “*Folha do Oeste*”, “*Diário da Manhã*” e “*Oestão*”, os quais são objetos desta análise. Naquele momento surgiu uma imprensa mais sensacionalista, cujas características são a cultura da violência, a dramatização do cotidiano, os títulos enormes, ilustrações abundantes e textos condensados, concordando com Zicman (1985, p. 92).

O controle das ideias e das informações será o reflexo da sociedade na qual os jornais estão inseridos, não há mais militares para

“restabelecer a ordem”, a nova política importada não precisa mais deles e como afirma Sodré (1999) a razão desta mudança resulta do fato de que a dominação se exerce, dispensando o uso da força, apenas pelo exercício da propaganda, do convencimento e para isso a imprensa é importante.

Neste sentido o autor conclui:

É fácil avaliar a terrível força da engrenagem que se compõe de agências de notícias, agências de publicidade e de cadeias de jornais e revistas, sua influência política, sua capacidade de modificar a opinião, de criar e manter mitos ou de destruir esperanças e combater aspirações. Quando se verifica que essa gigantesca engrenagem é simples parafuso de engrenagem maior, a que pertence, do capitalismo monopolista, ainda mais fácil é estimar o seu alcance e poder (SODRÉ, 1999, p. 6).

Como coloca Quinteiro (1991, p. 1) “a história não se deixa confinar no passado e vem até o presente, empurrando e desdobrando eventos aparentemente imobilizados num estreito quadro temporal”. Ao eleger como foco de análise as representações da infância e da criança na imprensa escrita de Chapecó no período de 1939 a 1970, optou-se por destacar alguns eventos da história da constituição do município, buscando os elos do passado que vem até o presente e que precisam ser constantemente reexaminados para descobrir por trás da aparente harmonia e naturalização dos fatos, as “contradições enterradas” (KONDER, 1998, p. 8). Nesse percurso, dirigiram-se os “faróis de análise” para inúmeras peças jornalísticas recolhidas no decorrer da pesquisa, não apenas como recortes de jornais, mas recorte da história do Oeste Catarinense, que tem como sujeitos as crianças e a forma como os jornais chapecoenses do período analisado, as apresenta aos seus leitores. Quem são essas crianças? Quando elas são notícia? Que conteúdos sobre a infância e a criança têm ocupado espaço na mídia impressa? Que indagações estas imagens colocam para a educação e a pedagogia? Que imagens prevalecem? Que imagens são silenciadas? Essas e *outras* questões irão contribuir e direcionar a análise das representações de criança e infância na imprensa escrita no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE CRIANÇA E INFÂNCIA NA IMPRENSA ESCRITA EM CHAPECÓ/SC (1939-1979)

*“Teu silencio abriga o grito de tantos...
Como os vulcões guardam as chagas da terra”.*

Pedro Tierra

Este capítulo apresenta algumas considerações acerca das representações sociais de criança e infância na imprensa escrita em Chapecó no período de 1939 a 1979, totalizando 40 anos de análise. Para compreender as representações de criança e infância evidenciadas pelo material empírico, amparou-se no conceito de “representação social” dentro das ciências sociais definido como categoria de pensamento que expressa a realidade, explica-na, justificando-a ou questionando-a (MINAYO, 1995, p. 89).

Nesta direção, esta pesquisa busca estudar as representações sociais na medida em que elas investigam “justamente como se formam e como funcionam os sistemas de referência utilizados para classificar pessoas e grupos e para interpretar os acontecimentos da realidade cotidiana” (MAZZOTTI, 1994, p. 60). Este caminho torna-se promissor, pois estabelece relações com a linguagem, a ideologia e o imaginário social, principalmente, por seu papel na orientação de condutas e das práticas sociais (MAZZOTTI, 1994, p. 60).

Os meios de comunicação contribuem para a formação e vinculação de ideias que influem nas ações reais dos indivíduos. Neste sentido, entende-se que estudar as representações sociais através da imprensa é fundamental, sendo que ela constitui um meio para manifestar ideias, conceitos e promover ideologias.

A mídia tem sido grande responsável frente à opinião pública pela construção de imagens e estereótipos de criança e infância. Os estudos acerca das representações sociais irão contribuir para entender essas práticas sociais que são conduzidas por ideologias. Aqui define-se ideologia, de acordo com Althusser (1985, p. 85) como “representação imaginária dos indivíduos com suas condições materiais de existência”.

Cabe também a definição de Chauí (2008, p. 99) sobre o conceito de ideologia como “uma das formas de práxis social, que partindo da experiência imediata dos dados da vida social constrói abstratamente um sistema de ideias ou representações sobre a realidade”. Os autores evidenciam desta forma que esta “representação”

está articulada com a realidade, com a prática social, ou seja, a representação imaginária do mundo, o que se encontra na ideologia, é antes de tudo, a sua relação com as condições reais de existência (ALTHUSSER, 1985, p. 87).

Considerando que a mídia atua como agente ativo dentro do processo de socialização e constitui um espaço privilegiado para transmissão social de valores e principalmente de representações, trazer para discussão as representações sociais na imprensa escrita possibilitará compreender as relações estabelecidas entre os sujeitos e a própria realidade. A partir daqui cabe definir o conceito de representação social.

Minayo (1995) ao trazer as contribuições de Marx sobre representação social confirma que para o autor as representações sociais estão comprometidas com as condições de classe e com a base material. São “ideologias do além” colocando como princípio básico o pensamento e a consciência.

De acordo com Minayo (1995), Marx irá definir as representações como conteúdo da consciência que por, sua vez é determinada pela base material.

Não é a consciência que determina a vida, mas é a vida que determina a consciência. [...] A consciência é desde o início um produto social: ela é a conexão limitada com outras pessoas e coisas fora do indivíduo. [...] A consciência jamais pode ser outra coisa que o homem consciente e o ser dos homens. É o seu processo de vida real (MARX *apud* MINAYO, 1995, p. 98).

Mais adiante Minayo (1995) traz a contribuição Lukacs, pautado em Marx que faz uma abordagem mais específica do conceito de representação social, aproximando-se da ideia de representação social como visão de mundo.

Lukács aprofunda o tema das Representações, em Marx, através da noção de “visão de mundo”. Segundo ele, a visão de mundo não é um dado empírico, mas um instrumento conceitual de trabalho, indispensável para se compreender as expressões imediatas do pensamento dos indivíduos. Sua importância e realidade também se manifestam no plano empírico. Ela é o principal aspecto concreto do fenômeno da “consciência coletiva”. Segundo Lukács, a “visão de mundo” é precisamente esse conjunto de aspirações, de sentimentos e de ideias que reúne os membros de um grupo (mais frequentemente,

de uma classe social) e as opõem aos outros grupos (MINAYO, 1995, p. 102).

Essas contribuições são fundamentais para este estudo, pois o conceito de representação social será abordado, como já se afirmou, orientado pelo conceito de ideologia, que expressa a visão de uma determinada classe social e de seus interesses por meio da imprensa, destacando de que forma essa agência de informação, entendida como um aparelho ideológico, contribui na legitimação de um modelo de criança e infância.²²

As categorias emergentes do material empírico serão as vozes dessa classe que se apresenta nas representações de criança e infância. Como afirma Spink (1993, p. 86):

A tendência mais marcante, aqui, é a de situar as representações como elementos constitutivos da ideologia – sendo esta definida como um sistema de representações. A ideologia passa a ser objeto central da pesquisa; sendo, entretanto, instância abstrata (ou inconsciente como diriam alguns), o acesso a ela se dá por meio das representações que ela estrutura.

Neste sentido as representações sociais de criança e infância a partir da imprensa escrita serão elementos para compreender as relações estabelecidas na sociedade perante esta parcela da população, assim como para evidenciar as minuciosas estratégias para sustentar um sistema amparado em contradições e desigualdades, onde silenciosamente sujeitos são transformados em objetos.

Segundo Minayo (1995, p. 108), “as representações sociais se manifestam em palavras, sentimentos e condutas e se institucionalizam, portanto, podem e devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais”.

Assim, as representações sociais irão expressar as contradições e conflitos presentes no contexto em que foram engendradas, revelarão a natureza contraditória da organização em que os sujeitos estão inseridos (MINAYO, 1995, p. 109). Caracterizar as representações de criança e infância na imprensa escrita será fundamental para entender a prática da sociedade e, principalmente, levantar questões a respeito da realidade de

²² Este conceito de aparelho ideológico é atribuído a Althusser (1985, p. 68), “Designamos pelo nome de aparelho ideológico do Estado certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas”.

inúmeras crianças que estão muitas vezes silenciadas.

Desta forma, traçou-se um panorama das representações sociais de criança e infância nos 40 anos de análise, apresentando de que maneira a imprensa promoveu um modelo de criança e contribuiu para legitimar ideais de infância.

4.1 Análises do material empírico

Este capítulo foca especificamente a análise do objeto de estudo desta pesquisa: peças jornalísticas presentes na imprensa chapecoense de 1939 a 1979, com o objetivo de analisar como, quando e em que espaços as crianças aparecem no jornal. Após a organização, exploração e a transcrição das peças, o material foi distribuído em diferentes períodos. Optou-se por apresentar os dados por períodos, decorrente à quantidade de exemplares disponíveis para pesquisa e a qualidade gráfica do material. A distribuição de peças nos diferentes períodos e jornais apresenta os seguintes valores (quadro 7):

Períodos (jornais)	Peças
1939 - 1949 (Voz do Oeste)	75
1950-1959 (Voz do Oeste, Imparcial, Jornal do Povo)	103
1965-1969 (Folha do Oeste)	33
1970-1979 (Folha do Oeste, Oestão, Correio do Sul, Diário da Manhã)	195
Total	406

Quadro 7: Distribuição de peças por jornais e períodos.

Em cada período foram analisados três blocos de peças jornalísticas nos diferentes períodos com fins de comparação das hipóteses estabelecidas na pesquisa e já apresentadas na introdução. O primeiro bloco refere-se às peças que trazem a representação da criança idealizada, associada à inocência, à alegria. Uma criança ordeira e romantizada pelo olhar adulto. O segundo engloba as peças que se referem às políticas assistencialistas, públicas e filantrópicas. Já o terceiro bloco reporta-se às crianças abandonadas e às representações da criança em condição de miséria e violência.

A partir destas indicações tenta-se traçar um panorama das representações da criança e da infância na imprensa escrita de 1939 a 1979, busca-se perceber como afirma Ponte (2009): que crianças são notícias? Quando é que são notícias? Quem tem voz nessas notícias e quem tende a ser ignorado?

4.2 “Cuidado à crianças”: representações da década de 40²³

Para caracterizar as representações de criança e infância na imprensa chapecoense no período citado e delinear as categorias de análise, um primeiro caminho foi situar alguns marcos históricos da década de 40 e avaliar até que ponto esta realidade aparece representada nos jornais chapecoenses de 1939-1940. Alvim e Valladares (1988) destacam nesse período, a criação do SAM (Serviço de Assistência ao Menor) em 1940, o surgimento de LBA (Legião Brasileira de Assistência) e do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) em 1942, o SESC (Serviço Social do Comércio), o SESI (Serviço Social da Indústria) e SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) em 1946. “Este conjunto de instituições, oriundas da iniciativa privada, vai ajudar a compor uma política social que começara a se solidificar durante o regime de Vargas” (ALVIM; VALLADARES, 1988, p. 8).

As autoras ressaltam que nesse período há a “eclosão da questão do menor” (p. 8) e que “o fato do UNICEF ter iniciado sua atuação no Brasil em 1948, apenas dois anos após a sua criação, na qualidade de instituição internacional indica o reconhecimento da questão da infância como uma questão premente, que se agravaria nas décadas seguintes” (p. 9).

Para Nunes (2007, p. 39):

Na década de 40, o Estado Novo instaurou duas linhas de atendimento a criança e ao adolescente. A primeira visava amparar e assistir a maternidade, a infância e a adolescência, evitando que eles trilhassem o caminho da marginalidade. Este serviço estava sob a responsabilidade do Departamento Nacional da Criança (DNCr), vinculado ao Ministério da Educação e Saúde. [...]. A segunda linha de atendimento visava atender os menores infratores, cujo número crescia a cada ano. Para atender essa clientela e resolver um problema social, nasce, em 1941, o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), através do Decreto nº 3.799, serviço subordinado ao Ministério da Justiça.

²³ Este título diz respeito a uma chamada do Jornal “*A Voz do Oeste*” de 21-1-1940, p. 4, ano 1, edição 20. Neste momento a pesquisadora optou por manter a ortografia original do documento citado.

No período de 1939-1949 foram extraídas do jornal “*Voz de Chapecó*”, o único que circulou na cidade nestes 11 anos, 75 peças jornalísticas que se referiam à criança ou a infância. Deste total foi dividido em três grupos de peças os quais mencionam: criança idealizada 45%; políticas de assistência pública 53% e 13% crianças abandonadas.

Ao observar as peças dentro do veículo de informação, buscando os espaços destinados à criança e à infância percebe-se na distribuição pela página um ligeiro predomínio na colocação na zona superior: 53,3% do total das 75 peças. A valorização gráfica se dá pela letra sempre com o título em itálico. Esses elementos são importantes, pois destacam a função em valorizar as mensagens e conteúdos que as diferentes peças trazem através da imprensa escrita.

Ao observar os conteúdos das mensagens nota-se, nesses 11 anos, o quanto as representações sociais sobre a criança e a infância estiveram intimamente ligadas às políticas assistencialistas na década de 40 e como a imprensa escrita contribuiu para promover e legitimar essas políticas.

O início da década de 40, em pleno Estado Novo, um período ditatorial iniciado em 1937, com o golpe de Estado implementado pelo então presidente da República Getúlio Vargas, inaugurou uma política totalmente voltada para a proteção e assistência à infância. Neste sentido as políticas assistencialistas que surgiram estavam voltadas de um lado para a *criança* e de outro para o *menor*; duas categorias agora definitivamente separadas (PILOTTI; RIZZINI, 2009, p. 262).

De acordo com Alvim e Valladares (1988) é a partir do início do século XX que a situação da criança pobre ganha a alçada jurídica dando sequência, com isso, a um conjunto de leis voltadas para a regulamentação do trabalho do menor e a situação da infância, principalmente a abandonada, começa a ganhar os olhares do Estado.

A partir deste momento a palavra “menor”, passa a legitimar e classificar uma parcela da população infantil, ou seja, é designado “menor” toda criança com menos de 18 anos abandonada, delinquente (ALVIM; VALLADARES, 1988, p. 6). Destaca-se que antes deste período a palavra “menor” não era comum e seu uso era restrito, segundo Londoño (1996, p. 129), “A partir de 1920 até hoje em dia a palavra passou a referir e indicar a criança em relação à situação de abandono e marginalidade, além de definir sua condição civil e jurídica e os direitos que lhe correspondem”.

O interesse pela criança e infância é nitidamente judicializado. Para Londoño (1996, p. 133):

Esse interesse pela menoridade por parte do jurista coincide também com a introdução da puericultura por parte dos médicos e com a importância que já desde o século XIX vinha cobrando a educação dos jovens. Acreditamos que esse querer saber sobre a criança, esse querer tratar adequadamente ela, evidenciou-se com força como subproduto do prestígio que adquiriram entre os setores ilustrados das classes dominantes as chamadas ciências positivas e o desejo de copiar a europeus e americanos como uma forma de participar dos avanços do progresso ocidental.

Em 1941 foi inaugurado o primeiro projeto do governo para assistência social, o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), um órgão do Ministério da Justiça e Negócios Interiores que funcionava como um paralelo do Sistema Penitenciário para os “menores”. Para acompanhar este projeto criou-se no mesmo período o Departamento Nacional da Criança (DNCr), órgão responsável pela coordenação das ações dirigidas à criança e à família. Em 1942 surgiram diversas instituições de caráter social e de âmbito nacional, governamentais ou privadas, associados a uma política compensatória em relação às mazelas do trabalhador e de sua família, incluindo a criança e o adolescente (PILOTTI; RIZZINI, 2009, p. 263), entre as quais se destaca a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA/Ato do Governo Federal nº 6.013), pela então primeira dama Darcy Vargas. Aqui focar-se-á a atenção apenas sobre DNCr e LBA (Legião Brasileira de Assistência), pois elas estão próximas das questões que interessa analisar neste estudo.

De acordo com Pilotti e Rizzini (2009, p. 262) estas políticas de assistência criadas no Estado Novo, dirigidas a proteção materno-infantil, tinham como objetivo a preparação do futuro cidadão. Percebe-se, através do jornal “A voz de Chapecó”, como a imprensa contribuiu para disseminar as propostas impostas pelo governo através das políticas de assistência à infância influenciando, sobretudo aos cuidados de higiene como “cuide dos dentes de seu filho”, “cuidados com o banho”, “como vestir seu bebê”.²⁴

As políticas de assistência à infância são utilizadas pelo governo neste período para estruturação de um Estado autoritário e para

²⁴ Voz do Oeste, 3-8-1947, p. 2, ano VIII, edição 148.

cumprir os anseios do sistema capitalista. Neste sentido os projetos assistencialistas serão instrumentos para adaptação de crianças, futuros operários perante as novas mudanças que ocorriam na sociedade. Desta maneira destaca-se a função do Departamento Nacional da Criança (DNCr), que associava educação e saúde desenvolvendo diversas estratégias para disseminar um modelo de criança e infância.

De acordo com Pereira (1999):

O modelo assistencialista do DNCr era baseado na criação de certos equipamentos públicos, principalmente os chamados Postos de Puericultura, onde todas as mães (e não só as pobres) deveriam receber orientação médica desde o início da gravidez, seguindo-se o acompanhamento da criança até a fase escolar, quando entraria em cena a Casa da Criança, que correspondia a um tipo de escola com orientação médica. Tais estabelecimentos seriam supostamente construídos e mantidos por iniciativa local. Ao Departamento cabia dar apenas a orientação técnica e, eventualmente, algum subsídio em dinheiro. O programa, portanto, dependia da boa vontade de certas figuras sociais que podem ser divididas em três categorias: a) os profissionais: médicos e professoras; b) as autoridades públicas: prefeitos e juízes; c) a “elite moral”: os ricos e “especialmente as brasileiras”.

Estas indicações do autor estão visivelmente presentes na imprensa chapecoense. As peças referentes aos programas assistencialistas desenvolvidos pelo Estado neste período representam 36% do total, ou seja, um número significativo que caracteriza o importante papel da imprensa na legitimação dessas políticas voltadas para infância. Em uma chamada de 1948 o jornal enfatiza que em Chapecó “o programa era organizado”²⁵, referindo-se às Semanas da Criança realizadas em todo território nacional, para disseminar os ideais das autoridades públicas.²⁶

²⁵ Chamada: “Semana da Criança em Chapecó! O programa organizado”, *Voz do Oeste*, 3-8-1947, p. 2, ano VIII, edição 148.

²⁶ De acordo com Silva (2003, p. 68) estes concursos organizados pelas políticas de assistência a infância, pensavam a criança no presente como perspectiva voltada para um futuro desenvolvimento nacional, onde esta possa ser compreendida com

A LBA também figura nessas páginas, ilustrando as políticas de assistência às mães e crianças na primeira infância.

Legião Brasileira de assistência

A toda criança nascida ou residente no Brasil são reconhecidos os seguintes direitos:

- 1- Ser atendida desde o seio materno, e nascer bem, evitados o quanto possível os riscos de morte, doença ou enfermidade;
- 2- Ser criada sob o carinho maternal e no ambiente da família, ou, na falta deste, num que lhe aproxime o mais possível;
- 3- Nunca sofrer fome ou penar por insuficiência de elementos nutritivos indispensáveis;
- 4- Ser tratada como criança, e como tal respeitada e atendida nos seus justos interesses e aspirações;
- 5- Receber os princípios de educação que se preparem para a vida e lhe permitam tomar consciência do seu primeiro destino.²⁷

As peças referentes às políticas assistencialistas implantadas no Estado Novo sempre trazem como interlocutores a esposa do prefeito, o médico, e as “legionárias que cumpriam esta missão”. Criada em 1942, esta política assistencialista tinha como objetivo assistir as famílias dos convocados à II Guerra Mundial, e como coloca Alvim e Valladares (1988, p. 8), a LBA estava “inicialmente voltada para os filhos dos integrantes da FEB (Força Expedicionária Brasileira) que lutaram na Itália”. Somente em 1945 assume o compromisso com a assistência à maternidade e à infância. De acordo com Pilotti e Rizzini (2009, p. 273):

Os Estatutos da LBA já previam a sua manutenção nos tempos de paz, através do redirecionamento de suas ações para os problemas da maternidade e da infância necessitada. Suas ações tinham um caráter nacional, tendo a primeira dama convocado, através de telegrama, as esposas dos governadores estaduais e dos interventores federais para instituir em cada estado uma

um “vir a ser”, “semente a desabrochar”. É importante ressaltar, segundo a autora que estas ideias “presentes nos discursos oficiais do Estado irão também influenciar na formação de professores, que tornam-se grandes aliados para que o ideário governamental se expresse e seja multiplicado na sala de aula junto as crianças” (2008, p. 76). A escola assim como a imprensa será um meio para fortalecer os novos ideais impostos pelas políticas assistencialistas direcionadas a infância.

²⁷ Voz do Oeste, 8-8-1948, p. 4, ano VIII, edição 196.

representação da recém fundada Legião Brasileira de Assistência.

Em Chapecó, a LBA foi coordenada pelo médico Darcy de Camargo que se instalou na Cidade em 1943, sendo o primeiro médico a viver na região e tendo como especificidade a pediatria (TUMELERO, 2010, p. 49). Com as inúmeras dificuldades e precariedades dos atendimentos na região, em 1946 é construído o hospital Santo Antonio para minimizar o grande número de epidemias que havia na região. Mesmo com o hospital, o grande número de crianças doentes e o alto índice de mortalidade infantil continuava²⁸. Para tentar diminuir essas causas é instalado em 1947 o primeiro Posto de Puericultura disponibilizado pela Legião Brasileira de Assistência para atender as mães e as crianças da cidade, do qual o Dr. Darcy de Camargo era médico. De acordo com Tumelero (2010, p. 50) “A Cidade de Chapecó pode ser identificada como um dos exemplos de que o interesse da filantropia higienista detinha-se sobre a criança, mais especificamente sobre a mortalidade infantil”.

Com a nova estruturação da LBA e pretendendo um controle maior em diferentes estados, esta se junta aos objetivos da DNCr e com apoio de técnicos puericultores e primeiras damas as políticas de assistência se disseminam em diferentes locais.

O Departamento Nacional da Criança (DNCr) que associava saúde e educação, tinha como objetivo sanear o ambiente social através da higienização e, através da educação moral, inculcar ideais do Estado Novo nas crianças e em suas famílias. Desta maneira percebe-se que os ideais presentes na política de assistência, tanto da LBA quanto da DNCr era a “preservação da raça”, a assistência sempre vinculada entre privado e estatal (FALEIROS, 2009, p. 56). Ambas tinham a tarefa de garantir uma mão de obra disciplinada, saudável e útil para o progresso

²⁸ Cabe ressaltar que se tem presente na região, nesta década, outro médico, o Dr. Rubens Rauem (UDN) que irá aparecer na imprensa apenas da década de 50 à frente de políticas públicas para a infância. Através dos estudos realizados pela jornalista Mônica Hass (2000) os médicos Darcy de Camargo (PSD) e Rubens Rauem (UDN) estavam envolvidos nas disputas políticas da região neste período. A autora confirma que o médico Rauem foi um dos fundadores do Hospital Santo Antonio e que por divergências políticas tinha sido afastado do cargo de administrador do hospital, o que levou os Bertaso (PSD), que estavam no comando da administração pública no momento, a eleger Darcy Camargo para o cargo. Segundo entrevistas da autora o médico Rubens Rauem chegou a ser proibido de entrar no hospital. A respeito ver Hass (2000, p. 154).

da nação. Nota-se como a imprensa contribuiu para construir um ideal de criança e infância, seguindo a cartilhas dos programas governamentais e interferindo de forma minuciosa nas orientações para as famílias, naquilo que se refere aos cuidados com a criança, incluindo a regulação da educação moral.

Educação moral infantil

[...] Compete ensinar-lhes que a vida só tem um único caminho que leva à perfeição, à estima de todos, é o caminho da virtude e da moral; fora desse caminho encontra-se a maldade, a perversidade, o repudio da sociedade, que o despreza e foge da sua aproximação [...].²⁹

Preservar a saúde da criança pela manutenção de sua família representava uma estratégia social. Desta forma, orientar as mães de como cuidar de seus filhos também disseminou um ideário acerca da mulher, que de acordo com Vieira (2003), para os técnicos da DNCr, as mães não tinham condições de educar a criança pois negligenciavam a boa saúde dos filhos. Em função deste discurso são formados os clubes de mães dos Postos de Puericultura e é designado à escola um papel fundamental³⁰.

Para Pereira (1999) a escola terá grande influência dos médicos puericultores e seus projetos incluirão “higiene, comportamento, recreação e ensino formal”. O objetivo era fazer o que a família não vinha conseguindo: formar pessoas capazes de trabalhar em grupo, unificadas por ideais de coletividade que incluía todos, apesar de suas diferenças sociais, em favor de um objetivo maior: a construção da Nação. Segundo a imprensa, “A escola existe e existirá sempre para iluminar os cérebros da criança, impulsioná-las na senda dignificadora da inteligência”.³¹

A escola foi sempre convocada para disseminar ideais das políticas assistencialistas em um discurso que garantia sua centralidade.

²⁹ Voz do Oeste, 2-7-1939, Capa, p. 1, ano 1, edição 9.

³⁰ De acordo com Vojniak (2004) no contexto de Chapecó as elites organizaram a educação de seus filhos entendida como a chave para o progresso. A preocupação do governo e das elites estava atrelada principalmente com a ideia de uma conduta “que atendesse um rol de exigências que definiam um perfil ideal de homem: um homem capaz de contribuir no desenvolvimento local e do país e legitimar tal “progresso” (VOJNIAK, 2004, p. 160). A imprensa escrita foi a ferramenta para divulgar e fortalecer esses ideais.

³¹ Voz do Oeste, 9-7-1939, Capa, p. 1, ano 1, edição 10.

Ela representava uma conquista, o “Jardim de infância” um lugar de “transição entre o lar e a escola”³². A sua obrigatoriedade possibilitava “[...] oferecer de modo especial às crianças de 7 a 12 anos as condições de equilibrada formação e desenvolvimento da personalidade”³³.

Por meio dos organismos educacionais e sanitários, o Estado começa a dividir o dever de criar hábitos sadios e combater os desvios morais e sociais. Através do discurso da imprensa percebe-se que a escola tornou-se um meio para a divulgação dos ideários das políticas assistencialistas. Além de divulgar regras de higiene e moral, através da escola também se promoveu a virtude da raça.

De acordo com Veiga e Gouvêa (2001, A.1, p. 10), que realizam um estudo sobre os festejos comemorativos da criança neste período, a promoção da infância sadia constituía estratégia privilegiada de divulgação da eugenia, pois, ao festejar a infância bela e robusta, criavam-se condições de disseminação e irradiação do ideal de aprimoramento racial. Além disso, os festejos e comemorações como “O dia da criança”, “Semana da criança”, eram estratégias para promover e instituir políticas assistencialistas lideradas pelos médicos higienistas.

Percebe-se no discurso da imprensa escrita a exaltação dos nomes dos médicos que acompanhavam os projetos, a representação de criança bela, robusta que trazia consigo um código de beleza e vigor. Estes eventos que aconteciam na maioria das vezes nas escolas ou em praças públicas eram contemplados pela população. Para Veiga e Gouvêa (2001, A.1, p. 11):

A criança será definida no discurso eugênico como corpo biológico, exemplar da espécie. Tal como o adulto, a criança é remetida a uma unidade maior – a raça, que lhe dá significação e a qual deve servir. No primeiro congresso eugênico, realizado em 1929, um dos discursos proclamava: *“cada um deve considerar-se ocupante de um posto no seio da coletividade, ao qual cumpre honrar”*. Tal coletividade não é somente a pátria, mas também a raça, sendo a infância chamada a ocupar seu papel numa sociedade eugênica. Ela deveria espelhar, em seu corpo belo e robusto, uma raça saudável, aprimorada pela prática constante de exercícios físicos.

³² Voz do Oeste, 10-4-1941, p. 4, ano 2, edição 80.

³³ Voz do Oeste, 29-6-1946, p. 4, ano VII, edição 91.

As peças apresentadas até agora demonstram uma representação de criança ordeira, futuro cidadão a serviço da sociedade. O discurso da imprensa que caracterizou uma criança robusta, bela, limpa, educada e saudável, apresentou silenciosamente outra realidade da criança brasileira deste período. Das 75 peças apenas uma refere-se à criança abandonada, em situação de miséria e que neste momento aparece na imprensa como um problema, um incômodo que precisa ser resolvido por autoridades. O “surto de pedinchões” aparece na imprensa escrita como uma epidemia de crianças a pedir esmolas nas ruas da cidade³⁴.

É importante destacar, como já foi apresentado no terceiro capítulo, que a década de 40 é o auge da colonização da Cidade de Chapecó, quando várias famílias foram despejadas de suas casas e submetidas a viver em condições precárias à margem da sociedade. Olhar para as representações da criança na imprensa neste momento é compreender para onde foram os filhos de índios, caboclos e pequenos agricultores expulsos de suas terras neste período.

Destaca-se também que na época já funcionavam os órgãos de controle da imprensa (DOP e DIP), desta forma silenciar a realidade concreta foi uma das estratégias ideológicas da imprensa escrita naquele momento.

A situação da criança abandonada apresentada pela imprensa da década de 40 vai emergir com maior força nos próximos períodos de análise, confirmando que não são as políticas de assistência, instituídas pelo governo no Estado Novo e promovidas pela imprensa escrita que vão resolver os problemas sociais, pois a realidade das condições precárias das crianças vai permanecer ao longo dos períodos analisados.

Além das peças que se referiam às políticas de assistência, encontram-se neste período peças que se reportam a uma criança idealizada pela sociedade, representando 45% do total. Essas representações ganharam as primeiras páginas do jornal, trazendo nomes, sobrenomes e um ideal de harmonia, inocência e pureza. Anúncios de batizados e nascimentos ganharam as páginas dos jornais, trazendo sempre adjetivos como “inocentes”, robustas, fofuras para referir-se à criança.

Note-se de que maneira as crianças eram anunciadas seja em seu nascimento e aniversário na imprensa escrita chapecoense³⁵. Essas peças predominam nas primeiras páginas e algumas trazem valorização

³⁴ Voz do Oeste, 4-9-1949, p. 4, ano VIII, edição 252.

³⁵ Voz do Oeste, 7-12-1947, p. 4, ano VIII, edição 164.

gráfica com letras diferentes em negrito, demonstrando tratar-se de peças importantes que merecem destaque.

Os anúncios referentes à criança e suas famílias não fugiram dos interesses políticos desta época nem da pretensão de servir à elite oligárquica que dominava neste período a cidade de Chapecó. Conforme afirmado no capítulo três, a propaganda da imagem de Getúlio Vargas invadiu diferentes espaços e a imprensa escrita neste período seguiu as recomendações utilizando a criança como alvo dessas ações. O discurso da imprensa aponta como a figura de Getúlio Vargas foi promovida e idealizada, motivando a perenização do seu nome, como no exemplo a seguir:

Nascimento

Em Caxambu distrito deste município **acha engalanado** o lar do Casal Sr. Demetrio Alves da Silva e Dona Maria Vanzim, com **o nascimento de um garoto**, ocorrido no dia 23 de junho passado recebendo o nome de GETÚLIO.

A Voz de Chapecó que recebeu do Sr. Demetrio A. da Silva, uma entusiastica participação, agradece fazendo votos para que o pequeno Getúlio de hoje venha a ser um grande brasileiro de amanhã.³⁶

As peças jornalísticas sobre criança e infância que predominaram na década de 40 representaram a proposta ideológica do Estado para controlar atitudes, comportamentos e principalmente legitimar uma ideia de criança como futuro homem para a sociedade, indo ao encontro dos ideais modernos que se instalam na sociedade brasileira naquele momento. Assim, as crianças são silenciadas pelo discurso dominante que as ignora como sujeito.

Neste sentido conclui-se que a imprensa na década de 40 foi um mecanismo para difundir um projeto de consolidação de um cidadão identificado com a nação. Apoiando-se em Veiga e Gouvêa (2001, A.1, p. 15), “Aqueles que tinham sua identidade definida a partir da identificação com o modelo de infância que se celebrava era dada a tarefa de construir o futuro da nação, espelhando em seu corpo e suas ações a responsabilidade de seu lugar”. E pode-se afirmar que os que não possuíam essa identidade eram de algum modo silenciados.

³⁶ Voz do Oeste, 8-9-1946, p. 2, ano VII, edição 101.

4.3 “Pequerruchos: os futuros homens da pátria”: representações da década de 50³⁷

Na década de 50 foram observados três veículos de informação “A voz de Chapecó”, “Imparcial” e o “Jornal do Povo”. As peças referentes à criança e à infância nos diferentes jornais são graficamente mais evidenciadas. Os títulos prescindem de sublinhados e há pouco recurso do itálico. Neste período surgem as primeiras fotografias utilizando a imagem de crianças que em sua maioria são crianças brancas e do sexo feminino.

As políticas públicas de assistência à infância, associando saúde e educação prevaleceram nesta década, representando 32% do total do material coletado. A imprensa escrita continuou a disseminar um modelo de educar e higienizar os mais novos.

E esse discurso aparece em diversas peças, anunciando as “crianças vítimas de alguma doença”³⁸, “conselhos para que não se beije as crianças e lhe causem prejuízos”³⁹, caracterizando desta maneira a permanência da infância no discurso médico com a necessidade de sua higienização, regeneração e civilização. Tudo isto para conformá-la e discipliná-la dentro dos padrões considerados normais.

Com forte apelo aos cuidados higiênicos da criança e com as doenças, a imprensa divulgou o trabalho e as propostas de assistência influenciadas pelas políticas da DNCr e LBA, além de promover os eventos comemorativos onde os médicos foram figuras presentes. Observe-se a peça a seguir:

Semana da criança de 10 a 17 de outubro

[...] Dia 11 palestra: “A criança na idade pré-escolar”, **médico Rubens Rauem**. [...] Dia 17 de outubro “Concurso de Robustez e Saúde infantil”, entrega de prêmios e desfile de gêmeos. [...] Apelamos aos pais que inscrevam seus filhos no Concurso de Saúde e Robustes infantil, para maior êxito da Semana da Criança.⁴⁰

Percebe-se nas peças jornalísticas a presença do médico, Dr. Rubens C. Rauem que tinha um hospital e esteve à frente de todos os projetos ligados à saúde da criança, aos concursos de robustez, entre

³⁷ Imparcial, 3-6-1951.

³⁸ Imparcial, 7-11-1954, Capa, p. 1, ano IV, edição 186.

³⁹ Imparcial, 12-12-1954, p. 3, ano IV, edição 189.

⁴⁰ Imparcial, 4-10-1959, p. 3, ano VIII, edição 411.

outros. A figura do médico na imprensa demonstrava o trabalho desse especialista nos postos de puericultura, caracterizando-o com um “amigo da família e da sociedade”. Como coloca Muller (2005) a participação da comunidade foi fundamental para a formação de laços e ações solidárias. Este foi o primeiro passo para a quebra da resistência às inovações, às medidas sanitárias e a disseminação dos discursos médicos nos meios familiares.

A relação do médico junto à família foi uma prática adotada no fim do século XIX, com o objetivo de exercer influência sobre a mulher, alterando os comportamentos da família e principalmente a assuntos relacionados à criança. As políticas assistencialistas que se instalam na década de 40 estarão relacionadas a esses ideais.

Além dos postos de assistência à maternidade e à infância, a medicina também esteve presente nos concursos de “Boneca viva” e “Robustez infantil”, onde a criança será definida sob o discurso eugênico e o concurso de beleza e robustez adquire significado como exibição de um tipo ideal da raça. Para Veiga e Gouvêa (2001, A.1, p. 11) o movimento eugenista teve na Educação um dos pilares básicos: “Além de ser incluído no ensino escolar, multiplicaram-se palestras, cursos, encontros, voltados para sua difusão. É nesse quadro que os concursos de robustez e beleza foram instituídos, apropriando dos movimentos de afirmação de cuidados à criança, agora espécie e futuro da raça”.

Nas notícias sobre os concursos realizados destaca-se a presença de algumas figuras sociais que se dividiam entre médicos, autoridades públicas, e membros da igreja (PEREIRA, 1999), principalmente as “senhoras brasileiras”, que tomavam frente na promoção de eventos como a “Semana da Criança”.

“Semana da Criança”

Encerramos finalmente a Semana da Criança. E se não podemos dizer que teve um transcórre brilhante pelo menos satisfatório, pois, foi **uma festa dedicada as crianças e as mães**. Haja visto o **concurso de Robustez Infantil**, onde as mães orgulhosamente procuraram **apresentar os seus ricos e robustos pimpolhos**.[...] O nosso Prefeito Municipal, [...] em sua palestra inicial focou a questão da necessidade e a esperança da fundação de um “Patronato agrícola” neste município. [...] cuja finalidade é e deve ser de assistência completa a infância desamparada. [...] ⁴¹

⁴¹ Imparcial, 16-11-1952, p. 3, ano II, edição 86.

A peça anterior segue apontando as condições em que se encontram as instituições de assistência e os desvios das poucas subvenções recebidas do Estado. As figuras importantes e suas ações são destacadas, especialmente a “doação de uma grande área de terra para a construção do Patronato agrícola pelo [...] Coronel Ernesto Francisco Bertaso”.

Além dos concursos e das promoções direcionadas para a legitimação de um ideal de criança para a nação, a educação intelectual também é neste período da década de 50 fortemente divulgada pela imprensa. O discurso da imprensa traz a importância da leitura para formar “leitorzinhos” e sugere as revistas como “Sesinho” e “Tico-tico”.⁴²

Revistas Infantis prof. Lotar Matos do Amaral

Não basta, pois as crianças já estão atoladas na pernicioso leitura de tais revistas. [...] Apelar para que os pais não deixem seus filhos lerem tais venenos, também, não melhorará a situação, pois se não lêem em casa, certamente lerão em outros pontos. [...] Porque finalmente as autoridades não auxiliam a impressão de mais algumas de mesmo teor? Então acabaríamos de vez com a “Mocidade Gibi”, para surgir a mocidade moralizada e protetora do Brasil do porvir.⁴³

Brites (1992), ao realizar um estudo sobre a revista “Sesinho” destaca que esses periódicos apresentavam um projeto de infância para um nível da sociedade brasileira, disseminando tarefas, disciplina e delimitando destinos. Ao analisar a revista, em específico a “Sesinho” a autora conclui que as ideias vinculadas a esse periódico:

Reafirmou valores que, naquele período, com sinais de modernidade (cinema, quadrinhos), em sua perspectiva, poderiam se perder – religiosidade, obediência, estudo –, com forte teor de moral e civismo, mostrando que, apesar de escrita num período considerado redemocratizados, preservou aspectos conservadores e deu continuidade, de forma ampliada, as propostas discutidas no Estado Novo (BRITES, 1992, p. 134).

Os pontos apresentados por Brites (1992) são indicadores para

⁴² Jornal do Povo, 22-6-1952, p. 3, ano IV, edição 372.

⁴³ Imparcial, 16-9-1951, Capa, p. 1, ano I, edição 30.

observar os discursos da imprensa, a promoção da leitura das revistas seja a “Sesinho”, “Ciranda” ou “Tico-tico”, reafirma o ideal de criança educada, disciplinada, sadia, inocente, indo ao encontro do ideal de homem para nação.

Se observada a imprensa até o momento apresentada, é possível indagar para quais crianças e famílias eram direcionadas esses discursos. Quais eram as crianças que tinham acesso à leitura, escola, assistência? Quem eram as crianças que seriam os futuros cidadãos servindo a nação?

De acordo com Muller (2006, p. 12), o envolvimento das famílias da elite em ações solidárias era uma das alternativas para “a quebra da resistência às inovações e medidas sanitaristas com a contribuição da imprensa”. Neste sentido a imprensa foi um meio para divulgar os ideais de criança, encontrando terreno fértil na elite brasileira. Diante disto a autora traz uma contribuição que merece destaque no contexto dessa análise:

[...] a imprensa foi um veículo de divulgação e produção de um discurso voltado para a classe burguesa, mas com a pretensão de educar as mulheres pobres para “civilizá-las dentro dos padrões burgueses”, cuidado à criança, sem que fosse preciso discutir as verdadeiras causas da mortalidade infantil e as condições de vida da população de baixa renda (MULLER, 2006, p. 12).

Assim, ao observar as peças jornalísticas que se referem às crianças em condições de abandono, percebe-se o quanto a imprensa silencia as reais condições de vida desses sujeitos. Ao promover um ideal de criança bela, robusta, anjo, ela promove a desvalorização de outro grupo de crianças.

De acordo com Alvim e Valladares (1988) as décadas de 40 e 50 são marcadas por um aumento significativo da população entre zero e 19 anos. Esse crescimento vai constituir um grande desafio que tanto o Estado quanto as iniciativas privadas procuravam enfrentar. As autoras apresentam esses números em uma tabela na qual se pode destacar que a população de zero a 19 anos cresceu aproximadamente 50% nos períodos de 1872 a 1980. Só nos anos de 1950 e 1960 o crescimento foi de nove milhões a mais do que nos períodos anteriores, demarcando desta maneira o aumento significativo da população infantil nesta fase. A preocupação com a infância se fez premente neste momento, pois grande parte desta população sempre fez parte dos segmentos mais

pobres do país (ALVIM; VALLADARES, 1988, p. 8). Mesmo com diversas políticas e programas assistenciais que se instalam neste período a questão da criança abandonada, em condições de miséria serão o desafio da década de 50. Como colocam Alvim e Valladares (1988, p. 9):

Com efeito, paralelamente ao processo de modernização e industrialização que o país conheceu a partir dos anos 50, assistir-se-ia a uma urbanização acelerada, concentrada, que apesar de apresentar um relativo dinamismo do emprego industrial, geraria acentuados níveis de desigualdade e pobreza.

As novas mudanças no sistema econômico do país vão refletir nas condições materiais e sociais de milhares de pessoas, as peças referentes às crianças abandonadas, em condições de miséria serão o exemplo da contradição existente na sociedade. De um lado ter-se-á a criança sadia, feliz, alegria da família e de outro “menores perambulando pela cidade”.⁴⁴

A imprensa vai apresentar as notícias referentes às crianças em condição de abandono como “pequenos esfomeados”, “miseros”, com um discurso que vai legitimar uma imagem negativa, dos que não serão crianças, serão “menores vagabundos”.⁴⁵

As peças abordam a criança em condição de miséria, passando frio, fome, porém a única alternativa apresentada pelo discurso do jornal é de que essas crianças que perambulam pela cidade sejam fiscalizadas pela justiça como se fossem criminosos.⁴⁶

Neste sentido, essas crianças não têm direito a educação, assistência, ficam nas mãos de instituições de correção como criminosos, mas como afirma o discurso do jornal “bem longe das cidades”. A formação intelectual cabe apenas a algumas “crianças”, aos “menores” o trabalho agrícola.⁴⁷

Assim, percebe-se o quanto a imprensa contribui para consolidar uma imagem negativa da criança menos favorecida, promovendo ações de repressão e representando esses sujeitos como criminosos. Ao analisar as fotografias sobre o cotidiano de meninos e

⁴⁴ Jornal do Povo, 2-2-1952, p. 2, ano II, edição 50. Zona superior da página.

⁴⁵ Jornal do Povo, 19-4-1952, p. 2, ano II, edição 61.

⁴⁶ Chamada: “*Com vistas as autoridades a onda de crianças pedindo esmolas na cidade*”. Jornal do Povo, 8-6-1951, p. 4, ano I, edição 19.

⁴⁷ Imparcial, 20-7-1952, Capa, p. 1, ano II, edição 69.

meninas do Serviço de Assistência ao Menor (SAM), Muller (2006, p. 14) afirma a “tristeza pela revelação das imagens de uma história de sofrimento e maus tratos de crianças e adolescentes pobres no Brasil”.

O material empírico coletado evidenciou mais uma vez a promoção de políticas governamentais, mostrando um sistema que “aparentemente” funcionava, mas por outro lado, em suas entrelinhas caracterizou a condição real de uma parcela da população: as crianças menos favorecidas. A elas não se deu nem o direito de serem vistas, pois aparecem na imprensa como incômodo, sem identidade, vistas como “não crianças”.

4.4 “A criança grandiosa”: representações da década de 60

As representações de criança e infância na década de 60 acompanharam os dados dos outros períodos. De um lado tem-se uma criança idealizada e de outro aquela amparada pela assistência. Criança idealizada representou 51%, enquanto as peças direcionadas à assistência pública 48%.

Em 1960 aparece presente no acervo apenas o jornal “Folha do Oeste”, com exemplares de 1966, 1967, 1968 e 1969. Nestes foram encontradas 33 peças que se referiam à criança ou infância, caracterizando um percentual menor perante as outras décadas analisadas. Na distribuição pela página prevalece certo predomínio pela zona superior (54,5%). Aproximadamente 50% das peças coletadas estavam nas primeiras páginas do jornal, tendo uma maior valorização gráfica de títulos e sendo evidenciados pela letra sempre em tom negrito.

No contexto das décadas de 50 e 60 a situação da criança ganha maior ênfase no que diz respeito aos seus direitos. Após a Declaração dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1959 é que este período ganha força e importância para o avanço das conquistas da infância. Para Marcilio (1998a, s.p.):

A criança passa a ser considerada, pela primeira vez na história, prioridade absoluta e sujeito de direito, o que por si só é uma revolução. A Declaração enfatiza a importância de se intensificar esforços nacionais para promoção do respeito dos direitos da criança à sobrevivência, proteção, desenvolvimento e participação. A exploração e o abuso de crianças deveriam ser ativamente combatidos, atacando-se suas causas.

Decorrente das discussões a respeito da criança no âmbito internacional e principalmente ao efeito do processo de modernização e industrialização que o país está vivenciando, novas tentativas por parte do Estado irão demarcar as próximas décadas do século XX e também serão influenciadas pelas mudanças demográficas.

Dentro deste contexto o Estado vai intervir em novas práticas assistenciais na década de 60, criando em 20 de outubro de 1964 a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor em substituição ao Serviço de Assistência ao Menor (SAM) que não havia tido sucesso em razão dos inúmeros problemas causados, sendo até mesmo denunciado pela imprensa como “escola do crime” (ALVIM; VALLADARES, 1988, p. 9).

Com a instalação do governo militar, em 1964, o Estado passou a intervir sistematicamente na questão do menor abandonado e infrator, estabelecendo uma política centralizada e direcionada a todos os estados da federação; ou seja, a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) (Lei nº 4.513 de 01.12.64), cujo intuito era organizar e direcionar as ações do governo em relação ao menor assistido, abandonado e infrator (NUNES, 2007, p. 45).

De acordo com Vogel (2009) esta política surge decorrente de um grande número de crianças “marginalizadas” que surgia em meio a mudanças sociais, em ritmo acelerado e devido ao grande avanço do processo de urbanização. O autor afirma que:

Em suma, a massa crescente de crianças e jovens marginalizados fazia prever, a curto e médio prazos, prejuízos consideráveis, quer do ponto de vista socioeconômico, quer do ponto de vista político. No primeiro caso, em virtude da riqueza que se deixava de gerar e do dispêndio com o qual se teria de fazer, face aos problemas sociais decorrentes da marginalização. No segundo, em virtude do risco de que o potencial constituído por esses “irregulares” viesse a ser capitalizado por forças contrárias ao regime (VOGEL, 2009, p. 293).

É dentro deste contexto que se cria em meio à ditadura militar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, tornando-se mais uma arma do regime para o controle da Segurança Nacional. Rizzini (1995, p. 153, grifo nosso) destaca que:

Além das leis que regulamentavam os Estatutos da FUNABEM e demais providencias correlatas (como a abertura de dois créditos especiais no

valor de seis bilhões de cruzeiros cada, em 1965 e 1966, destinados ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores e à FUNABEM), a legislação tratará de cercear os passos dos menores e sua “conduta anti-social”. A lei nº 2.089 (30 de março de 1966) **“proíbe a impressão e a circulação de publicações destinadas à infância e a adolescência, que explorem temas de crimes, de terror ou de violência”**; em 1967, é aprovada a **lei nº 5.258 (10 de abril)**, rebaixando a idade de responsabilidade penal para 16 anos e restabelecendo o critério de discernimento para a faixa de 16 a 18 anos.

Em meio à ditadura, a repressão à imprensa impôs de certa forma o silêncio sobre a situação de crianças em condições de abandono e miséria. Neste período não foi encontrada nenhuma peça que se refere à criança em situação de miséria e abandono. Assim pode-se afirmar que a imprensa chapecoense cumpriu seu papel, obedecendo às ordens vigentes.

As instituições assistenciais na década de 60 ganham um caráter mais comunitário, envolvendo a participação da comunidade nos problemas assistenciais relacionados à população, justificando desta maneira, as articulações com entidades privadas e consolidando a presença confirmada de entidades filantrópicas.

Nas peças referentes às políticas assistencialistas percebem-se estas articulações principalmente da filantropia.

Campanha do Rotary de Chapecó em prol da criança defeituosa.

Revestiu-se de incomum sucesso a campanha encerrada pelo Rotary Club de Chapecó [...] pois muitos foram os pais que receberam a certeza de poderem mandar recuperar completamente seus defeitos que apresentam levando assim a esperança certa de se tornarem pessoas úteis, aptas e proveitosas a sociedade.⁴⁸

A imprensa vai caracterizar um discurso de afeto, amor e cuidado para com a criança. As peças que se referem à “Psicologia da criança”⁴⁹, “A educação dos filhos pelos pais”⁵⁰, vão promover o

⁴⁸ Folha do Oeste, 28-2-1966, p. 1, ano II, edição 61.

⁴⁹ Folha do Oeste, 11-1-1967, p. 1, zona inferior.

⁵⁰ Folha do Oeste, 3-2-1968, p. 7, ano IV, edição 134.

cuidado repleto de afeto e amor e destacar a infância como “idade de ouro para higiene mental”, desta maneira apresentando uma criança ordeira e disciplinada.

A predominância de uma criança bela, romantizada ganhou as primeiras páginas do jornal neste período, paradoxalmente num momento de grandes repressões. O culto a uma imagem idealizada, inocente, anjo se faz presente nas peças jornalísticas.

As representações de criança no período em destaque trouxeram imagens fotográficas nas quais a criança aparece sempre em propagandas ou nas páginas sociais. Os concursos de boneca viva também estiveram presentes. A criança é sempre associada a adjetivos como “rainha” ou “princesa” caracterizando uma criança que representava a “alegria de um lar”, sua chegada era uma festa⁵¹.

Assim, a década de 60 caracteriza uma imagem de criança que pode ser sintetizada nas palavras de Arroyo (2007, p. 796), “Crianças idealizadas, inocentes, anjos, sementes e plantas tenras, massinhas moldáveis em mãos carinhosas de jardineiros e oleiros”. Em meio a um período de ditadura, onde inúmeras pessoas foram silenciadas, quando as políticas para assistência à infância foram um fracasso, o discurso da imprensa vai legitimar uma ideia de infância ordeira e feliz, contraditoriamente a situação de milhares de crianças desta época (FALEIROS, 2009, p. 72).

Os índices de crianças na rua, abandonadas em condições de miséria, a carência de serviços públicos, a falta de emprego, a pobreza e a exclusão consequências do modelo econômico e político são silenciadas pela imprensa chapecoense. Assim, o discurso jornalístico desvia o olhar do leitor e cria a ilusão do bem estar, mesmo dentro de uma realidade tão contraditória.

4.5 Os “anjos de cara suja”: representações da década de 70?⁵²

Neste período de pesquisa foram analisados os quatro veículos de informação presentes no acervo e que circulavam nesta época na Cidade de Chapecó. Nestes foram encontradas 196 peças que traziam como referência a criança e a infância. Do volume total de peças 45% referem-se à criança ideal, 38% às políticas assistenciais para infância e

⁵¹ Folha do Oeste, 25-12-67, p. 9, ed. 129, ano IV.

⁵² Este título refere-se ao artigo “*Entre outras imagens de infância: Os anjos de cara suja*”, apresentados por: Viella e Lazarotto (2009, p. 2).

15% à criança abandonada. É importante a tentativa de caracterizar de que maneira a criança e a infância foram retratadas na imprensa chapecoense, na década de 70 através das entrelinhas da história.⁵³

Na distribuição pela página, nos diferentes jornais há um predomínio da colocação na zona superior (59,6%), com títulos com maior valorização gráfica, além do maior número de imagens fotográficas. A década de 70 diferencia-se das demais por trazer as crianças referenciadas em imagens com mais frequência. Das 196 peças, 73,9% são de crianças em imagens e apenas 5,1% de crianças em texto.

A intervenção do Estado na questão do menor através da criação da Funabem (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor) em meados de 1960, “numa leitura da questão do menor como de segurança nacional” (ALVIM; VALLADARES, 1988, p. 10), vai influenciar diretamente nas políticas da década de 70 que será marcada por uma série de outras iniciativas de diversos setores da sociedade demonstrando preocupação com a situação a que chegaram a infância e a pobreza no Brasil.

A história, especialmente a do Brasil, está repleta de exemplos de criação de estabelecimentos de cunho correcional para menores delinquentes, mendigos vadios “condenados a prisão com trabalho” (RIZZINI, 1995); iniciativas de religiosos criando instituições e programas alternativos para essa população (Pastoral do Menor, criada nos Anos 70); instauração da “Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI do Menor – em 1976, traduzindo [...] a importância atribuída à questão ao nível do legislativo e dos poderes constituídos, preocupados com os altos índices de infração penal praticada por menores pobres” (ALVIM; VALLADARES, 1988, p. 11).

Esse breve quadro ilustrativo da questão do menor que foi se constituindo na década de 70, aponta como esse fato vai gerando a criação de instituições, práticas sociais e instrumentos jurídicos que buscam dar respostas aos problemas que se avolumavam em relação à condição da criança e do adolescente. As perguntas e respostas colocadas, a seguir, por Rizzini (1995), desvelam uma concepção de

⁵³ Esta análise é resultado de uma pesquisa iniciada há mais de três anos acerca das imagens da criança e da infância na imprensa chapecoense na década de 70, resultando em uma monografia intitulada “*Mundos sociais da infância na imprensa chapecoense – década de 70*”, apresentada ao curso de especialização em 2008, pela pesquisadora e orientado pela professora Dra. Maria dos Anjos Lopes Viella, na Universidade Comunitária de Chapecó.

criança e infância para quem essas práticas são dirigidas.

Quem deve cuidar da criança? Quem detém o pátrio poder? Quem é o “responsável”, “o tutor”, “o guardião”? A resposta virá materializada através da responsabilidade historicamente assumida pela família, pela igreja, pelo Estado e pela sociedade. Tais possibilidades estarão refletindo uma certa criança, cuja infância é classificatória de acordo com sua origem familiar, portanto sua “herança” social. Os bem-nascidos terão a infância garantida; os demais estarão sujeitos ao aparato jurídico-assistencial destinados a educá-los ou corrigi-los. Alguns serão crianças e os demais, menores (RIZZINI, 1995, p. 102).

Múltiplos poderes são envolvidos em políticas e programas para garantir o bem-estar da criança, entretanto os clientes potenciais desse surto de leis e doutrinas são àqueles para quem a distribuição justa de renda não passa de discurso. Por isso Viella (2008, p. 161) adverte:

[...] todas as leis são produtos de suas épocas e refletem as concepções do social que perpassam cada período. Em relação às histórias das políticas sociais dirigidas à criança até a era do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, transita-se de uma visão higienista e correccional da infância, atrelada à condição e invenção do menor, do menor em situação irregular, menor enquanto objeto de medidas judiciais, como questão de segurança nacional até a criança cidadã, sujeito de direitos.

O material empírico tomado para análise retrata bem esse quadro na Cidade de Chapecó: ora é retratada a “criança”, ora essa mesma criança se transfigura em “menor”, conforme as peças a seguir.



Fonte: Correio do Sul, 8 out. 1977.

Como a análise aqui realizada cobre até final da década de 70, não se abordou as mudanças sucedidas em relação aos direitos da criança estabelecidos a partir da Constituição de 1988 e do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), um processo ocorrido no fim dos anos 80 que acarretou em duas grandes conquistas, primeiramente pelo artigo 227 da Constituição Brasileira e, principalmente, a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990)⁵⁴.

Esta conquista resultou na extinção, em 1989, da FUNABEM que foi substituída pelo “Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência” (CBIA). Para Vogel (2009, p. 310) “essa vitória consagrou a doutrina da proteção integral”. Nesta mesma direção Marcilio (1998a, s.p.) destaca:

⁵⁴ É importante ressaltar aqui os termos do artigo 227: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à Criança e ao Adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-la a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

A homologação dos dispositivos da Carta Magna em favor da infância, fundados na Declaração dos Direitos Humanos e na Declaração dos Direitos da Criança, foi estabelecida primorosamente no Estatuto da Criança e do Adolescente o ECA, assinado em 1990. Este documento legal representa uma verdadeira revolução em termos de doutrina, ideias, práxis, atitudes nacionais ante a criança. Em sua formulação contou, igualmente, com intensa e ampla participação do governo e, sobretudo, da sociedade, expressa em organizações como a Pastoral do Menor, o Unicef, a OAB, o Movimento de Meninos e Meninas de Rua, movimentos de igrejas e universidades, dentre tantos outros organismos.

A condição da infância em situação de risco não é fato novo. As crianças desde o início do século XX foram objeto de políticas assistenciais, correccionais e filantrópicas. Ao mesmo tempo em que se pensava em criança desamparada como corpo produtivo havia o interesse de tranquilizar esses corpos que poderiam ser futuros rebeldes, viciados que causariam problemas à integridade da nação. A situação das crianças na rua é vista como uma “chaga” social, como perigo para a sociedade incorporado nas figuras dos “esmoreiros, lavadores de carros, engraxates, pivetes e todos quantos forem encontrados perambulando pela cidade” (Oestão, 10/5/1978).

Fica visível na história da infância na imprensa chapecoense o quanto o Estado e outras instituições se “preocupam” em transformar essas crianças, ou melhor, moldá-las com base em seus próprios princípios. Segundo Rago (1985, p. 120) “[...] formar o caráter da criança, incutindo-lhe o amor ao trabalho, o respeito pelos superiores em geral, as noções de bem e mal, de ordem e desordem, de civilização e barbárie, enfim, os princípios da moral burguesa”.

Delinquência uma chaga social

[...] O juiz de Direito [...] disse que **muitos desses menores não têm o mínimo interesse em trabalhar**, preferindo levar a vida ociosa, esmolando e até praticando furtos.⁵⁵

Personagens de uma história marcada principalmente pela exclusão social, esses anjos de cara suja, incomodam, atrapalham e comprometem o futuro da nação. Portanto, a eles são destinadas

⁵⁵ Correio do Sul, 10/12/1977.

algumas instituições e entre elas, no caso em foco, destaca-se a FUCABEM (Fundação Catarinense ao Bem-Estar do Menor), o trabalho do LIONS e ROTARY e seus projetos para a infância Chapecoense. A Lei nº 5.089, de 14 de maio de 1975, que dispõe sobre a organização da Administração Estadual, estabelece diretrizes para a modernização administrativa e dá outras providências, criando entre outras instituições, a FUCABEM. O capítulo IV da referida lei trata especificamente da FUCABEM e sinaliza seus objetivos:

Art. 89 - A FUCABEM terá por objetivos:

I – conjugar os esforços do Poder Público e da Comunidade para solução do problema do menor que, por suas condições sócio-econômicas, não tem acesso aos meios normais de desenvolvimento;

II – realizar estudos e pesquisas, tendo em vista o desempenho da missão, que lhe cabe, promovendo cursos, seminários e congressos, bem como o levantamento atualizado do problema do menor em todo o território estadual;

III – promover a articulação entre as entidades públicas de desenvolvimento e organização de comunidades e as particulares do bem-estar do menor, para a formulação, coordenação ou execução de programas e serviços referentes ao menor, em termos de planos integrados;

IV – propiciar a formação, o treinamento e o aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, remunerado ou voluntário, indispensável à consecução de seus objetivos;

V – conceder auxílios e subvenções a entidades particulares registradas no órgão;

VI – prestar assistência técnica aos municípios e às entidades que adotarem a política do Bem-Estar do Menor;

VII – mobilizar a opinião pública no sentido da indispensável participação de toda a comunidade para solucionar o problema da infância desvalida;

VIII – colaborar em programas de desenvolvimento da comunidade, tendo em vista, principalmente, o fortalecimento da família e a intensificação dos trabalhos de natureza corretiva, preventiva ou promocional, que visem ao bem-estar do menor;

IX – celebrar convênio, acordos e contratos com entidade públicas ou particulares que objetivem o

bem-estar do menor.

Parágrafo único. A Fundação dará execução às sentenças da Justiça de Menores (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Lei 5.089/75 *apud* LAZAROTTO, 2008, p. 31).

O Capítulo V, Artigo 96 deixa claro que parte das receitas da FUCABEM assim como de outras instituições do mesmo molde, são provenientes do Estado, mas seu funcionamento depende também das doações da população como se percebe a seguir:

Art. 96 - O patrimônio e a receita das **Fundações** são constituídos:

[...] III – por doações, heranças ou legados de pessoas naturais ou jurídicas, privadas ou públicas, nacionais e estrangeiras;

IV – por subvenções, auxílios ou quaisquer contribuições estabelecidas pela União, Estados ou Municípios;

V – pela arrecadação de fundos especiais que proporcionem recursos financeiros para o funcionamento das Fundações;

VI – pelas rendas decorrentes da exploração de seus bens ou prestação de serviços;

VII – quaisquer outros que lhe forem destinados (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Lei 5.089/75 *apud* LAZAROTTO, 2008, p. 31).

Viella (2008) mostra em sua tese de doutorado, *As crianças no paraíso dos direitos*, que nas décadas de setenta e oitenta há uma verdadeira explosão da pessoa humana no direito internacional. E quanto aos direitos da criança ressalta o início dessa caminhada até chegar à década de 1990 com o Estatuto da Criança e do Adolescente:

[...] em 1923 [...] a União Internacional “Save the Children” redigiu e aprovou a Declaração de Genebra e em 1924, a Quinta Assembléia da Sociedade das Nações também a aprova. Terminada a II Guerra, a ONU (Organização das Nações Unidas) aprova Declaração que amplia os direitos contidos no texto de 1924 e onze anos depois, em 1959, a Assembléia Geral da ONU aprova os Direitos da Criança. Em 1979 é declarado o Ano Internacional da Criança e, em 1989, em 20 de novembro, aprova-se a Convenção Internacional dos Direitos da Criança (VIELLA, 2008, p. 157).

FUCABEM, LBA (Legião Brasileira de Assistência), Pastoral do Menor, criação do Movimento em Defesa do Menor; aprovação do novo Código de Menores, em 1979, apontam a forma como a questão do menor foi se constituindo no interior da sociedade brasileira. A imprensa escrita chapecoense dá destaque na década de 70 aos diversos programas organizados pela FUCABEM, ROTARY e LIONS. Através de comemorações, festas vão legitimando suas práticas assistencialistas como se vê nesta chamada “Os anjos de cara suja o que a FUCABEM está fazendo por eles”⁵⁶.

A filantropia fez-se presente nos comemorativos principalmente da criança menos favorecida. As representantes da elite organizavam através das entidades filantrópicas como ROTARY e LIONS as comemorações natalinas. Para Veiga e Gouvêa (2001, A.1, p. 6) “O Natal, era o dia da mais alta significação para o assistencialismo, era também o dia clímax de se celebrar a filantropia e as ações de caridade”. Em Chapecó os comemorativos eram anunciados pela imprensa, sempre dando visibilidade às ações de beneficência.

Natal dos pobres

Será realizada dia 4 do próximo mês uma Feira no Clube Recreativo Chapecoense sendo a renda destinada para o Natal dos Pobres. A promoção é das Sras da Casa da Amizade do Rotary Club Chapecó sob a Coordenação da Presidente, Sra Juca Destri.⁵⁷

Esses eventos e comemorações acontecem de forma extensiva promovidos pelo Rotary Club, Lyons, LBA e ganham uma ampla divulgação nos jornais da Cidade. Como “corações fraternos” estas instituições contam com um grande apoio para dar as “sobras” da riqueza social aos desvalidos e pobres. “Trata-se, em síntese, da continuação da tradição histórica de oferecer ‘pão, teto e abrigo’ aos mais necessitados, descuidando das necessidades afetivas e de desenvolvimento das crianças submetidas a esta medida extrema” (RIZZINI, 1995, p. 41). Esse zelo pelo amparo das crianças transfiguradas em menores circula nas páginas da imprensa chapecoense sob diversas formas.

A condição da criança abandonada foi apresentada no jornal como uma “delinqüência, uma chaga social”⁵⁸, e para resolver o

⁵⁶ Correio do Sul, 14 a 21-11-1979, p. 4, ano III, edição 109.

⁵⁷ Folha do Oeste, 26/11/1977, p. 11, edição 653.

⁵⁸ Correio do Sul, 10/12/1977.

problema destes pequenos que assustavam, pois poderiam “transformar-se em ladrões”, foi designado o trabalho de engraxates, vendedores de revistas e jornais, todos credenciados com a marca da delinquência.

A FUCABEM, instituição que atendia essas crianças na cidade de Chapecó, juntamente com o Juiz e apoio da polícia realiza “[...] ‘blitz’ no centro e nos bairros, a fim de recolher os menores que perambulam pela cidade”⁵⁹. Neste sentido o discurso de criança criminosa, marginal, perigosa vai caracterizando uma parcela da população infantil, delineando uma representação negativa da infância. Observe-se o discurso de um juiz de direito divulgado pela imprensa chapecoense na década de 70:

Recolhimento e triagem de menores

[...] Senhores, estamos aqui reunidos para falarmos de algo muito sério: das crianças menos favorecidas pela sorte. Hoje, em Chapecó, existem centenas de crianças abandonadas e marginalizadas, criando problemas e se tornando, aos poucos, pessoas perigosas à sociedade. Procurando evitar a continuidade desta chaga, a Fundação Catarinense do Bem-Estar do Menor, através da Regional de Chapecó, conjuntamente com a Polícia Militar e a comunidade em geral, orientadas por este juizado de menores, vão iniciar uma campanha no próximo dia 15 do corrente, recolhendo todos os menores que forem encontrados nas ruas de Chapecó sem motivos justos. Por exemplo: esmoleiros, lavadores de carros, engraxates, pivetes e todos quantos forem encontrados perambulando pela cidade.⁶⁰

E assim são apresentadas as representações da infância na imprensa chapecoense, inseridas no contexto da história de milhares de crianças que não tiveram garantido o direito de ter infância e ser criança. Uma infância acorrentada.

⁵⁹ Folha do Oeste, 13/5/78, p. 3, edição 676.

⁶⁰ Oestão, 10/5/78, p.4, ano 1, edição 6.



Fonte: Folha do Oeste – 1970.

Outras representações mesclam-se com essas. Nelas é representada a criança pura, angelical e inocente, muito glorificada nos discursos e considerada presente divino. Elas aparecem na maioria das vezes em fotos e acompanhadas de adjetivos como lindinha, fofura, ou até como anjos nas proximidades do Natal, portanto, portadoras de mensagens de “Feliz Ano Novo” que se renova apenas para uma pequena parte da população.

Buscando explorar outros espaços onde as crianças são notícia, as “páginas sociais”, espaço do jornal destinado para divulgar e promover personalidades, eventos e principalmente pessoas ligadas à “elite”, apresenta-se como a imprensa representa a criança, que aparece sempre em situação vantajosa, bem ao ritmo da “criança feliz que provoca saudades da aurora da vida”⁶¹.

Assim elas vão transitando nos diferentes lugares: nas páginas sociais, na escola, nas ruas, nas páginas criminais, tecendo uma história marcada pela contradição, abandono, exploração, miséria, misturada com a criança pura, ingênua e inocente. Em outros momentos elas são mostradas nas páginas criminais sensacionalistas, pois tratam de crianças vítimas.

Avó detesta preto e mata neto

[...] A criança nasceu viva mas condenada a morrer. Instantes depois de Celestina dado a luz, dona Perina agarrou o neto que acabava de nascer e encheu-lhe a boca de panos, sufocando-o até a morte [...] Matei a criança por detestar gente preta e minha filha não podia sujar o nome da família. [...]

⁶¹ Diário da Manhã. 1 e 2/12/79, p. 4, ano 1, edição 41.

⁶² Correio do Sul, 13/8/1977, Capa, p. 1, ano 1, edição 1.

Vítimas da miséria, vítimas dos adultos elas são fotografadas. Quem fala por elas? Quem as apresenta e as representa? Assim a imprensa vai caracterizando a criança em diferentes espaços. Ela está nas festas, nas ruas, mas também na escola e em condições nada confortáveis.

160 crianças estudam no chão do salão comunitário do bairro universitário

As 160 crianças estão frequentando as aulas, no Salão cedido pela comunidade, sem quaisquer móveis, no chão, improvisadamente, sem merenda escolar, sujeitos ao frio. As professoras que lá lecionam (não quiseram identificar-se temendo represália). [...].⁶³

Isso tudo vai revelando a omissão do poder público no trato da educação das crianças. Nos diferentes espaços da escola elas são apresentadas, seja para mobilizar opiniões seja para denunciar a criança, objeto de proteção e devoção. Afinal, posições diversificadas representam as contradições sociais.

Quando o interesse é vender algo a criança aparece como centro para comover os corações mais endurecidos e os bolsos não tão fartos. Nestas reportagens em seguida nota-se como a criança é utilizada como artefato para o consumo ora para ser consumidora. As representações da criança na propaganda, de acordo com Brites (2000), não estavam alheias às discussões que ocorriam sobre a infância, elas também contribuíam no sentido de legitimar ideais de criança. A autora afirma que:

As imagens visuais não eram tratadas na propaganda como meras substituições da palavra escrita, uma vez que representavam uma cultura do olhar, que educava no sentido do consumo, da admiração da riqueza, da modernidade como espetáculo. A ilustração, portanto, não se constituía em simples confirmadora da mensagem verbal, representando uma outra leitura que queria atingir a população (BRITES, 2000).

Na década de 70 a utilização de imagens fotográficas esteve muito presente nos jornais pesquisados, principalmente nas peças referentes à propaganda onde crianças aparecem sempre alegres,

⁶³ Oestão, 31/3/1979, p. 8, ano 1, edição 49.

brincando e com a família. Vê-se na peça a seguir a representação de uma criança feliz, alegre e que merece grande parte da página do jornal.



Fonte: Correio do Sul, 29 out. 1977.

Crianças sorrindo, alegres, crianças trabalhando e não faltaram as crianças cantoras, os artistas mirins que angariam de imediato a simpatia do público. E neste exemplar o jornal não poupa as palavras. A reportagem destaca:

Eles ajudam a sustentar a família. Celso e Claudemir

[...] garotinhos muito miudinhos vestidos com bombacha e camisa de cor laranja berrante e consigo dois violãozinhos de “brinquedo” que se não tocam seu “instrumento” pelo menos cantam e para idade muito bem, ou que pelo menos, encantam com seu desembaraço, vivacidade e inocência.⁶⁴

Essas reportagens enfatizam as representações contraditórias da infância: perigosa, em perigo, desamparada, protegida, sujeito, objeto, enfim retratam as contradições sociais. Assim elas são fotografadas em mundos sociais diferentes e contraditórios, mas sempre como uma promessa de futuro.

Santa Catarina olhando para você.

O futuro de Santa Catarina sorri nos olhos de nossas crianças. Crianças indígenas, loiras, morenas, negras, orientais, crianças grandes, pequenas, gordas, magras, ricas ou pobres. [...] Todas elas representam nosso futuro. Nós precisamos prepará-las, hoje, para que ajudem a

⁶⁴ Oestão, 8/9/79, Capa, p. 1, edição 59.

construir o amanhã, já vivendo o tempo novo de Santa Catarina.⁶⁵

No entanto, esta valorização se contrapõe às linhas desta história, em memórias que marcam e significam outro modo de ser, outra imagem, como se os anjos se transformassem em demônios e lixos da sociedade. O contraponto entre uma visão angelical de infância e uma visão satanizada dela. Os “filhos de ninguém”⁶⁶ como o jornal refere-se às crianças menos favorecidas assustam por serem já determinados como “candidatos ao crime”. Eles roubam, envergonham a cidade, nas palavras do jornal “Um quadro desolador, um desafio aos chapecoenses”⁶⁷.

Para algumas dessas crianças são construídas as identidades de menor, pivete, delinquente, entre outras. Esses vocábulos não se confundem com outras designações como “jovem”, “brotinho”, “garotos”, criança, rapaz ou adolescente. Delinquentes, sujos, “maus para a sociedade” são palavras presentes no discurso desse modelo de criança apresentado na imprensa de Chapecó, excluídos por um sistema que os trata como marginais infantis. Para Cavalieri (*apud* ALVIM; VALLADARES, 1988, p. 17) “dir-se-ia que menor é o filho dos outros”. Essas distintas denominações utilizadas referem-se a dois universos distintos: “um é afetivo, familiar e privado [...] e o outro aponta para a despersonalização e remete à esfera do jurídico e, portanto do público” (ALVIM; VALLADARES, 1988, p. 17).

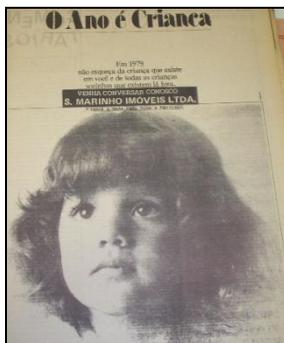
As representações de criança e infância constante nas páginas dos jornais analisados caracteriza a condição social da criança brasileira, deixando à mostra a violência, as diferenças sociais existentes na sociedade, as políticas públicas adotadas para amenizar o problema, o sistema falido das instituições correccionais, questões de saúde, de saneamento, pondo em evidência a necessidade de lutar por mudanças e principalmente pela garantia e pelo respeito aos direitos humanos.

O olhar da criança aparece distante, para cima, como se olhasse para além do que se pode ver, e como coloca Muller (2005, p. 3) traz algumas questões: O que espera a criança? O que ela busca?

⁶⁵ Oestão, 22/9/79, p. 9, ano 1, edição 60.

⁶⁶ Folha do Oeste, 21/8/71, p. 3, ano VII, edição 310.

⁶⁷ Folha do Oeste, 7/2/70, p. 8, edição 233.



Fonte: Correio do Sul, 5 jan. 1979.

A tarefa posta por esta análise é lançar alguns eixos de reflexão que contribuam para uma maior compreensão, sobre diferentes prismas, da forma como a infância e a criança são representadas pela imprensa escrita desta época. Quebrar imagens, desvendar esse confronto de representações, que é histórico, e possivelmente compreender a infância e a criança com outro *olhar*.

As representações de criança e infância nesses 40 anos de análise tecem a trama de uma realidade social representada na imprensa escrita e que precisa ser compreendida e retomada para que se possa compreender, principalmente no campo educacional o papel do professor, pois essas representações estão enraizadas em olhares e atitudes de muitos profissionais que atuam diretamente com crianças. Permite ainda perceber que as crianças vão ganhando espaço na mídia, na maioria das vezes, mais na condição de objetos do que de sujeitos de sua história. Objetos no sentido do direcionamento das políticas, mas ao mesmo tempo, contraditoriamente, sujeitos que ocupam os espaços públicos revelando o quanto são deserdados de seus direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar neste momento da pesquisa, pode-se afirmar que os estudos até aqui apresentados constituem apenas a primeira etapa para uma análise mais aprofundada das questões que emergem das relações estabelecidas entre criança, infância e imprensa escrita, uma vez que os aspectos históricos, políticos, filosóficos e sociais são as bases de tal análise e, neste sentido, o tempo institucional não coincide com o tempo da pesquisa. O que se procura apresentar aqui são apenas algumas considerações sobre os elementos apresentados nos capítulos, não constituindo um resumo do texto em geral.

Como já apontado, o objetivo desta pesquisa foi buscar as representações sociais de criança e infância na imprensa escrita considerando os aspectos políticos, econômicos e ideológicos. Esta etapa que se apresentou tão complexa de início fez perceber o quanto a imprensa colabora para a circulação de ideias e o quanto essas ideias influenciam em definições de políticas, principalmente por sua capacidade de modificar opiniões, de criar e manter mitos (SODRÉ, 1999, p. 2).

Ainda que com algumas orientações e metodologias diferentes, o panorama da pesquisa no campo educacional sobre a relação criança, infância e imprensa escrita permitiu também encontrar referências para esta análise. Além disto, os trabalhos evidenciaram que mesmo com evoluções positivas, como o crescimento das pesquisas nesta área, ainda existem problemas principalmente no que se refere ao impacto social das pesquisas em educação.

Buscar nas entrelinhas da história as representações de criança e infância através da imprensa escrita da Cidade de Chapecó permitiu perceber como o jornal pode ser um bom material de investigação, pois na imprensa suas notícias, reportagens, imagens não são somente ocorrências e registros, mas possuem ligação direta com a realidade. Como afirmou Zicman (1985, p. 90), “Todo o jornal organiza os acontecimentos e informações segundo seu próprio filtro”.

A análise das representações sociais de criança e infância na imprensa escrita permitiu verificar a realidade expressiva de uma sociedade. As matérias, notícias e imagens revelaram os espaços destinados à criança, assim como as diferentes formas em que elas foram caracterizadas ao longo do período.

Alguns elementos foram comuns ao longo desta análise. Em primeiro lugar cabe ressaltar que a fonte das informações contidas nos

jornais é predominante de órgãos oficiais, constituindo em sua maioria temas voltados a propostas de administração pública. Em segundo lugar pode-se destacar que as crianças que não serviram como objeto para essas políticas foram em sua maioria ocultadas pela imprensa.

As categorias que emergiram do material empírico evidenciaram de que forma a imprensa serviu como um meio para promover um ideal de criança, constituído a partir do olhar adulto e ao mesmo tempo promoveu a desvalorização de outro grupo de crianças. Isto vai sendo justificado pelo modelo de sociedade que se instalava nos períodos em destaque, quando os sujeitos não são considerados e os valores humanos perdem os seus significados.

O material empírico vai evidenciar o quanto a imprensa serviu ao modelo político e ideológico promovendo uma criança ideal, futuro “homem” da sociedade. Aqui são pertinentes as colocações de Pilotti e Rizzini (2009, p. 327) que concluíram que as crianças e adolescentes transformaram-se, “não apenas no objeto dos cuidados e da intervenção higienista patrocinada pelo Estado, mas num canal de acesso e controle, por meio do qual era possível penetrar nas famílias para conferir-lhes o padrão desejado”.

Por outro lado a imprensa projetou uma imagem de criança pobre, descaracterizando uma população ao longo do período em destaque. Como afirma Pilotti e Rizzini (2009, p. 324) “Gente que não se encontrava sob a égide de ninguém e, portanto, um problema para o enquadramento e controle social”. Esses sujeitos tiveram suas identidades ocultadas, foram apresentados de forma negativa, crianças que se transfiguraram em “menor”, em outras palavras, o filho do pobre.

Os filhos de ninguém, como denomina a autora, não eram brancos, não tinham família nem paradeiro. Sem nome nem sobrenome, viviam à margem, não tinham condições mínimas e dignas de vida. Vagabundos, viciosos, sujos, esfomeados foram os estereótipos ao longo da análise promovidos pela imprensa. A esses restaram as instituições correcionais e as prisões.

A persistência desses estereótipos ao longo do período abordado caracterizou o grande abismo promovido pela imprensa: de um lado há a criança, expressão aplicada ao filho do rico e de outro o menor, o filho do pobre. As crianças ficarão nas mãos de políticas assistências, lideradas pelas “nobres pessoas” de “bom coração” e aos menores serão destinadas as práticas correcionais onde inúmeras crianças ficarão nas mãos de policiais sendo tratadas como criminosos. Essas representações irão legitimar uma condição para inúmeras crianças, o não direito de serem reconhecidas como crianças.

Essas considerações remetem ao início deste trabalho, a tentativa de marcar um encontro com a criança e a infância na imprensa escrita, porém esse encontro trouxe algumas perguntas: será possível a imprensa ser um meio para discussões sobre a realidade social? Poderia ser a imprensa uma ferramenta para a garantia dos direitos de inúmeras crianças que vivem em situações degradantes, sobrevivendo como podem?

É difícil pensar nesta possibilidade reconhecendo a estrutura e como afirma Sodré (1999, p. 6), a “grande engrenagem” que sustenta esta máquina a serviço do sistema capitalista. Porém, este é o desafio. As representações sociais de criança e infância na imprensa escrita não podem apenas “imobilizar”, elas precisam ser consideradas, pois são a expressão da realidade de inúmeras crianças.

A partir desta pesquisa, conclui-se que a imprensa é um veículo de divulgação para produzir e reproduzir ideias e que essas ideias circulam nos diferentes espaços sociais, legitimando ideais e práticas acerca da população infantil. Quando se abre um jornal e, atualmente, depara-se com uma maior visibilidade das crianças na agenda jornalística, percebe-se que as condições ainda são de exclusão, miséria e abandono. As crianças negras, indígenas continuam nas ruas, nas periferias sendo vítimas de abuso e exploração. Por mais que os movimentos sociais e as denúncias sejam em grande escala, é preciso não só um espaço no jornal, mas sim uma condição digna para que de fato a mudança aconteça.

Considerando os limites desta pesquisa, é importante registrar que algumas questões iniciais foram respondidas e redimensionadas, porém, muitas outras emergiram durante a pesquisa e ficaram em aberto para futuros estudos e análises. O que se apresenta neste “finalizar” é principalmente a certeza de que este é apenas o início, que os elementos aqui apresentados para reflexão possam contribuir para análises mais aprofundadas.

REFERÊNCIAS

ALBA, Rosa Salete. **Espaço urbano: os agentes da produção em Chapecó**. Chapecó: Argos, 2002.

ALENCAR, Chico; CARPI, Lucia; RIBEIRO, Marcus Venicio. **História da sociedade brasileira**. São Paulo: Ao Livro Técnico, 1996.

ALVIM, M. R. B.; VALLADARES, L. P. Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura. **Boletim Informativo e Bibliográfico-BIB**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Anpocs, n. 26, p. 3-37, 1988.

ANDRÉ, Marli A. D. **A jovem pesquisa educacional brasileira**. São Paulo: Cortez, 2006.

ANJ – Associação Nacional de Jornais. **Imprensa brasileira: dois séculos de história**. Disponível em: <www.anj.org.br/.../historianobrasil/.../Imprensa_Brasileira_dois_seculos_de_historia.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2010.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado (AIE)**. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ARROYO, Miguel G. Quando a violência infanto-juvenil indaga a pedagogia. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 787-807, out. 2007.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: a organização da Irmandade Cabocla**. Florianópolis: Ed. UFSC/Assembléia Legislativa; São Paulo: Cortez, 1984.

BARBOSA, Marialva Carlos. Imprensa e poder no Brasil pós-30. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 215-234, jun./dez. 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BELLANI, M. E. **Madeira, balsa e balseiros no Rio Uruguai: o processo de colonização do velho Chapecó (1917-1950)**. Chapecó: Argos, 1996.

BELLONI, Maria Luiza. **O que é mídia educação**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

BELLONI, Maria Luiza; GOMES, N. G. Infância, mídias e aprendizagem: autodidaxia e colaboração. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 104 – Especial, p. 717-746, out. 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2009.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas 1: magia e técnica: arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BLOEMER, Neusa Maria Sens. **Brava gente brasileira: migrantes italianos e caboclos nos Campos de Lages**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

BRANDÃO, Carlos. O educador: exercícios de compreensão do trabalho da educação. In: _____. **Lutar com a palavra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985. p. 105-118.

BRASIL. **Lei 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)**, de 20 de dezembro de 1996.

BRITES Olga. **Infância, trabalho e educação: a revista Sesinho (1947/1960)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da PUC/SP, 1992. 146 p.

_____. Infância, higiene e saúde na propaganda (usos e abusos nos anos 30 a 50). In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 20, n. 39, 2000.

BUCKINGHAM, David. **Crescer na era das mídias eletrônicas**. São Paulo: Loyola, 2007.

CAMBI, Franco. **A história da pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Dimensões e horizontes da educação no Brasil:** ensaios em homenagem a Gaudencio Frigotto, Maria Ciavatta e Osmar Fávero. Niterói, RJ: EDUFF, 2004.

CARLSSON, Ulla; FEILITZEN, Cecília von (org.). **A criança e a violência na mídia.** 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

_____. **A criança e a mídia:** imagem, educação, participação. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2002. 552 p.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Pedagogia da Escola Nova: produção da natureza infantil e controle doutrinário da escola. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JUNIOR, Moysés (org.). **Os intelectuais na história da infância.** São Paulo: Cortez, 2002. p. 373- 408.

CHARLOT, Bernard. **Mistificação pedagógica.** 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

CUNHA, Sandra. **Todos juntos para sempre:** representações e expectativas sobre a família e a adoção em crianças e jovens institucionalizados. Tese de Licenciatura em Sociologia. Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da empresa. Lisboa, Portugal, 2005. Disponível em: <<http://maracuja.homeip.net/files/doc/tjps.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2010.

DALLARI, Dalmo de Abreu; KORCZAK, Janusz. **Do direito da criança ao respeito.** São Paulo: Summus, 1986.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (org.). **A arte de governar crianças:** a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FERNANDES, Florestan. A formação política do professor. In: CATANI, Denice Barbara. **Universidade, escola e formação de professores.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

FUKUI, Lia F. G.; SAMPAIO, Efigênia M. S.; BRIOSCHI, Lucila R. A questão do trabalho infantil na grande imprensa paulista na década de 70. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, n. 152, p. 28-46, jan./abr. 1985.

GARCIA, Nelson Jahr. **Estado novo, ideologia e propaganda política: a legitimação do Estado autoritário perante as classes subalternas**. Rocket Edition, 1999. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/elibris/estadonovo.html>>. Acesso em: 10 out. 2010.

GATTI, B. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Plano Editora, 2002.

GEPIEE, 2009. Disponível em: <<http://www.gepiee.ufsc.br>>. Acesso em: 15 set. 2010.

GOERGEN, Pedro. A pesquisa educacional no Brasil: dificuldades, avanços e perspectivas. **Em Aberto**, Brasília, ano 5, n. 31, jul./set. 1988.

GOUVEA, Cyntia. **Uma contribuição para a história da infância: festejos comemorativos da criança**. Artigo publicado na ANPED, GT História, 2001.

GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVICTCH, Sandra (org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 89-111.

HASS, Monica. **Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo de poder local – 1945-1965**. Chapecó: Argos, 2000.

_____. **O linchamento que muitos querem esquecer**: Chapecó, 1950-1956. Chapecó: Argos, 2003.

HERMES, Dirceu Luiz. Acervo midiático resgata a história da imprensa chapecoense. **III Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho: GT de História da Midiologia** Novo Hamburgo, RS, 2005. Disponível em: <<http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/files/others/dirceuluizhermes.doc>>. Acesso em: 21 set. 2010.

JOBIM E SOUZA, S. **O olho e a câmera.** Boletim “Salto para o Futuro” – TVE-BRASIL. Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2001/epc/epctxt3.htm/>>. Acesso em: 29 set. 2010.

KONDER, Leandro. **Walter Benjamin: o marxismo da melancolia.** Rio de Janeiro: Campus, 1998.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976-1995. 230 p.

KRAMER, Sônia. **Linguagem, cultura e alteridade:** para ser possível uma educação depois de Auschwitz, é preciso educar contra a barbárie. Apresentação feita na Sessão especial “Linguagem, cultura e Alteridade”, 21ª Reunião anual da ANPED, Caxambu, set. 1998.

_____. Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie. In: **Teias**, Rio de Janeiro, 2000.

_____. Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie. **Anais** do Seminário Internacional da OMEP. Infância e educação infantil: reflexões para o início do século. Rio de Janeiro: Rivil, jul. 2002.

_____. **Ensino fundamental de nove anos orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade.** Brasília: Local, 2006.

KUHLMANN JR., Moysés. **Infância e educação infantil:** uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

KUHLMANN JR., Moysés; FREITAS, Marcos Cezar. **Os intelectuais na história da infância.** São Paulo: Cortez, 2002.

LAZAROTTO, Aline. **Mundos sociais da infância na imprensa chapecoense – década de 70.** (Monografia) Chapecó: Unochapecó, 2008.

LEAL, Victor N. **Coronelismo, enxada e voto.** 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito de menor. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto/CEDHAL, 1996.

MARCILIO, Luiza Maria. A lenta construção dos direitos da criança brasileira – século XX. In: **Revista USP**, São Paulo, n. 37, p. 46-57, mar./maio 1998a.

_____. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998b.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Sociedade tecnológica**. São Paulo: Scipione, 1994.

MARTINS, José de Souza (org.). **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à Educação. **Em Aberto**, Brasília, ano 14, n. 61, jan./mar. 1994.

MINAYO, Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVICTCH, Sandra (org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 89-111.

MINAYO, M. C. S.; NJAINE, K. Análise do discurso da imprensa sobre rebeliões de jovens infratores em regime de privação de liberdade. In: **Ciências e Saúde Coletiva**, v. 7, n. 2, p. 285-297, 2002.

MIRANDA, Marília Gouveia de. O processo de socialização na escola: a evolução da condição social da criança. In: LANE, Silvia T. Maurer; CODO, Wanderley. **Psicologia social: o homem em movimento**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MORAES, Denis de. A lógica da mídia no poder mundial. In: **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, v. VI, n. 2, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.eptc.com.br>>. Acesso em: 18 set. 2008.

MULLER, Tânia. **O jornal Diário de Notícias e a imagem da criança ideal.** In: III Seminário Internacional – As redes de conhecimento e a tecnologia: professores professoras: textos, imagens e sons. Rio de Janeiro: UERJ, 2005. v. 1.

_____. **A fotografia como instrumento e objeto de pesquisa:** imagens da imprensa e do estado do cotidiano de crianças e adolescentes do Serviço de Assistência ao menos – SAM (1959-1961). Artigo publicado na ANPED, GT História, 2006.

NARODOWSKI, Mariano. **Infância e poder:** a conformação da pedagogia moderna. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1993.

NUNES, Tânia Maria da Silva. **A criança e o adolescente na imprensa paulista (Jornal: Folha de São Paulo – 1990/2000).** Dissertação (Mestrado) – Universidade São Marcos Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Administração e Comunicação, 2007. p. 166.

PAIVA, Vanilda. Pesquisa educacional e decisão política. In: WARDE, Miriam Jorge (org.). **Novas políticas educacionais:** críticas e perspectivas. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduação em Educação: História e Filosofia da Educação; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998. p. 125-138.

PEREIRA, André Ricardo. A criança no Estado Novo: uma leitura na longa duração. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 38, 1999.

PIERANTI, Octavio Penna; MARTINS, Paulo Emílio Matos. **Nelson Werneck Sodré e “História da Imprensa no Brasil”:** uma análise da relação entre estado e meios de comunicação de massa. Trabalho apresentado, Seminário de temas livres em comunicação, Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UnB – 6 a 9 de setembro de 2006.

PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (org.). **A arte de governar crianças:** a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 19, n. 23, p. 149-187, 2006.

PONTE, M. Cristina. **Crianças em notícia**: a construção da infância pelo discurso jornalístico (1970-2000). Lisboa: ICS/Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

_____. **Crianças e jovens em notícias**. Lisboa: Livros Horizontes, 2009.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. São Paulo: Graphia, 1999.

QUINTEIRO, Jucirema. A **“força do povo” em Lages**: mas o que foi mesmo, esta experiência? 1991. 285 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991.

_____. Sobre a emergência de uma sociologia da infância: contribuições para o debate. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 20, n. esp., p. 137-162, jul./dez. 2002.

_____. O direito a infância na escola: por uma educação contra a barbárie. In: SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. **Crianças e miúdos**: perspectivas sociopedagógicas da infância e a educação. Porto: ASA, 2004. p. 163-179.

_____. Infância e educação no Brasil: um campo de estudos em construção. In: FARIA, A. L. G. de; DEMARTINI, Z. de B. F.; PRADO, P. D. (org.). **Por uma cultura da infância**: metodologia de pesquisa com crianças. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 2009. p. 19-47.

QVORTRUP, Jean. **Crescer na Europa**: horizontes atuais dos estudos sobre a infância e a juventude. [S.I.], 1999.

RABELO, Giani; VIRTUOSO, Tatiane dos Santos. **Cartilha Getúlio Vargas para crianças**: produzindo efeitos sobre a infância. Disponível em:

<http://www.gedest.unesc.net/seilacs/cartilhagetuliovargas_giani.pdf>. Acesso em: 9 out. 2010.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RENK, Arlene. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. In: **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 19, n. 23, p. 37-71, 2006.

RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Internacional Del Nino, Editora Universitária Santa Ursula, Anais Livraria e Editora, 1995.

_____. **O movimento de salvação da criança no Brasil ideias e práticas correntes de assistência à infância pobre na passagem do século XIX para o XX**. Congresso Brasa VIII Vanderbilt University, Nashville, Tennessee, USA, 13-16 de outubro de 2006.

ROVER, Oscar José. Orçamento participativo de Chapecó e sua dimensão rural. In: AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander (org.). **A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 274-330.

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel (coord.). **As crianças: contextos e identidades**. Braga, Portugal: Centro de Estudos da Criança Universidade do Minho/Ed. Bezerra, 1997.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SODRÉ, M. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SILVA, Ana Claudia da. **As concepções de criança e infância na formação dos professores catarinenses nos anos 1930 e 1940**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina – Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2003.

SPINK, M. J. (org.). **O conhecimento no cotidiano: o estudo empírico das representações sociais**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 85-108.

TUMELERO, Micheli Rodrigues. **A Legião Brasileira de Assistência e os investimentos feitos sobre as mulheres e as crianças na construção de uma “Nova” Chapecó – SC (1940-1960)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina – Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2010.

UNICEF. **A criança na imprensa: análise da cobertura jornalística**. Moçambique, 2009. Disponível em:
<<http://www.unicef.org/Moçambique>>. Acesso em: 10 out. 2010.

VEIGA, Cyntia Greive; FARIA FILHO, Luciano M. **Infância no sótão**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VIELLA, Maria dos Anjos Lopes. **Fetichismo da infância e do trabalho nos mapas do trabalho infantil**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2008. 275 p.

VIELLA, Maria dos Anjos Lopes; LAZAROTTO, Aline. **Entre outras imagens de infância: os anjos de cara suja**. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE e no III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia – ESBP. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 26 a 29 de outubro de 2009.

VIEIRA, Guatamara Freitas. **Educação, saúde e assistência no Estado Novo: o Departamento Nacional da Criança**. Faculdade Estácio de Sá. 2003.

VIEIRA, M. do Pilar de A. *et al.* Imprensa como fonte para a pesquisa histórica. PROJETO HISTÓRIA, n. 3, **Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduação em História e do Departamento de História**, PUC-SP, p. 47-54, out. 1984.

VIVARTA, Veet (coord.). **Direitos, infância e agenda pública 2005-2007: uma análise comparativa da cobertura jornalística latino-americana**. Traduzido por Sandra Pérez. Brasília, DF: ANDI; Rede ANDI América Latina, 2009, 64 p. Disponível em:
<<http://www.andi.org.br>>. Acesso em: 18 set. 2010.

VOGEL, Arno. Do Estado ao Estatuto: propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo. In: PILOTTI, F.; RIZZINI, I. (org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

VOJNIAK, Fernando. Masculinidades na constituição do oeste catarinense. In: **Revista Grifos**, n. 16, p. 156-179, maio/2004.

ZICMAN, Renée Barata. História da imprensa – algumas considerações metodológicas. In: PROJETO HISTÓRIA, n. 4, **Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduação em História e do Departamento de História**, PUC-SP, p. 89-102, out. 1985.

ZIZEK, Slavoj. O espectro da ideologia. In: ZIZEK, Slavoj *et al.* **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ANEXO A – RESUMOS BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES 1987/2008

1. Martha Fortuna Pereira Bastos. O movimento de defesa da criança e do adolescente: uma contribuição para sua análise. 01/08/1995.

1 v. 101 p. Mestrado. Universidade Federal Fluminense – Educação

Resumo: Este trabalho resgata a trajetória desenvolvida pelo movimento de defesa da criança e do adolescente no Brasil, em uma perspectiva de revelar as ações de luta pela cidadania de meninos e meninas pobres e de desmistificar o processo de descaracterização que as organizações não-governamentais vivenciam para implementar uma mudança na problemática infanto-juvenil. A metodologia utilizada para atingir tais objetivos se direcionou para o levantamento de material documental e para a análise de conteúdo das notícias veiculadas na imprensa escrita do município do Rio de Janeiro sobre a garantia de direitos da criança e do adolescente, as ações do movimento de defesa da criança e do adolescente enquanto um movimento social que apresenta dimensão de transformação da realidade e indicar como os meios de comunicação de massa atuam junto a opinião pública diante da questão da infância e da adolescência marginalizada neste sentido, nossa expectativa é a de que a produção deste conhecimento possa contribuir para o contínuo fortalecimento da sociedade civil organizada, no caso, o movimento de defesa da criança e do adolescente.

2. Angela Silva Costa. O pão do corpo o pão da inteligência e o pão do coração – o lugar da criança na sociedade 1927-1990. 01/08/1996.

1 v. 142 p. Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – História

Resumo: Esta dissertação procura, através da observação de dois momentos históricos distintos, analisar o lugar da criança e do adolescente em nossa sociedade. No primeiro capítulo analisamos como foram tratadas as questões relacionadas à infância e a adolescência nas duas primeiras décadas deste século, que culminaram com a aprovação do Código de Menores. Esta nova lei surge num momento em que a sociedade dos grandes centros urbanos exigia do Estado uma solução para o problema do abandono e da delinquência. O resultado foi uma lei voltada ao entendimento dessa demanda da sociedade, estabelecendo uma forma de assistência e proteção a partir de um ponto de vista eminentemente urbano, característica que permearia as leis posteriores. No segundo capítulo abordamos a substituição do Código de Menores

pelo ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, e a presença da criança na imprensa dos anos 80. Procuramos demonstrar através da regulamentação da questão do trabalho, o lugar das crianças e adolescentes das classes populares em nossa sociedade. Buscamos subsídios para essa dissertação, na literatura, na imprensa dos anos 80 e nas Atas das Reuniões da Subcomissão da Família do Menor e do Idoso da Assembléia Nacional Constituinte de 1988, nas da Comissão Provisória do Código de Menores e Comissão do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1989/1990.

3. Cleide Maria Amorim dos Santos. Meninas, sexo e espaço público: análise do discurso jornalístico cearense sobre a prostituição infantil. 01/03/1996.

1 v. 171 p. Mestrado. Universidade Federal do Ceará – Sociologia

Resumo: Este trabalho analisou a publicização da prostituição infantil na imprensa cearense, tentando identificar as diferentes estratégias discursivas utilizadas pelo jornalismo para constituir uma discussividade que reúne o “infantil” e o “erótico”. Observou-se o processo de significação histórico-mítica da infância e da adolescência no mundo ocidental, bem como as condições de operacionalidade da imprensa nas sociedades contemporâneas. Selecionou-se trinta e nove matérias jornalísticas produzidas nos jornais O Povo, Diário do Nordeste e Tribuna do Ceará, que enfocando a prostituição infantil ofereceram vastos elementos para análise, tanto no que se refere ao texto, quanto a sua ilustração através do fotojornalismo.

4. Maria da Penha Caetano de Figueiredo. Informação e cidadania: meninos de rua no discurso da imprensa paraibana. 01/11/1996.

1 v. 144 p. Mestrado. Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa – Biblioteconomia

Resumo: Pesquisa sobre meninos de rua no discurso da Imprensa Paraibana, objetivando analisar o discurso jornalístico. Recorreu-se aos três jornais de maior circulação do Estado: O Norte, Correio da Paraíba e A União, em períodos diferenciados entre os anos 1988 e 1993. Diante da pluralidade em que se constitui a cultura brasileira buscamos, a partir das matérias (notícias, reportagens, artigos), entender como o discurso é produzido no campo específico do jornalismo impresso paraibano. Utilizamos como metodologia uma abordagem qualitativa, a partir da análise do discurso. Desse modo, ao analisarmos uma matéria jornalística observamos que os meninos de rua são vistos de forma estereotipada, pois aparecem com mais frequência nas páginas policiais

sob os mais variados estigmas. São tratados como menor, trombadinha, delinquente, marginal, infrator, entre outros termos. No entanto, observamos que somente uma minoria entre eles comete ou cometeu algum tipo de infração, enquanto a maioria está engajada em algum tipo de trabalho. Não obstante a marginalização infanto-juvenil é encarada como um problema de conduta individual ou como patologia social. Portanto, podemos observar que as associações entre pobreza, meninos de rua e marginalidade estabelecidas no âmbito da imprensa, vêm reforçar a menorização da infância e mascarar a real situação de exclusão e miséria absoluta a que está submetida a criança brasileira que sobrevive nas ruas. De forma paradoxal os jornais reforçam, por um lado, o discurso estigmatizante de menor-marginal, por outro lado, vêm se constituindo em espaço onde outros discursos, como o da cidadania, aparecem em confronto com o discurso dominante.

5. Isabel Cristina Ribeiro da Cunha Frontana. Cotidiano de crianças e adolescentes nas ruas da metrópole paulistana: sob o fogo cruzado de posturas e opiniões (1964-1965). 01/10/1997.

1 v. 200 p. Mestrado. Universidade de São Paulo – História Social

Resumo: Analisa as formas de representação do “menor” construídas a partir do ponto de vista institucional e da sociedade como um todo, de forma a conhecer as posturas e as práticas adotadas pelo Estado e pela sociedade brasileira em relação a um segmento específico da infância: crianças e adolescentes das camadas populares. Centramos nossa abordagem num momento específico e particularmente importante da história do Brasil, o período em que o país se encontrava sob o Regime Militar, enfocando particularmente a cidade de São Paulo, por meio da leitura da imprensa paulista.

6. Judite Maria Barboza Trindade. Metamorfose de criança para menor: Curitiba início do século XX. 01/09/1998.

1 v. 254 p. Doutorado. Universidade Federal do Paraná – História

Resumo: O projeto inicial, quando me inscrevi a uma vaga no curso de doutorado, se intitulava “A criança na primeira república: do Estado ou das Instituições”. Propunha como objeto privilegiado a criança, pretendendo apreendê-la via política institucional do Estado. Assim a política institucional tanto poderia ser educação; saúde; ou mesmo assistência em geral. Por seus dois grandes eixos: a criança e as instituições buscamos a leitura de Erving Goffman em seu clássico “Manicômios, prisões e conventos” e a partir dali Guilhon Albuquerque “Instituição e Poder”. A partir dessas leituras e discussões iniciais surgiu

como forte referência Michel Foucault, autor este que passou a ser o suporte teórico e metodológico, sobretudo com “Vigiar e punir” e “Microfísica do poder”. Sem esquecer a sua noção de arqueologia – trabalho de desembaraçar configurações mais antigas, que me levou a buscar uma matriz antiga para o objeto e que rendeu a primeira parte da tese, uma revisão historiográfica com destaque para o caso francês e italiano. É ainda via Foucault que me alertei para os códigos e procedimentos utilizados no controle das populações. Ao delimitar uma determinada população como objeto, qual seja a criança, população infantil, busquei para o seu tratamento o clássico “História social da criança e da família” de Philippe Ariès. Chamou-me a atenção as mudanças observadas a partir do século XVII, com individualização da criança e a mulher assumindo importante papel no cuidado, crescimento e educação das crianças. Ao ressaltar os atributos e tarefas das mulheres mães, o autor inspirou o tratamento da situação das mulheres e mães que aparecem nas fontes, com as leituras complementares de Elizabeth Badinter. A essa altura da pesquisa já era possível perceber que o Estado não tinha uma política institucional para a criança fora da família. Já estava claro que era esta a minha preocupação. Ficava assim definido que o interesse era com aquela criança não referenciada pelas relações familiares, mas sim, a abandonada ou em estado de abandono. A proposta portanto era tratá-la articulando-a às propostas, aos agentes e às instituições ocupadas com o seu atendimento. Com a preocupação de revelar a trajetória dessa criança que se transforma em menor justificando essa metamorfose por uma determinada historicidade, que nesse caso é dada pela Implantação do Projeto Republicano. São portanto, tomados como exemplar não os menores de idade, em geral, mas sim aqueles casos em que as relações Pais e filhos estavam sendo discutidas sobre a intermediação do juizado de menores e também os muitos que por circunstâncias variadas, às vezes até obscuras, foram deixados em asilos. Eles foram encontrados em processos de abandono ou de perda do pátrio poder e nos fichários do asilo e na imprensa. A pesquisa documental está circunscrita a Curitiba de 1890 a 1927 e se refere a instituição do Código Penal 1890, e a instituição do Código de Menores 1927. São frequentes as referências aos séculos XVIII e XIX europeu, período em que o abandono está bastante estudado e também ao século XIX brasileiro, onde proliferaram os estudos de ilegítimos, abandonados, expostos, das rodas e das misericórdias com tratamento teórico metodológico inspirado naqueles estudos para a Europa. Da inspiração inicial de estudar as sutilezas das instituições restaram apenas as fontes sobretudo as dos asilos. Destinados a receber órfãos passaram

a acolher crianças de cinco a dezoito anos, não necessariamente órfãs e mesmo a maioria não o sendo. Concentramos a pesquisa no Asilo São Luiz, instituição exemplar da política de recolhimento de menores no início do século XX. Fizemos ainda o levantamento do Arquivo do Juizado de menores, somando 280 processos. Este arquivo é formado por processos de abandono e perda do pátrio poder, pedidos de tutela; processos de crimes. Pesquisamos também o jornal “A República” de 1890-1906 e o jornal “Diário da Tarde” de 1920-1930. Tomei ainda como referência autores do início do século que participaram intensamente dos debates sobre as questões dos menores e da infância, destacando Evaristo de Moraes: “Criminalidade da Infância e da Adolescência” (1916); Levi Carneiro: “A nova legislação da infância” (1923) e Arthur Moncorvo Filho: “História da proteção à infância no Brasil, 1500-1922” (1927).

7. Josinete Lopes de Souza. Da infância desvalida à infância delinquente: Fortaleza (1865-1928). 01/11/1999.

1 v. 119 p. Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – História

Resumo: O presente estudo objetiva refletir sobre a construção da imagem de infância “delinquente” na cidade de Fortaleza entre o final do século XIX e o início do século XX. No rastro dessa imagem, procurou-se dialogar com outras imagens de infância que estabeleciavam profundas diferenciações em relação às experiências vividas pelas crianças pobres nas ruas da cidade, em meio as recentes intervenções urbanizadoras empreendidas pelas elites locais nesse período. Nesse sentido, as imagens de infância “desvalida”, de “filhos de família”, infância “vagabunda”, “ociosa”, “criminosa”, que fluía quotidianamente dos jornais e dos registros policiais e que, no final da década de 20 deste século, já era denominada de infância “delinquente” pelo público. Assim, procurou-se discutir como esses registros atuaram na criminalização das atitudes e comportamentos das crianças pobres que “perambulavam” pelas ruas da cidade, atribuindo-lhes o significado de grave problema urbano e ameaça ao “progresso” da cidade. Procurou-se ainda extrapolar os limites desse “jogo” de imagens a partir de uma maior aproximação com o cotidiano vivido por essas crianças nas ruas da cidade. Nesse sentido, privilegiou-se a documentação policial sobre queixas e registros de prisão de menores, procurando dar uma maior visibilidade a esses sujeitos e suas experiências que foram de certa forma “ocultadas” pelos discursos dominantes. Se a imprensa, o discurso oficial e os registros policiais enfatizaram as “infrações”, os

“delitos”, a “desordem”, este trabalho procurou mergulhar na complexidade das experiências vividas por essas crianças, enfatizando as dimensões do trabalho e das brincadeiras que compunham essas experiências, tentando contribuir, dessa forma, para a desconstrução desse “olhar” criminalizador que acabou por ser tornar tão dominante no decorrer deste século.

8. Marina de Magalhães Souza. Infância de papel: análise do discurso jornalístico sobre a infância na imprensa brasileira. 01/11/1999.

1 v. 150 p. Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro – Comunicação

Resumo: Análise semiológica do discurso de jornais e revistas brasileiros sobre a infância, a partir de um relato histórico e cultural de como a infância é tratada em várias sociedades, desde a antiguidade até a atualidade. Identificação das estruturas fundamentais do discurso, seus temas, imagem da criança na imprensa, suas funções e atos de linguagem. O estudo mostra o olhar da imprensa sobre a infância, como a criança aparece e como o jornalismo constrói a sua imagem à imagem do sentimento social para com a criança. Paralelo entre o relato jornalístico e a representação simbólica da infância.

9. Leandro Feitosa Andrade. Prostituição infanto-juvenil e mídia: estigmatização da pobreza e ideologia. 01/06/2001.

5 v. 266 p. Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Psicologia (Psicologia Social)

Resumo: Esta tese tem por objetivo geral, juntamente com as demais pesquisas realizadas pelo NEGRI – Núcleo de Estudos de Gênero, Raça e Idade, do Programa de Psicologia Social da PUC-SP, contribuir para a compreensão da construção social da infância e adolescência no Brasil. No específico, a tese analisa as concepções de infância e adolescência pobres no Brasil, por meio do tratamento dado pela mídia ao tema da prostituição infanto-juvenil no Brasil na década de 1990. A tese tem como base empírica artigos do jornal Folha de S.Paulo durante o período de 1985-1995 sobre prostituição adulta e infanto-juvenil encontradas em serviços de documentação jornalística na cidade de São Paulo. O referencial teórico fundamentou-se na concepção de ideologia de John B. Thompson (1995) e nas concepções de estigma de Goffman (1982), Waxman (1983) e Pheterson (1986). Segundo orientação de Thompson (1995), a tese tem a hermenêutica de profundidade e a análise de conteúdo (BARDIN, 1987) como instrumentos para descrever

as matérias. Os resultados destacam a centralidade do caso “Crianças escravizadas” na construção das características da personagem menina-adolescente prostituta no Brasil durante a década de 1990. As estratégias utilizadas pelo jornal se caracterizaram pela exposição das personagens crianças e adolescentes descritas como em situação de prostituição, pela divulgação contraditória de características das personagens e de estimativas inconsistentes sobre a prostituição infanto-juvenil. A interpretação destas características sugere que o destaque na pauta social, através da mídia, e a formulação de políticas públicas de combate à prostituição infanto-juvenil foram construídas sobre bases ideológicas, que contribuem para a reificação da pobreza enquanto estigma. Aponta, também, a fragmentação na criação de personagens crianças e adolescentes pela absorção de sua identidade social ao estigma, na exposição através da mídia e nas propostas de políticas públicas. O texto finaliza com uma proposta de código de ética para controle da veiculação na mídia de imagens de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ao estigma.

10. Maria Marta Jacob. Infância na arena das palavras: as relações discursivas sobre a criança de rua no jornal impresso. 01/11/2002.

1 v. 128 p. Mestrado. Universidade de São Paulo – Ciências da Comunicação

Resumo: Inserida no campo da comunicação sob a ótica interdisciplinar, esta pesquisa objetiva discutir a temática infância veiculada na mídia impressa. Os referenciais teóricos para essa discussão estão fundamentados na Análise do Discurso e na função informativo-educativa do jornalismo. Dessa forma, buscamos estudar o tratamento dado à criança de rua, na cidade de São Paulo, pelos jornais impressos Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo.

11. Mauricio da Silva Duarte. Cidadania obstruída: jornais cariocas e a construção discursiva da violência no Rio. 01/05/2003.

1 v. 340 p. Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro – Comunicação

Resumo: Os meios de comunicação não são simples transmissores de informação nem atuam como mediadores neutros no debate público. Os media (em especial o discurso jornalístico) participam ativamente da estruturação da esfera pública e detêm o poder de instituir a agenda pública. Este trabalho procura mostrar as estratégias dos jornais impressos cariocas na construção do referente “violência urbana”. A partir do conjunto de recursos metodológicos da Semiologia dos

Discursos Sociais, da Teoria Social do Discurso e da obra de Antonio Gramsci, analisamos as disputas de sentido sobre a violência no Rio nas notícias policiais, publicadas entre 2000 e 2002. Procuramos revelar as hegemonias presentes na forma como os jornais cariocas recortam, classificam e hierarquizam a realidade. Em relação aos aspectos ideológicos, buscamos explicitar os pressupostos e implícitos que revelam paradigmas e modelos explicativos da violência, que moldam ordens de discursos presentes nos jornais.

12. Rosângela Ramos Freitas. O tema trabalho infanto-juvenil na mídia: uma interpretação ideológica. 01/06/2004.

1 v. 289 p. Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Psicologia (Psicologia Social)

Resumo: Esta tese soma-se à produção do Núcleo de Estudos de Gênero, Raça e Idade NEGRI com o estudo da tematização do trabalho infanto-juvenil TIJ no jornal Folha de S.Paulo entre os anos de 1980 a 2001. A interpretação da produção da Folha, sobre o tema baseou-se na literatura acadêmica contemporânea sobre ideologia e infância e em peças jornalísticas coletadas em hemerotecas. Nosso objetivo foi reinterpretar a interpretação do jornal ao tema TIJ à luz do conceito de ideologia proposto por John B. Thompson e dos pressupostos teóricos da Sociologia da Infância, sobre a construção social do conceito de infância, desenvolvidos, entre outros, por autores como Allisson James e Alan Prout, Jens Qvortrup, Règine Sirota, Cléopâtre Montandon e Fúlvia Rosemberg. No plano metodológico, esta tese se orientou pelos aportes teóricos da hermenêutica de profundidade proposta por Thompson e pela análise de conteúdo apresentada por Laurence Bardin. Os aportes teóricos e metodológicos atenderam à necessidade de problematização dos temas trabalho infanto-juvenil e mídia e infância e mídia. As relações e intersecções presentes entre os temas permitiram argumentar que a produção jornalística sobre o TIJ pode ser considerada uma produção ideológica, uma vez que produz, reproduz e veicula significados que estabelecem e sustentam relações de dominação. O discurso de denúncia sobre o TIJ na amostra analisada apresentou posicionamentos diferentes entre as décadas de 1980 e 1990. Nos anos 1980, o discurso jornalístico revelou tensões entre duas tendências: ora favorável, ora desfavorável à ocorrência do TIJ. Nos anos 1990, o discurso converge para um posicionamento que se manifesta mais frequentemente favorável à erradicação do trabalho de crianças e adolescentes e marca a forte influência das organizações multilaterais (OIT e Unicef) no discurso midiático, na agenda das pautas do jornal ao

tratar da criança e do adolescente trabalhadores no Brasil. A interpretação dessas tendências no discurso de denúncia adotado pelo jornal permitiu argumentar que a subordinação entre idades (adulto/infância e adolescência) compõe o discurso jornalístico, que se sustenta na noção de infância como objeto passivo de socialização institucional, subtraindo-lhe seu protagonismo social.

13. Eunice Nakamura. Depressão na infância: uma abordagem antropológica. 01/08/2004.

1 v. 221 p. Doutorado. Universidade de São Paulo – Ciência Social (Antropologia Social)

Resumo: A depressão infantil desponta como um objeto de fundamental importância para os estudos socioculturais, pela rapidez com que o termo vem sendo disseminado e banalizado pela imprensa. Apesar de ser apresentada como fenômeno universal no discurso médico-científico, a depressão infantil se expressa mediante diferentes visões de mundo sobre a doença mental e a infância, e em diferentes discursos que devem ser analisados. A análise do fenômeno tomou como ponto de partida a noção de depressão infantil como doença, para apreender os diferentes significados elaborados no discurso médico-científico e no discurso da imprensa. Foram considerados dois outros grupos para complementar esse quadro. O primeiro deles, formado por profissionais de saúde, em especial psiquiatras, que foram entrevistados e cuja prática clínica foi observada para compreender a lógica presente na classificação da doença, no diagnóstico e no tratamento. O segundo, constituído por famílias de crianças (6 a 12 anos) com diagnóstico de depressão infantil, acompanhadas no Serviço de Psiquiatria da Infância e da Adolescência do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP; e que moram na periferia da região metropolitana de São Paulo. Adotando a perspectiva da antropologia médica, o estudo verificou um processo de transformação no conceito médico-científico, no qual a depressão infantil é percebida de diferentes maneiras, apresentando-se como doença diferenciada, na forma de uma categoria ampla, capaz de integrar diferentes conotações e contextos sob um mesmo termo.

14. Raquel Martins de Assis. Psicologia, educação e reforma dos costumes: lições da selecta cathólica (1846-1847). 01/03/2004.

1 v. 230 p. Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais – Educação

Resumo: Este trabalho teve o objetivo de pesquisar as ideias psicológicas veiculadas no jornal religioso *Selecta Catholica* (1846-

1847) e seu impacto na proposta educativa de D. Antônio Ferreira Viçoso, bispo de Mariana de 1844 a 1875, dentro do contexto de reforma dos costumes do clero e da população mineira. D. Antônio Viçoso participou ativamente de diversas experiências educacionais importantes em Minas Gerais, sendo que o seu grande projeto educativo foi a reforma dos costumes do clero e da população mineira. Para a execução desta reforma, o bispo utilizou-se da imprensa como estratégia para difundir leituras diversas e impressos úteis para formação adequada da pessoa. Entre os impressos, foi publicada a *Selecta Catholica* cuja finalidade era educar os costumes da população local e promover a fé católica, lutando contra ideias iluministas, liberais e materialistas, que, aos poucos, começavam a ser propagadas em terras mineiras. A metodologia utilizada para essa pesquisa fundamentou-se na história das ideias psicológicas, recebendo também contribuições das perspectivas metodológicas em historiografia de Chartier e De Certeau. De acordo com Massimi o termo “ideias psicológicas” deve ser entendido como os conhecimentos e as práticas de outras épocas e universos socioculturais específicos, que atualmente podem ser genericamente entendidos como psicológicos. A partir do levantamento das ideias psicológicas existentes no periódico foi possível identificar uma visão de homem, entendido como corpo físico, social e cósmico, calcada nos referenciais do platonismo e da concepção aristotélico-tomista. As relações entre as faculdades da alma e o corpo humano seriam uma expressão em menor escala das relações existentes na sociedade e da ligação natural existente entre o Criador e os homens. A noção de sociedade e o homem, por sua vez, leva a uma proposta educativa específica cuja base é a valorização da família como elemento principal da sociedade e grande responsável pela educação da primeira infância, bem como o pressuposto da Igreja como expressão visível de Deus no mundo e cabeça da sociedade.

15. Azilde Lina Andreotti. “A formação de uma geração: a educação para a promoção social e o progresso do país no jornal a voz da infância da biblioteca infantil municipal de São Paulo (1936-1950)”. 01/02/2004.

1 v. 139 p. Doutorado. Universidade Estadual de Campinas – Educação
Resumo: Este trabalho tem como objeto central de análise o jornal “A voz da infância”, produzido por crianças e jovens entre 1936 e 1950, na cidade de São Paulo. Fonte primária de pesquisa, o jornal é representativo, de uma forma geral, do que a escola transmitia e também de um projeto de complementação escolar implementado pela Biblioteca e a sua análise tem o propósito de contemplar aspectos da organização

social do país, com o objetivo principal de verificar que as ideias reproduzidas no seu interior demonstraram um ideal de desenvolvimento nas décadas de 30 e 40, em um momento de expansão dos setores que compunham a sociedade brasileira.

16. Vilma Alves Machado. A Casa de São José: instituição fundada por Ferreira Vianna, em 1888, no Rio de Janeiro, para abrigar e educar crianças desvalidas para o trabalho. 01/02/2004.

1 v. 148 p. Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Educação

Resumo: Nesse estudo, procurei recuperar a microhistória da Casa de São José, abrigo-escola fundado em caráter particular em 09/08/1888, no Rio de Janeiro, pelo Ministro da Justiça Antônio Ferreira Viana, ao constatar, pessoalmente, as precárias condições de vida das crianças recolhidas ao Asilo de Mendicidade e já denunciadas pela imprensa. O levantamento do processo histórico, no qual se inseriu a fundação e a trajetória da Casa de São José foi o caminho que segui com o objetivo de transferir os documentos nela forjados do campo da memória para o da ciência. Ao examinar os documentos que contam a história desta instituição, tentei recuperar a trama social responsável pela existência de crianças desvalidas, inclusive nas ruas da cidade que se queria moderna, civilizada, progressista. Apontei as transformações urbanas ocorridas no Rio de Janeiro nesse período de transição do século XIX para o XX, bem como as de caráter social, político e econômico. Delas resultou também o aparecimento entre nós das “classes perigosas”, submetidas pelas elites à nova legislação, ao controle mais severo e até à Medicina-Higienista, pela nova ordem capitalista-liberal aqui implantada. Investiguei a dimensão institucional compreendida pelo conjunto de normas e regras impostas pelas autoridades nos Regulamentos promulgados para a vida cotidiana dessa escola pública, as quais atingiam também as relações sociais entre os indivíduos envolvidos: diretores, funcionários, professores, alunos. Considerando ter o Estado consciência do poder da Educação, situei essa ideologia no Brasil, cuja primeira Constituição já previa a obrigatoriedade do ensino primário. A participação das elites, principalmente a política, foi desenhada através dos discursos parlamentares, das medidas adotadas e da verificação da extensão da cidadania concedida às classes populares do país. Avaliei, sucintamente, os resultados que a ação educativa e pedagógica da Casa de São José trouxeram para os jovens ali abrigados. Tal instituição, em 1916, passou a ser denominada Instituto Ferreira Viana.

17. Marcelo Pereira de Andrade. A categoria “meninos de rua” na mídia: uma interpretação ideológica. 01/06/2005.

1 v. 249 p. Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Psicologia (Psicologia Social)

Resumo: Esta tese se vincula ao objetivo geral do Núcleo de Estudos de Gênero, Raça e Idade (NEGRI), do Programa de Estudos Pós-Graduados da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que é compreender a construção social da infância pobre no Brasil, e integra uma das pesquisas coletivas do NEGRI “Infância pobre, políticas públicas e ideologia na mídia”. Nesta tese, particularmente, nos interessa essa construção pela mídia, a partir da interpretação da produção do jornal de Folha de S. Paulo sobre a categoria “meninos de rua” entre 1980 e 2001. Para a interpretação da produção da Folha utilizamos o conceito de ideologia e o referencial metodológico hermenêutica de profundidade propostos por John B. Thompson (1995) e o conceito de estigma de Erving Goffman (1988). A interpretação da produção do jornal Folha de S. Paulo sobre a categoria “meninos de rua”, indica que o tema se manteve na pauta do jornal, mas não é atrelado a nenhum caso ou campanha ao longo dos 21 anos. A principal entrada do “menino de rua” nas páginas do jornal é via violência, predominantemente como vítima, mas também aparece como algoz. A Folha priorizou o discurso de denúncia, simplificador e que não contribui para a compreensão do fenômeno social “crianças e adolescentes em situação de rua” no Brasil. A produção jornalística da Folha expõe os personagens (depoentes) que têm suas identidades reveladas pelos: nomes, prenomes, iniciais e apelidos. Os locais onde costumam permanecer também são identificados. Em contrapartida, outras informações são negadas como: escolaridade, procedência, composição e vínculo familiar. Os depoentes não têm direito à voz, exceto quando contam suas histórias, que confirmam aquilo que a Folha já sabe. As famílias dos depoentes também não têm direito a voz e são culpabilizadas pelas más condições de vida e pela situação de rua de seus filhos. Estas características na perspectiva de Thompson (1995), permite interpretar que a produção do jornal Folha de S. Paulo sobre a categoria “meninos de rua” é ideológica, pois sustenta e reproduz relações de dominação dos não-pobres sobre os pobres.

18. Fabiana da Cunha Pereira. Em nome da criança e do adolescente: ONGs e imprensa em parceria na construção do noticiário. 01/10/2005.

1 v. 231 p. Mestrado. Universidade de São Paulo – Ciências da

Comunicação

Resumo: Esta pesquisa trata das relações entre imprensa e organizações não-governamentais ligadas à temática da infância e da adolescência no processo de construção do noticiário. O estudo se fundamenta em autores do campo das ciências sociais e da comunicação. Ele parte do debate sobre o campo do terceiro setor, que inclui as ONGs, organizações privadas que se legitimam por meio da defesa do interesse público. Isto num contexto de enxugamento do Estado com relação às ações no campo dos direitos sociais e do crescimento da atuação dessas organizações. Observamos o contexto e a legislação nacional e internacional sobre a infância e a adolescência, assim como o uso da criança como alvo de ações de marketing das empresas. Em seguida, descrevemos os perfis, o funcionamento, o tipo de atuação e os objetivos de três organizações – Fundabrinq e IAS, ambas criadas e dirigidas por empresários, e Andi, criada e dirigida por jornalistas. Depois, relatamos as várias ligações dessas três instituições com o jornalista da grande imprensa e com a empresa jornalística, em nome da garantia dos direitos da criança e do adolescente e da melhoria da cobertura do tema pela imprensa. Apoiamos as pesquisas em entrevistas com jornalistas que atuam na reportagem da grande imprensa e com dirigentes da Andi, assim como em material institucional e em sites oficiais dessas organizações. Descrevemos as parcerias delas entre si e delas com as empresas jornalísticas. A partir daí, tomamos como objeto 104 textos publicados pelo jornal Folha de S. Paulo no ano 2000 e, mais detidamente, 150 colunas “Criança” produzidas em parceria entre a Folha de S. Paulo e a Fundabrinq e publicadas pelo jornal de 1992 a 2004. Um dos resultados são o mapeamento das interligações e as ações estratégicas entre Fundabrinq, Andi e IAS (tudo isso em nome da manutenção da temática da infância e da adolescência de modo perene na imprensa) e a constatação de uma importante influência de organismos multilaterais como Unicef, Unesco e OIT, assim como do Estatuto da Criança e do Adolescente sobre Fundabrinq, Andi e IAS. Outro resultado é a constatação da garantia de um espaço fixo para o tema da infância e da adolescência na Folha, mas, ao mesmo tempo, um espaço para a divulgação de projetos da Fundabrinq e dos parceiros da fundação (espaço mais publicitário), com textos que contribuem para reafirmar a noção de doadores (os empresários) versus beneficiados (os “cidadãos” receptores), ou seja, reforçam uma noção de cidadania não-emancipadora, de gerenciamento e fixação de lugares sociais com apagamento da figura do Estado.

19. Juliana Colussi Ribeiro. Jornalismo regional e construção da cidadania: o caso da Folha da Região de Araçatuba. 01/03/2005.

1 v. 187 p. Mestrado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Bauru – Comunicação

Resumo: Jornalismo regional e construção do exercício da cidadania compreendem o tema central desta dissertação. Para debater essa questão, apresentam-se inicialmente reflexões teóricas sobre as teorias da notícia e os conceitos de representação social, representação política e representação política dos meios de comunicação. Destacam-se as pesquisas sobre as práticas jornalísticas regionais no jornalismo cívico e no “jornalismo de proximidade”, bem como a trajetória dos impressos de Araçatuba – nosso objeto de estudo. A discussão em torno da participação e cidadania na imprensa local complementa a fundamentação teórica necessária para a realização da análise de conteúdo de dois blocos de reportagens da Folha da Região sobre infância e juventude. O primeiro engloba matérias da série “Meninos e Meninas”, publicadas em 2002, e o segundo, notícias referentes ao ano de 1990.

20. Willian Silva Bonfim. O papel das fontes na construção da notícia: o agendamento do tema trabalho infantil doméstico no jornalismo impresso brasileiro, no ano de 2003. 01/06/2005.

1 v. 175 p. Mestrado. Universidade de Brasília – Comunicação

Resumo: Entender o papel das fontes na construção social da notícia, relevando a sua importância como um dos fatores-chave na definição da Agenda Setting, a partir da relação sociedade civil organizada com o jornalismo impresso brasileiro, é o objetivo central deste trabalho. À luz dos conceitos de agendamento e enquadramento, o autor da pesquisa acompanhou, como observador participante, à época representando o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, como seu assessor de imprensa, o desenvolvimento do Plano de Comunicação para o Enfrentamento do Trabalho Infantil Doméstico, que a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) desenvolveu, em parceria com outros organismos e financiado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 2002 a 2004, para dar ao tema Trabalho Infantil Doméstico visibilidade na mídia, em geral, e no jornalismo impresso em particular. As conclusões não deixam dúvidas de que não apenas houve o agendamento no jornalismo de um tema até então desconhecido da sociedade brasileira, como também, ocorreu o enquadramento do assunto nos grandes e pequenos jornais impressos do Brasil definido a priori pela ANDI, o que corrobora a ideia dos primary definers. Esta

pesquisa conclui que é preciso colocar em xeque o poder do jornalismo, tão aclamado pela Teoria do Agendamento, retomando as questões colocadas por Maxwell E. MacCombs e Donald Shaw, pioneiros nos estudos do agendamento: “São os próprios media a estabelecer a agenda ou estes apenas refletem uma agenda estabelecida pelas suas fontes de informação?”.

21. Maria Ines Galvez Ruiz Costa. Os chasques nos anúncios publicitários: uma condição de ser criança, um endereçamento de futuro? 01/08/2006.

1 v. 122 p. Mestrado. Universidade Luterana do Brasil – Educação

Resumo: O objetivo da dissertação é analisar as diferentes formas como determinados anúncios publicitários de escolas de educação infantil, colocam em funcionamento estratégias de poder que instituem e produzem um jeito de ser criança, destacando o caráter fabricado e discursivo da constituição das identidades infantis. Para a realização da análise, foram utilizados como referenciais, tanto os Estudos Culturais quanto as análises pós-estruturalistas que me ajudaram a entender que os significados do mundo são constituídos em diversas instâncias sociais e que estes circulam através de diferentes processos e práticas, como condições constitutivas da vida social. Entendo também, que estes processos de significação não são permanentes, muito menos estáveis, o que pode ser aplicado, no caso dessa investigação, às propagandas das escolas de educação infantil. O interesse da investigação reside em analisar as articulações entre a infância e a mídia, para apontar como as práticas discursivas põem em ação um conjunto de enunciados cuja finalidade é traçar um quadro de aspirações sobre uma infância desejável. Os anúncios publicitários das escolas infantis foram escolhidos na medida em que seus logotipos, seus layouts, seus slogans e seus nomes, promovem mensagens sobre representações de infância, desenhando especificidades que aparecem com caráter de novidade para atender a um público cada vez mais exigente, bem como reforçar as mensagens de uma infância já entendida e aceita como ideal. Os 40 anúncios selecionados, apresentam fortes indícios de um endereçamento aos pais, na medida que ensinam quais os melhores lugares para deixarem seus filhos, para serem cuidados e educados. Os anúncios das escolas infantis foram colhidos em oito encartes do Jornal Correio do Povo, denominado de Boletim de Ensino nas suas edições de 24 de abril de 2004, 28 de agosto de 2004, 02 de outubro de 2004, 26 de fevereiro de 2005, 27 de outubro de 2005, 08 de setembro de 2005, 30 de março de 2006, e 31 de maio de 2006. Parto da ideia central de que há uma

cultura veiculada pela mídia e que esta propaga mensagens tanto sobre a infância, quanto sobre a escola infantil, tornando os anúncios publicitários das escolas práticas cotidianas que, ao falarem sobre os sujeitos infantis e seus lugares, fixam determinados modos de ser criança, mas também (con)formam estes como sujeitos de futuro.

22. Danielle Ramos Brasiliense. Tessituras narrativas de o globo e o acontecimento “chacina da Candelária”. 01/12/2006.

1 v. 123 p. Mestrado. Universidade Federal Fluminense – Comunicação

Resumo: O gerenciamento do senso comum pela narrativa midiática é o principal tema desta dissertação. O objeto estudado é as narrativas do jornal O Globo sobre o caso que ficou conhecido como “chacina da Candelária”. Buscou-se entender como O Globo, como um dos mais importantes veículos de comunicação do país, construiu sentidos para este episódio e sobre os sujeitos nele envolvidos, tanto no momento em que a chacina acontece no ano de 1993, quanto nos respectivos anos em que sua memória reaparece no jornal, especialmente no caso do sequestro do ônibus 174, ocorrido em 2000. Enxergamos, assim, que O Globo configurou o acontecimento “chacina da Candelária” a partir das referências do senso comum acerca dos mundos da ordem e da desordem. Entendemos que, mesmo vítimas de um crime em que tais valores normativos tenderiam a se inverter, as crianças e os adolescentes que vivem nas ruas que, através do senso comum são vistas como seres poluentes da cidade do Rio de Janeiro, permanecem representadas desta forma na narrativa construída pelo jornal, não só no momento da cobertura do episódio da chacina, mas também nas referências que são feitas em memória.

23. Andrea Soares Caruso. “Traço de união” como vitrine: educação feminina, ideário católico e práticas escolanovistas no período do Colégio Jacobina. 01/09/2006.

2 v. 181 p. Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Educação

Resumo: Examinar como Traço de União, periódico do Colégio Jacobina – que circulou entre 1908 e 1981 –, constituiu-se um espaço privilegiado para disseminação de um modelo de educação feminina, do ideário católico e de práticas pedagógicas inovadoras é o objetivo dessa dissertação. Trata-se de uma pesquisa que se inscreve nas preocupações fundamentadas em estudos sobre Escola Nova, educação católica e imprensa periódica escolar. Estruturada em três capítulos, aborda, inicialmente, as fases do periódico a partir do mapeamento de sua

periodicidade; traça a biografia das responsáveis pelo mesmo, visando a compreender crenças e valores que perpassam o impresso; e, por fim, analisa temas que, pautados nas representações que emergiam, desde o início do século XX, relativas ao papel da mulher na construção da nação, foram tratados por ex-alunas, oradores das cerimônias de formatura e colaboradoras da seção destinada ao Curso de Educadoras da Infância. Pretende-se com essa investigação contribuir para ampliar a compreensão sobre os periódicos editados por escolas católicas femininas numa perspectiva histórica.

24. Andréia da Silva Laucas de Campos. Fábio Luz e a pedagogia libertária: traços da educação anarquista no Rio de Janeiro (1898-1938). 01/01/2007.

1 v. 124 p. Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Educação

Resumo: Esta dissertação tem como objeto de estudo a história de vida e o pensamento educacional do anarquista Fábio Lopes dos Santos Luz. Sua trajetória de vida foi marcada pelo engajamento nas questões sociais de seu tempo, associando educação e transformação social. Utiliza como fontes arquivos policiais, os periódicos operários, os romances e o arquivo pessoal de Fábio Luz. Os ácratas entendiam que a educação seria a principal forma de construção de uma sociedade livre e justa. A figura de Fábio Luz é destacada a partir de sua produção literária e de sua atuação comprometida com a formação de consciências livres, prontas para viver em um mundo onde impere a justiça e a solidariedade. Seu papel como educador e sua participação no movimento operário são investigados em seus discursos e interlocuções com outros educadores anarquistas. Esta estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo é dedicado às atividades educacionais de Fábio Luz nas escolas oficiais e aborda a concepção da escola libertária para a infância. O segundo capítulo compreende a educação dos trabalhadores e a construção da palavra operária como dimensões da militância de Fábio Luz, envolvendo a imprensa e a criação de espaços educativos diferenciados, como a Universidade Popular e o Centro de Estudos Sociais. E, finalmente, no último capítulo a atividade literária e educativa de Fábio Luz é destacada a partir dos seus romances de fundo social, compondo uma interpretação da sociedade da época.

25. Eliane de Christo Oliveira. Anália Franco e a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva: ideias e práticas educativas para a criança e para a mulher (1870-1920). 01/01/2007.

3 v. 177 p. Mestrado. Universidade São Francisco – Educação

Resumo: Este trabalho pretende discutir as práticas sociais e educativas na obra de Anália Franco, relacionado à educação da criança e das mulheres pobres, em São Paulo, no final do século XIX e início do XX, assim como se propõe a contribuir para análises sobre a circulação das ideias, das políticas, das iniciativas e práticas educativas, bem como dos materiais didáticos e pedagógicos que pensavam a educação das crianças neste período. A análise enfoca desde os fatores sociais que sensibilizaram Anália Franco, para a causa da criança pobre, perpassando sua formação no magistério e atuação na imprensa feminina, até a fundação da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva (AFBI), no ano de 1901, em São Paulo, que teria disseminado pelo estado, cerca de 110 entidades, entre escolas maternas, asilos e creches, liceus e escolas noturnas, tanto para crianças abandonadas e órfãs, quanto para mulheres desamparadas e mães solteiras, sem distinção de credos e raças. O material didático, utilizado nas entidades, ligadas à AFBI, eram elaborados por Anália e impressos em tipografia, implementada pela Associação. Parte deste material, como o Manual das Escolas Maternaes, Revista Álbum das Meninas e Relatórios da AFBI, fazem parte das fontes de pesquisa, que analisamos neste trabalho, assim como fotografias registradas na época.

26. Meirevandira Soares Figueirôa. “Matéria livre... espírito livre para pensar”: um estudo das praticas abolicionistas em prol da instrução e educação de ingênuos na capital da província sergipana (1881-1884). 01/10/2007.

1 v. 123 p. Mestrado. Fundação Universidade Federal de Sergipe – Educação

Resumo: O presente estudo tem como objetivo analisar a contribuição de abolicionistas sergipanos para o projeto de civilização da nação, através das práticas de instrução e educação aos ingênuos. Esta pesquisa, delimitada entre os anos de 1881 a 1884 estuda as leis educacionais do Império e os aspectos abordados no que diz respeito à instrução primária. Desvenda os motivos da criação de uma escola de ensino primário e suas práticas pedagógicas para o ensino primário aos ingênuos, na Capital da Província Sergipana destinada aos ingênuos bem como, as práticas pedagógicas desenvolvidas pela escola. Identifica o perfil da “Sociedade Libertadora Aracajuana Cabana do Pai Thomaz

(1882)” como um espaço de palestras, conferências, atividades jornalísticas, entregas de cartas de alforria e instrução aos ingênuos. Pôs em relevo também nesta investida, o papel da imprensa e os usos feitos pelos seus redatores no final do século XIX. O referencial teórico-metodológico para o estudo em questão apóia-se em Roger Chartier, a partir da noção de Representação e Apropriação, os conceitos de Civilização de Norbert Elias, Cultura Escolar de Dominique Julia, Infância de Carlos Monarcha e a categoria Constructos Flutuantes de Clarice Nunes. Trata-se, portanto, de um estudo que focaliza o conjunto de práticas exercidas por abolicionistas sergipanos para alcançar metas de progresso em Sergipe.

27. Rosângela Veiga Júlio Ferreira. No veio da esperança a essência etérea da criança diversa na escola: o jogo inquieto do discurso jornalístico de Cecília Meireles. 01/05/2007.

1 v. 253 p. Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora – Educação

Resumo: A pesquisa histórica procurou analisar contribuições da educadora Cecília Meireles no que se refere às discussões sobre a educação considerando a criança em sua diversidade. Trata-se de uma intelectual atuante no contexto educacional da década de 1930, que deixou mais do que a inquietude de seus poemas. Esta forma outra da poeta é pouco divulgada no meio acadêmico: a jornalista-educadora. Cecília, uma crítica ferrenha das atitudes do presidente Getúlio Vargas, dirigiu a Página de Educação do jornal matutino carioca Diário de Notícias, no período de 1930 a 1933. Neste espaço da imprensa, intitulado Comentários, escreveu diariamente crônicas que possibilitaram uma maior compreensão acerca da relação entre política e educação reveladas pelo contexto em questão. Nestas páginas realizou entrevistas, discutiu problemas da educação brasileira, questionou as reformas implementadas por Francisco Campos, Ministro da Educação deste período, e divulgou ideais da Escola Nova. Com base na premissa de que a educação não pode se esquivar de transmitir para as novas gerações um acervo que une sensibilidade poética e fibra política, busquei compreender tais fontes documentais na hermenêutica interpretativa de Paul Ricoeur, que está centrada numa visão de língua viva e dinâmica, tendo como marca o texto escrito. Ao estabelecer o exercício hermenêutico em 827 crônicas e 148 reportagens veiculadas na Página, pude dizer que o fulcro do combate ceciliano nesse espaço jornalístico foi o de defender a ideia da criança como um ser diverso constituído pela/na linguagem; um ser de significação, visto como riqueza a preservar. A rede de referências constituída por pensadores

como Rousseau, Froebel, Pestalozzi, Flaubert, Claparède, entre inúmeros outros sustentou o referencial teórico de Cecília Meireles, bem como possibilitou ressonâncias. Movimento denso que a levou, muitas vezes, a perceber a infância como um território de potencialidades criadoras, mas que necessita de mãos firmes que não a negligenciem. Para a educadora, o adulto que penetrasse por meio da intuição no mundo inusitado da infância, dificilmente conseguiria ser outra vez senhor do seu domínio e manter-se-ia nos liames, observando, recordando, sentindo-se como estrangeiro. A infância é um enigma, uma forma própria de vida, com características inconfundíveis e singulares. Desse modo, ao mesmo tempo em que afasta qualquer tentativa de invasão do seu território, determina precisamente que atitude devem assumir os que desejam comunicar-se com ela: a de educar com arte na arte de educar.

28. Tania Maria da Silva Nunes. A criança e o adolescente-infrator na imprensa paulista. 01/04/2007.

1 v. 157 p. Mestrado. Universidade São Marcos – Educação, Administração e Comunicação

Resumo: Este trabalho faz um apanhando geral sobre o amparo à infância no Brasil, entre os séculos XVIII e XX, analisa o surgimento da “Roda dos expostos” e suas consequências, assim como o trabalho da Santa Casa de Misericórdia. Versa sobre as políticas públicas instituídas pelo governo federal, e principalmente, as adotadas no estado de São Paulo. Discute a atuação da FEBEM no processo de reeducação dos jovens infratores. Os Códigos de Menores e o Estatuto da Criança e do Adolescente também são analisados e comparados. O resultado da análise põe em destaque os preconceitos manifestados pelo jornal Folha de São Paulo, entre as décadas de 1990 a 2000, esclarecendo como se forma o preconceito e quais suas consequências.

29. Wesley Silva. Por uma história sócio-cultural do abandono e da delinquência de menores em Belo Horizonte 1921-1941. 01/08/2007.

1 v. 255 p. Doutorado. Universidade de São Paulo – Educação

Resumo: O objetivo desse trabalho é abordar a produção sócio-histórica de representações sobre o abandono e a delinquência de menores em Belo Horizonte entre os anos de 1921 e 1941. Através da abordagem de espaços lugares e instituições especificamente destinadas aos menores ou apropriadas por eles, tentei entender a forma como a noção de delinquência e abandono circulava nos espaços da Capital de Minas Gerais no período em apreço. Dessa forma, abordei, ainda que

sucintamente, a cidade de Belo Horizonte na condição de espaço geográfico que oferece múltiplos lugares à apropriação para seus habitantes. Revelou-se a forma preconceituosa com que se concebiam os usos do espaço urbano pelos pobres, mas de maneira mais aguda pelos menores. A escola e a educação primária, que deveriam privilegiar a presença dessas personagens da urbanidade modernizante caracterizada na Nova Capital, cidade pedagógica por excelência, não lograram êxito em cumprir um projeto de escolarização de massas, ainda que ensejassem fazê-lo pelo uso do primado da obrigatoriedade. Nem mesmo essa estratégia com todos os dispositivos postos a funcionar foi capaz de efetivar a matrícula, frequência e aproveitamento escolar de boa parte do contingente de menores pobres da cidade e do Estado de Minas Gerais. A resistência empreendida por esse setor da sociedade possuía diversos matizes dentre os quais a pobreza e a necessidade do trabalho em prol do sustento da família, quando essa existia. Desenhouse, assim, um cenário no qual se passou de uma obrigatoriedade escolar que se pretendeu generalizante a outra de caráter seletivo, pois que se pretendia eficiente e funcional. No contexto onde se localiza a pesquisa, um dos principais elementos da produção dessa noção de delinquência foi a reforma jurídica encetada pelos setores dominantes naquilo que concerne à legislação para menores. Nesse sentido, foi preciso abordar o processo de produção das leis e projetos que tem na Lei de Orçamento 4.242 de 1921 um marco essencial, muito embora os anseios de regulamentação reportem aos anos iniciais da República. A partir de 1921 caminha-se em direção à consolidação do Código de Menores de 1927, passando pela apresentação de projetos com esse fim, englobando a promulgação de Regulamentos de Assistência de âmbito nacional e estadual, em Minas Gerais. A promulgação do Código de Menores em 1927 constitui-se em um marco referencial na consolidação da noção de menor. Ao produzi-lo, produzirá também um termo pelo qual passarão a ser identificadas crianças e adolescentes abandonados, delinquentes, desvalidos, mas também pobres trabalhadores e meninos e meninas de rua. Trata-se de um processo de despersonalização que remeterá a infância e a adolescência para uma identidade jurídica. Ao tornar-se jurídica, a identidade social das crianças e adolescentes abandonados, delinquentes, desvalidos e expostos, entre outros designativos, tornar-se-á caso de polícia. Entre outras esferas da sociedade na qual o Código de Menores influiu, sobremaneira, figura o trabalho dos menores. Num contexto de profundas transformações sócio-econômicas, em cuja principal mudança é a relativização do setor agrário e o incremento da indústria, o aproveitamento da mão-de-obra dos menores exigirá sua

regulamentação entre outras coisas por chocar-se com a representação de criança e infância ora produzidas e por constituir-se num óbice à escolarização primária pretendida para todas as crianças. Considerando o processo de urbanização e o caráter atrativo que ele exercerá sobre as populações do interior, foi preciso levar em conta que os deslocamentos populacionais se constituíram como um corolário dessa urbanização, cooperando para aumentar o contingente de famílias pobres, desempregadas e sem moradia, aumentando por consequência o número de menores abandonados e delinquentes. O trabalho dos menores, observado na cidade, alocava a mão-de-obra de crianças e adolescentes pobres em atividades mal remuneradas sob condição de risco físico e moral. Dentre elas, figurava a venda de objetos, serviços e principalmente jornais. O perigo iminente que a presença dessas crianças nas ruas representava à defesa social e à própria integridade delas exigirá uma tomada de posição da sociedade organizada que encontrará no Código de Menores um instrumento significativa de respaldo à criação de instituições de preservação e reforma. Dentre elas foram criadas o Abrigo de Menores e Escola de Reforma. Ainda que não prevista no Código, a Associação Protetora dos Vendedores de Jornais figurará como iniciativa marcante, pois que foi criada graças ao concurso de personalidades do meio político, judiciário, educacional e religioso. A produção dessas instituições no âmbito de reformas encetadas no campo educacional, dentre as quais figura o processo de consolidação da obrigatoriedade do ensino primário, pode ser entendida como um recurso adotado para relativizar a resistência das camadas pobres à escola como também como um processo de diferenciação da escola e da educação a ser oferecida aos diferentes sujeitos da sociedade. Verificar-se-á a produção de uma escola para as classes dirigentes, de caráter enciclopédico e propedêutico e outra com função formativa pelo e para o trabalho, a ser destinada aos pobres e, sobretudo, a crianças abandonadas e delinquentes, clientes nas instituições de preservação e reforma. As noções de apropriação representação, estratégias e táticas são chamadas a conferir entendimento à leitura das fontes, em prol da produção de uma história sócio-cultural do abandono e da delinquência de menores. A imprensa jornalística e a imprensa especializada, na pessoa da Revista Forense e da Revista do Ensino, constituíram-se em importantes fontes a atestar a produção e circulação de representações sobre a menoridade abandonada e delinquente num diálogo profícuo com os textos legislativos. As produções históricas e historiográficas sobre o tema conduziram-me ao entendimento de várias representações acerca do objeto proporcionando um entendimento que partiu do senso

comum e chegou ao conhecimento específico sobre a menoridade abandonada e delinquente em Belo Horizonte.

30. Cristiane Felix dos Santos. O agendamento do jornalismo: um estudo de caso sobre a infância e adolescência em Pernambuco. 01/02/2008.

1 v. 157 p. Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco – Comunicação

Resumo: Esta pesquisa teve como objetivo investigar as estratégias utilizadas para uma atuação junto à mídia, tendo como foco o agendamento sobre a infância e adolescência, considerando a centralidade da comunicação nas instituições sociais como fator de força. Para esta investigação optamos por um estudo de caso sobre a Organização Não Governamental Auçuba Comunicação e Educação, que fica em Recife, Pernambuco. Procuramos investigar de que forma as relações entre fontes e jornalistas contribuem para o agendamento do tema da criança e do adolescente no estado de Pernambuco. A pesquisa teve como preocupação identificar pistas sobre como esse assunto se incorpora nas práticas dos jornalistas e passa a fazer parte da agenda destes veículos. No trabalho buscamos mostrar algumas estratégias de como esse processo ocorre estabelecendo conexões entre o trabalho do Auçuba e as rotinas dos jornalistas. Entrevistamos profissionais de ambos os espaços sobre suas rotinas e relações com o tema e com suas fontes. O estudo revelou que há demarcações de saberes, de falas e de conhecimentos, com estruturas e funcionamentos de campos que se diferenciam em sua condição de produção de conhecimento, mas que se encontram nas suas relações de força, estratégias e lutas na consolidação de espaços, sejam eles temáticos ou informacionais.

31. Maria Amelia Tostes Filgueiras Campos. A infância sem segredos: a noticiabilidade jornalística do crime de exploração sexual de crianças e adolescentes. 01/03/2008.

1 v. 215 p. Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais – Ciências da Saúde

Resumo: Ao selecionar os acontecimentos ordinários que a sociedade deve conhecer e os que ela deve ignorar, bem como ao codificar esses acontecimentos sob a forma jornalística, o jornalismo desempenha um papel fundamental na conservação e no aprimoramento do funcionamento social. Na seleção dos acontecimentos e na sua transformação em produtos – notícia, o jornalismo articula uma série de variáveis próprias do campo jornalístico e que se remetem ao universo

social como um todo. A condição de notícia de um fato, para o jornalismo, ou seja, a noticiabilidade jornalística está, então, na direção dos valores concedidos aos acontecimentos ordinários pela própria sociedade. A noticiabilidade do jornalismo é, portanto, um processo consensual. A afinidade entre valores – notícia e valores sociais possibilitada pela conversa travada, cotidianamente, entre os aparatos comunicativos e a sociedade é o viés condutor dessa pesquisa ao investigar a noticiabilidade jornalística do tema da exploração sexual de crianças e adolescentes: por que esse tipo de acontecimento é noticiado pela mídia e como ocorre esse processo noticioso. Para tanto, esse estudo trabalha com um recorte de 15 reportagens sobre o tema da exploração sexual infanto-juvenil, publicadas, ao longo do ano de 2004, pelo jornal Estado de Minas, de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. A noticiabilidade, nessa pesquisa, contempla os momentos de seleção e produção das notícias, abordando tanto a forma estética da notícia – ou como a notícia se apresenta para o consumo do público – quanto os aspectos textuais determinantes na especificidade do relato noticioso. A grande reportagem *Infância Roubada* é destacada do recorte empírico dessa pesquisa a fim de servir de referência para a análise de natureza mais subjetiva da noticiabilidade. Os estudos aqui empreendidos apontam para a valorização das investigações sobre a noticiabilidade jornalística como uma importante metodologia de conhecimento do jornalismo e de seu funcionamento em sociedade, apropriada para a discussão da produção da notícia e da forma como esse processo noticioso está irremediavelmente atacadado ao segmento social, o qual o respalda e justifica na medida em que se reconhece nele.

32. Aneri Pistolato. A influência da comunicação na erradicação das piores formas de trabalho infantil no Paraná: o Programa Catavento. 01/12/2008.

1 v. 1111 p. Mestrado. Universidade de Marília – Comunicação

Resumo: Este estudo busca analisar a influência da comunicação como proposta e como ação para dar visibilidade ao movimento social pela erradicação das piores formas de trabalho infantil no Paraná. Realizou-se um estudo de caso do Programa de Ação para a Prevenção e Retirada de Crianças e Adolescentes das Piores Formas de Trabalho Infantil no Paraná, Catavento, criado pelo Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Regularização do Trabalho do Adolescente no Paraná, FETI-PR; e desenvolvido pela Ciranda, Central de Notícias dos Direitos da Infância e Adolescência. Diversos materiais informativos produzidos e veiculados tanto pela Ciranda, como por outras

organizações parceiras, foram considerados; assim como as ações de comunicação direcionadas a públicos específicos por meio de oficinas, seminários e palestras, a cobertura da imprensa paranaense e de outras mídias, todas que de alguma forma deram destaque ao trabalho infantil em datas importantes. Entrevistas em profundidade com profissionais da Ciranda, jornalistas e atores sociais, que participaram das ações de comunicação do Catavento, completaram este estudo do programa, que foi analisado como proposta e como ação comunicativa. Percebeu-se que a naturalização do trabalho infantil através da história e a consequente adultização da infância são barreiras que ainda não foram quebradas e que mantêm as piores formas de trabalho infantil invisíveis aos olhos da sociedade.

33. Angela Maria Farah. As representações visuais da criança na imprensa: uma análise dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. 01/09/2008.

1 v. 190 p. Mestrado. Universidade Tuiuti do Paraná – Comunicação e Linguagens

Resumo: Estudos preliminares de reportagens publicadas nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo indicam que a representação visual da criança nas fotografias jornalísticas desempenha dois papéis: o de ancoragem do texto verbal e o de complementaridade, conforme a distinção preconizada por Barthes para a relação texto-imagem nos processos discursivos. O primeiro utiliza as fotografias de criança para ilustrar as matérias voltadas para a questão temática da infância, como escola/educação, segurança, saúde, comportamento. O segundo é utilizado para complementar a informação verbal, nem sempre tendo ligação direta com o texto não-verbal, o que pode ser considerado, em alguns casos, como elemento desencadeador de força dramática a certos temas conflitantes em nossa sociedade, como guerras, tragédias, acidentes. Esta pesquisa tem como objetivo analisar os casos de representação visual da criança em reportagens que indiquem a complementaridade da informação verbal, examinando como as significações se constroem e quais os efeitos de sentido obtidos pelo recurso à imagem. A questão a ser investigada, portanto, é qual o papel desempenhado pelo uso de imagens de crianças em certas matérias jornalísticas, cujos temas não se reportam diretamente à questão infantil. Para tanto, foi analisado o tratamento jornalístico na construção da cena visual e na articulação texto verbal e não-verbal na mídia impressa. O corpus se constitui de uma seleção de reportagens relacionadas à temática escolhida, nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S.

Paulo, examinados durante oito meses. Busca-se uma sistematização de categorias de análise, a partir de dados fornecidos pelos próprios textos (verbovisuais), para a identificação das diferentes formas de tratamento jornalístico utilizadas nas configurações visuais. Desse modo, a partir dos estudos das teorias do jornalismo e da fotografia, e da semiótica discursiva e plástica, fez-se um estudo de como a criança é representada visualmente na mídia impressa brasileira, atendendo às várias estratégias para captar e fixar a atenção do leitor.